

EDUCAÇÃO e DIREITO

volume 05

Johnantan Candeia Limeira

ORGANIZADOR



EDUCAÇÃO

formação humana
e cidadania



DIREITO

justiça, ética
e direitos fundamentais



SOCIEDADE

inclusão, diversidade
e transformação social



INTERDISCIPLINARIDADE

diálogo entre saberes
e práticas



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

EDUCAÇÃO e DIREITO

volume 05

Johnantan Candeia Limeira

ORGANIZADOR



EDUCAÇÃO
formação humana
e cidadania



DIREITO
justiça, ética
e direitos fundamentais



SOCIEDADE
inclusão, diversidade
e transformação social



INTERDISCIPLINARIDADE
diálogo entre saberes
e práticas



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito e educação : vol 5 [livro eletrônico] /
[organização Johnantan Candeia Limeira]. --
João Pessoa, PB : Periodicojs, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-6010-237-8

1. Direito 2. Educação I. Limeira, Johnantan
Candeia.

26-389039.0

CDU-34

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito 34

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva.

Todos os direitos reservados.

A propriedade intelectual de cada artigo que compõe esse E-book é de total responsabilidade dos seus autores.



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: [@periodicojs](https://www.instagram.com/periodicojs)

Prefácio



A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área das ciências humanas.

Esse novo volume coloca em evidência, temas essenciais que tratam sobre a educação e o estudo do direito, a partir desses temas sensíveis o leitor tem a chance de navegar pelo conjunto de conhecimento que pode ser aplicado ao seu dia a dia.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs

Sumário



INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA
A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS

7

SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM

19

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA TECNOLÓGICA

35

O OFICIAL DE JUSTIÇA NA ERA DA TECNOLOGIA E DA JUSTIÇA DIGITAL REDEFININDO
OS PAPÉIS E MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

51

O PAPEL DO OFICIAL DE JUSTIÇA COMO AGENTE GARANTIDOR DA CONCRETIZAÇÃO
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

66

LEITURA, CULTURA E METODOLOGIAS ATIVAS: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR
NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

82

DISCURSOS DE ÓDIO DE POLÍTICOS NAS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA
VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

102

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

120

O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
E O PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR NA INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS EM SANTA CATARINA

140

JOGOS PSICOMOTORES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ESTRATÉGIA COADJUVANTE
NO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL COM TDAH DA
ESCOLA PAULO ZIMMERMANN - RIO DO SUL - SANTA CATARINA

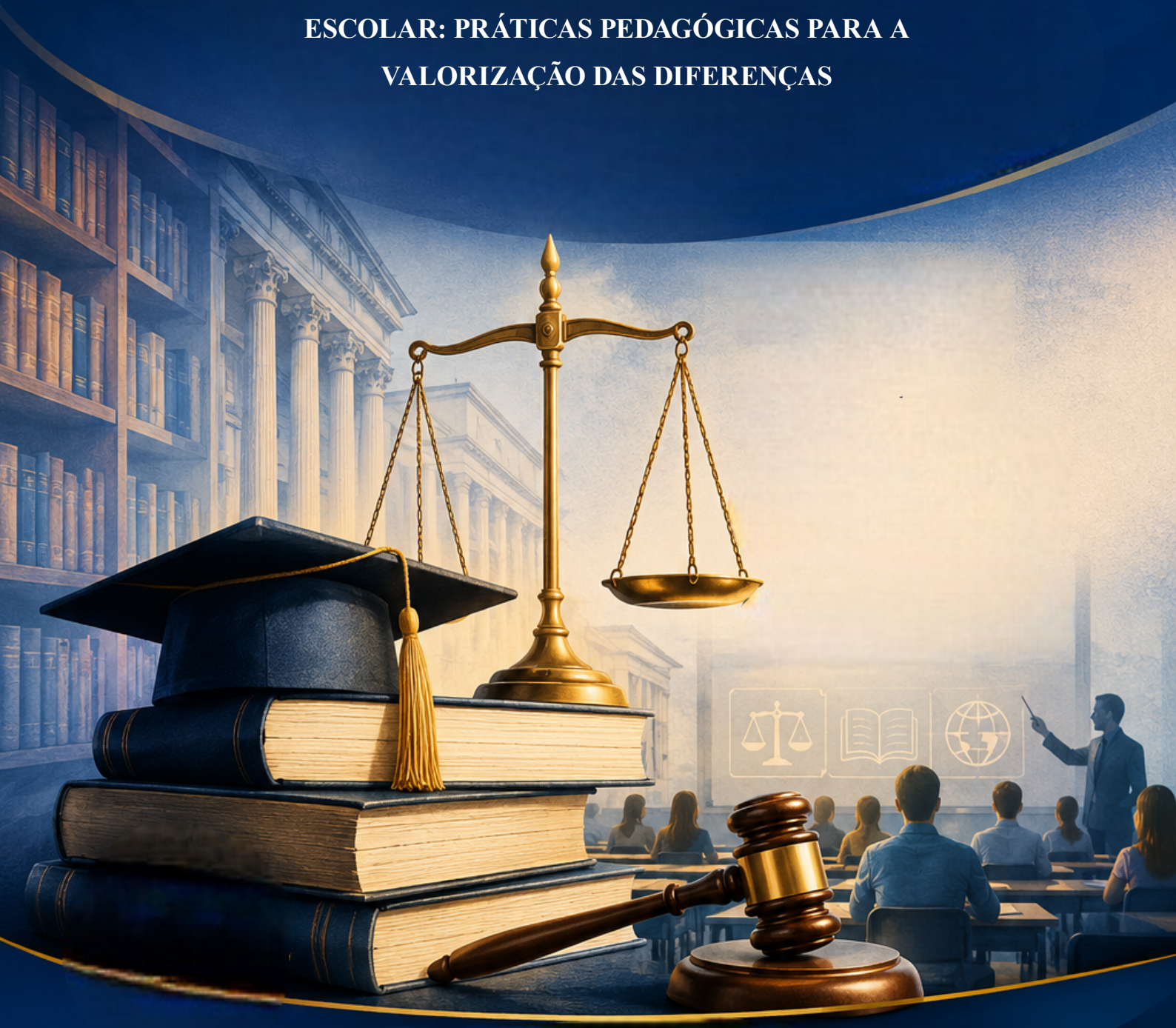
161

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO ENSINO REGULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS
QUE PERMEIAM A SALA DE AULA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

176

Capítulo 1

INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE
ESCOLAR: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A
VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS



INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS

INCLUSION AND DIVERSITY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: PEDAGOGICAL PRACTICES FOR VALUING DIFFERENCES

Ana Karoliny Nery de Mendonça

Izaías Antonio Sureck

Resumo: A inclusão e a diversidade fazem parte dos principais desafios presentes no cotidiano escolar. A escola precisa reconhecer as diferenças entre os estudantes e criar condições para que todos participem das atividades e tenham oportunidades reais de aprendizagem. Este artigo teve como objetivo analisar a importância das práticas pedagógicas inclusivas para a valorização das diferenças no ambiente escolar. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, com base em estudos publicados entre 2020 e 2025. Os resultados indicam que a inclusão depende não apenas da presença do estudante na sala de aula, mas também de planejamento, adaptação curricular, formação docente, colaboração entre profissionais e utilização de estratégias que considerem diferentes formas de aprender. Os estudos analisados também mostram que ainda existem dificuldades relacionadas à formação dos professores e à organização das práticas escolares. Conclui-se que uma educação inclusiva exige mudanças no modo de ensinar, avaliar e compreender as diferenças, valorizando as potencialidades de cada estudante.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Diversidade. Práticas pedagógicas. Escola. Inclusão.

Abstract: Inclusion and diversity are among the main challenges present in daily school life. Schools need to recognize the differences between students and create conditions for everyone to participate

in activities and have real learning opportunities. This article aimed to analyze the importance of inclusive pedagogical practices for valuing differences in the school environment. A bibliographic research, with a qualitative and descriptive approach, was carried out based on studies published between 2020 and 2025. The results indicate that inclusion depends not only on the student's presence in the classroom, but also on planning, curricular adaptation, teacher training, collaboration among professionals, and the use of strategies that consider different ways of learning. The studies analyzed also show that there are still difficulties related to teacher training and the organization of school practices. It is concluded that inclusive education requires changes in the way differences are taught, assessed, and understood, valuing the potential of each student.

Keywords: Inclusive education. Diversity. Pedagogical practices. School. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço marcado pela presença de diferentes culturas, histórias, características, formas de aprendizagem e condições sociais. Essa diversidade faz parte da realidade educacional e exige práticas pedagógicas capazes de reconhecer as diferenças existentes entre os estudantes. Nesse contexto, a inclusão escolar assume papel importante, pois busca garantir que todos tenham acesso à educação, participação nas atividades e oportunidades de aprendizagem.

Apesar dos avanços nas discussões sobre educação inclusiva, ainda existem dificuldades para transformar os princípios da inclusão em práticas presentes no cotidiano escolar. Em muitas situações, os estudantes são inseridos na sala de aula regular, mas não encontram recursos, metodologias ou estratégias adequadas às suas necessidades. Também podem existir dificuldades relacionadas à formação dos professores, à adaptação curricular e à própria organização da escola.

Diante dessa realidade, estabelece-se como problemática deste estudo a seguinte questão: como as práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar podem contribuir para a inclusão

e para a valorização das diferenças entre os estudantes? A partir desse questionamento, busca-se compreender de que maneira o trabalho docente pode favorecer uma participação mais efetiva dos alunos e contribuir para a construção de um espaço escolar mais acolhedor e democrático.

Parte-se da hipótese de que práticas pedagógicas planejadas a partir das características e necessidades dos estudantes podem favorecer a inclusão e a valorização da diversidade no ambiente escolar. Considera-se também que a formação dos professores, a flexibilidade curricular, o uso de diferentes estratégias de ensino e a valorização das potencialidades dos alunos podem contribuir para reduzir barreiras à participação e à aprendizagem.

A escolha deste tema justifica-se pela importância de discutir a inclusão para além do acesso à escola. Garantir a matrícula de um estudante não significa, necessariamente, assegurar sua aprendizagem e participação. É necessário refletir sobre as condições oferecidas no cotidiano escolar e sobre as práticas utilizadas pelos professores diante das diferentes realidades encontradas em uma mesma sala de aula.

O estudo também se justifica pela necessidade de fortalecer uma compreensão da diversidade como parte natural do ambiente escolar. Quando as diferenças são reconhecidas e respeitadas, a escola pode desenvolver relações mais participativas e favorecer experiências de aprendizagem que contemplem diferentes formas de aprender e interagir.

O objetivo geral deste artigo é analisar a importância das práticas pedagógicas para a inclusão e a valorização das diferenças no ambiente escolar. Como objetivos específicos, busca-se: identificar os principais desafios encontrados para a efetivação da educação inclusiva; discutir a importância da formação docente para o desenvolvimento de práticas inclusivas; analisar estratégias pedagógicas que favoreçam a participação dos estudantes; e compreender de que maneira a valorização das diferenças pode contribuir para um ambiente escolar mais inclusivo.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Foram analisadas publicações científicas produzidas entre 2020 e 2026, relacionadas à educação inclusiva, diversidade, práticas pedagógicas, formação docente, currículo e

valorização das potencialidades dos estudantes. A análise buscou aproximar as contribuições dos diferentes autores, identificando aspectos de convergência, dificuldades e possibilidades apresentadas nos estudos.

O artigo está organizado em cinco partes. Após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica, abordando aspectos relacionados à inclusão, à diversidade e às práticas pedagógicas. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa. Na sequência, encontram-se os resultados e a discussão, construídos a partir da análise dos estudos selecionados. Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando os principais achados e as contribuições do estudo para a reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva parte do reconhecimento de que todos os estudantes possuem direito à aprendizagem e à participação no espaço escolar. Para Martins, Abreu e Rozek (2020), a inclusão precisa ser compreendida para além da Educação Especial, alcançando outras áreas da educação e modificando a forma de pensar os processos de ensino e aprendizagem.

A atuação docente é um dos elementos que mais interferem na construção de práticas inclusivas. Martins e Chacon (2020), ao validarem uma escala aplicada a 308 professores, identificaram dimensões relacionadas à regência em sala de aula, planejamento e colaboração. Os resultados reforçam a importância da confiança do professor para organizar práticas capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes.

Carvalho e Schmidt (2021) destacam que práticas inclusivas precisam estar presentes no cotidiano escolar e não apenas em momentos específicos. A revisão realizada pelas autoras identificou estratégias relacionadas ao planejamento, à organização das atividades, ao acompanhamento dos estudantes e à oferta de oportunidades para que cada criança desenvolva suas potencialidades.

A valorização das diferenças também exige atenção às características culturais e linguísticas

dos estudantes. Pinto e Santana (2020) observaram, em escolas de fronteira, a construção de materiais pedagógicos que consideravam a diversidade cultural e linguística existente entre os alunos. Esse resultado mostra que uma prática inclusiva precisa estar relacionada ao contexto no qual a escola está inserida.

Santos, Mendes e Kodama (2023) defendem uma mudança de perspectiva nas práticas pedagógicas voltadas aos estudantes surdos e com deficiência. Para os autores, é importante superar uma visão centrada apenas nas limitações e reconhecer as potencialidades que cada estudante apresenta.

O currículo também ocupa lugar importante nesse debate. Oliveira e Delou (2023) analisam questões relacionadas à acessibilidade curricular e às adaptações necessárias para a participação dos estudantes público da Educação Especial. As autoras chamam atenção para o risco de determinadas adaptações serem utilizadas de maneira excludente, reforçando a necessidade de práticas curriculares mais acessíveis.

Pletsch e Mendes (2024) mostram que a discussão sobre inclusão envolve políticas educacionais, produção científica e realidade escolar. O estudo também evidencia a presença crescente de temas como formação docente, inclusão escolar, deficiência, tecnologia assistiva e diferentes condições presentes no público da Educação Especial.

Carvalho, Miranda e Schmidt (2024) identificaram que professores utilizam algumas práticas consideradas inclusivas, mas também apresentam dificuldades para reconhecer quando e com quem determinadas estratégias devem ser utilizadas. As autoras relacionam essas dificuldades às barreiras existentes no processo de inclusão e às fragilidades da formação docente.

Miranda (2024), ao investigar práticas inclusivas e o Desenho Universal para a Aprendizagem, reforça a importância de criar condições de acesso ao currículo comum. A autora aponta o professor como agente fundamental nesse processo, embora reconheça que ainda existem lacunas em sua formação.

Souza, Santana e Souza (2025) demonstram que a educação inclusiva ainda envolve

diferentes posicionamentos e controvérsias, especialmente quando se discute a relação entre escola regular e escola especial. Essa discussão evidencia que a inclusão permanece como um campo que exige reflexão permanente sobre políticas, práticas e condições de escolarização.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. A escolha desse método ocorreu em razão da necessidade de analisar produções científicas relacionadas à inclusão, à diversidade e às práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar.

Foram consideradas publicações científicas disponibilizadas entre 2020 e 2025, período inserido no recorte inicialmente estabelecido de 2020 a 2026. A busca priorizou estudos relacionados à educação inclusiva, diversidade escolar, práticas pedagógicas, formação docente, currículo e valorização das potencialidades dos estudantes.

Foram consultadas bases e periódicos científicos, com destaque para SciELO, Revista Brasileira de Educação Especial, Educação em Revista e Revista Educação Especial. Os estudos selecionados foram lidos e organizados de acordo com sua aproximação ao objetivo do artigo.

A análise foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar ideias recorrentes, contribuições dos autores, dificuldades apresentadas nas escolas e possibilidades de intervenção pedagógica. Dessa maneira, procurou-se estabelecer relação entre os diferentes estudos, evitando uma apresentação isolada das ideias encontradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados mostram que a inclusão escolar precisa ser entendida como um processo que envolve toda a comunidade escolar. A simples presença do estudante na sala regular

não garante sua participação ou aprendizagem. É necessário que as condições pedagógicas sejam organizadas para atender à diversidade existente.

Martins, Abreu e Rozek (2020) identificaram que a produção científica sobre conhecimentos e crenças dos professores em relação à inclusão ainda apresentava crescimento gradual. Esse resultado demonstra que a formação docente permanece como uma questão importante para consolidar mudanças na prática escolar.

Martins e Chacon (2020) também contribuem para essa discussão ao demonstrarem que planejamento e colaboração estão entre os aspectos relacionados à eficácia docente para práticas inclusivas. Assim, o professor não deve trabalhar de maneira isolada, principalmente diante de situações que exigem diferentes estratégias pedagógicas.

Carvalho e Schmidt (2021) encontraram práticas que podem ser incorporadas ao cotidiano escolar, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento das atividades e à criação de condições para que os estudantes participem de acordo com suas possibilidades. Isso mostra que pequenas mudanças na organização do ensino podem produzir efeitos importantes.

Outro resultado importante refere-se à necessidade de considerar o contexto sociocultural dos estudantes. Pinto e Santana (2020) mostram que a diversidade cultural e linguística interfere diretamente nas práticas pedagógicas, exigindo que o professor conheça as características do grupo com o qual trabalha.

Nesse sentido, a valorização da diversidade não deve ocorrer apenas em datas comemorativas ou atividades específicas. Ela precisa fazer parte da rotina escolar, incluindo os conteúdos, os materiais utilizados, as formas de comunicação e as relações estabelecidas entre professores e estudantes.

Santos, Mendes e Kodama (2023) apresentam uma contribuição importante ao defenderem práticas que valorizem as potencialidades dos estudantes. A mudança de foco, deixando de observar apenas as dificuldades, pode favorecer uma relação pedagógica mais positiva e ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Os resultados também apontam que o currículo precisa ser flexível. Oliveira e Delou (2023)

mostram que adaptações curriculares podem contribuir para a inclusão, mas precisam ser realizadas com cuidado para não limitar as oportunidades de aprendizagem. A acessibilidade deve favorecer a participação do estudante, e não reduzir aquilo que ele pode aprender.

Pletsch e Mendes (2024) identificaram a formação docente como um dos temas recorrentes na produção científica sobre educação inclusiva. Isso confirma que a construção de uma escola inclusiva depende também de investimentos na preparação dos profissionais que atuam diretamente com os estudantes.

Carvalho, Miranda e Schmidt (2024) encontraram dificuldades na utilização de práticas inclusivas durante as atividades observadas. Embora algumas estratégias fossem utilizadas, havia dificuldades para identificar os momentos e os estudantes que necessitavam de determinadas intervenções.

Esse resultado merece atenção porque demonstra que conhecer uma estratégia não significa necessariamente saber aplicá-la. O professor precisa compreender a finalidade de cada recurso e observar continuamente as respostas apresentadas pelos estudantes.

A formação continuada aparece, portanto, como uma necessidade concreta. Não se trata apenas de oferecer cursos, mas de criar momentos nos quais os professores possam discutir situações reais da escola, compartilhar experiências e construir alternativas para os problemas encontrados no cotidiano.

Miranda (2024) reforça essa necessidade ao discutir o Desenho Universal para a Aprendizagem. A proposta contribui para pensar atividades que ofereçam diferentes possibilidades de acesso ao conteúdo, participação e demonstração da aprendizagem, reduzindo a necessidade de criar soluções isoladas para cada estudante.

Outro ponto identificado na literatura é a necessidade de articulação entre políticas educacionais e realidade escolar. Pletsch e Mendes (2024) mostram que a existência de políticas inclusivas não elimina automaticamente as desigualdades e dificuldades encontradas nas redes de ensino.

Souza, Santana e Souza (2025) também demonstram que a educação inclusiva permanece marcada por controvérsias. Essa realidade indica que o debate precisa ser conduzido com responsabilidade, considerando tanto o direito à inclusão quanto as condições concretas necessárias para que ela aconteça.

De forma geral, os estudos convergem ao indicar que a inclusão exige mudanças na prática pedagógica. Planejamento, formação, acessibilidade curricular, colaboração e valorização das potencialidades aparecem como elementos que podem contribuir para uma escola mais preparada para lidar com a diversidade.

CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que inclusão e diversidade são questões diretamente relacionadas à qualidade da educação. Uma escola inclusiva precisa reconhecer que os estudantes aprendem de maneiras diferentes e que essas diferenças devem ser consideradas no planejamento pedagógico.

Os estudos analisados mostram que ainda existem dificuldades na formação dos professores, na organização curricular e na aplicação de estratégias inclusivas. Por isso, a inclusão precisa ser acompanhada de condições concretas de trabalho e de formação continuada.

Também ficou evidente que valorizar as diferenças significa reconhecer as potencialidades dos estudantes. A prática pedagógica deve buscar possibilidades de participação e aprendizagem, evitando que as dificuldades sejam utilizadas como justificativa para limitar o acesso ao currículo.

Conclui-se que a construção de um ambiente escolar inclusivo depende de ações contínuas. Quando professores, gestores e demais profissionais trabalham de forma articulada, torna-se possível criar práticas mais próximas da realidade dos estudantes e fortalecer uma educação que respeite as diferenças.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia. Práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, p. 707-724, 2021. DOI: 10.1590/1980-54702021v27e0231.

CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; MIRANDA, Ana Carolina Arruda; SCHMIDT, Andréia. Práticas educacionais inclusivas na Educação Infantil: estudo observacional. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 30, e0187, 2024. DOI: 10.1590/1980-54702024v30e0187.

MARTINS, Bárbara Amaral; CHACON, Miguel Claudio Moriel. Escala de eficácia docente para práticas inclusivas: validação da Teacher Efficacy for Inclusive Practices (TEIP) Scale. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 1, p. 1-16, 2020. DOI: 10.1590/S1413-65382620000100001.

MARTINS, Gabriela Dal Forno; ABREU, Gabriela Vieira Soares de; ROZEK, Marlene. Conhecimentos e crenças de professores sobre a educação inclusiva: revisão sistemática da literatura nacional. *Educação em Revista*, v. 36, n. 1, 2020. DOI: 10.1590/0102-4698218615.

MIRANDA, Ana Carolina Arruda. Práticas educacionais inclusivas na educação infantil e desenho universal para aprendizagem: estudos com professores. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2024. DOI: 10.11606/T.59.2024.tde-22012025-121442.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira de; DELOU, Cristina Maria Carvalho. Práticas curriculares no âmbito da educação inclusiva: acessibilidade curricular, adaptação curricular e terminalidade específica. *Revista Educação Especial*, v. 36, n. 1, 2023. DOI: 10.5902/1984686X71896.

PINTO, Raiane Paim; SANTANA, Maria Luzia da Silva. A educação especial inclusiva em contexto de diversidade cultural e linguística: práticas pedagógicas e desafios de professoras em escolas de fronteira. *n*, v. 26, n. 3, p. 495-510, 2020. DOI: 10.1590/1980-54702020v26e0199.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial: produção científica, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 30, e143p, 2024. DOI: 10.1590/1980-54702024v30e143p.

SANTOS, Sylvana Karla da Silva de Lemos; MENDES, Núbia Flávia Oliveira; KODAMA, Queila

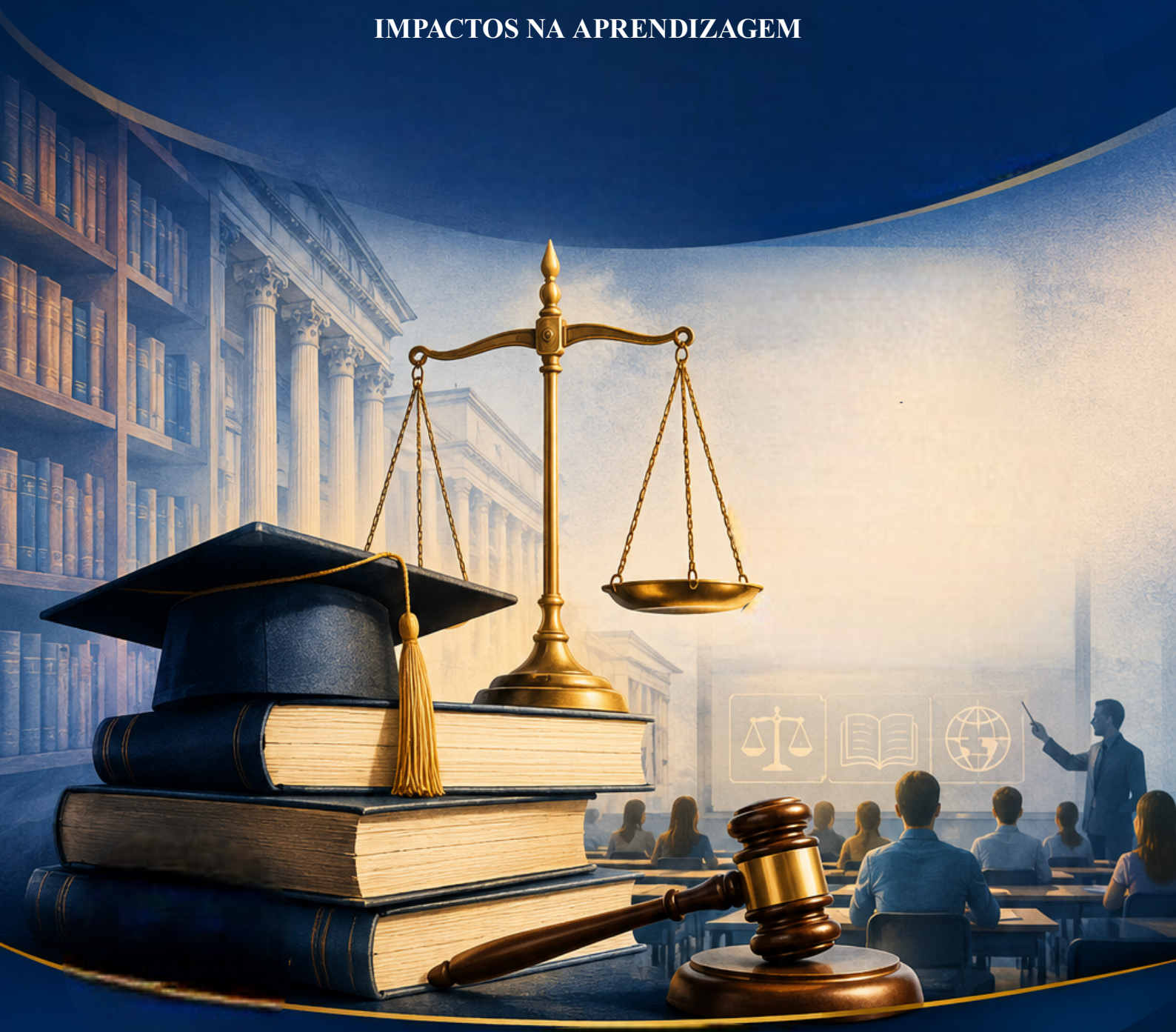
Pahim. Práticas pedagógicas na educação inclusiva e na educação de surdos: um estudo sobre o incentivo das potencialidades. Revista Educação Especial, v. 36, n. 1, e35, 2023. DOI: 10.5902/1984686X69929.

SILVA, Debora Florencio; ANSARA, Soraia. Professores e inclusão: reflexões sobre a educação inclusiva em uma escola estadual da zona sul de São Paulo. Revista Gestão & Políticas Públicas, v. 15, n. 1, 2025. DOI: 10.11606/issn.2237-1095.rgpp.2025.242479.

SOUZA, Luciana Costa; SANTANA, Flávia Cristina de Macêdo; SOUZA, Lucimêre Rodrigues de. A educação inclusiva e as controvérsias entre a escola regular e a escola especial. Revista Brasileira de Educação, v. 30, e300130, 2025. DOI: 10.1590/S1413-24782025300130.

Capítulo 2

SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM



SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM

TEACHERS' MENTAL HEALTH AND ITS IMPACT ON LEARNING

Adelar Pereira

Eliane Aparecida da Luz

Resumo: A saúde mental dos professores tem assumido papel central nas discussões sobre a qualidade da educação, uma vez que as condições de trabalho docente influenciam diretamente o desempenho profissional e o processo de ensino-aprendizagem. A intensificação das demandas laborais, a precarização do trabalho, a violência escolar, a sobrecarga de atividades e a desvalorização da profissão têm contribuído para o aumento de transtornos como ansiedade, depressão, estresse ocupacional e síndrome de Burnout entre docentes da educação básica. O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da saúde mental dos professores na aprendizagem dos estudantes, identificando os principais fatores relacionados ao adoecimento docente e discutindo estratégias voltadas à promoção do bem-estar no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, objetivos descritivo e exploratório e procedimentos bibliográficos, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, monografias e pesquisas recentes sobre a temática. Os resultados evidenciam que o sofrimento psíquico docente compromete o planejamento pedagógico, reduz a motivação profissional, dificulta as relações interpessoais e interfere negativamente na aprendizagem, no desenvolvimento socioemocional e no desempenho acadêmico dos estudantes. Conclui-se que a promoção da saúde mental docente deve ser compreendida como estratégia indispensável para fortalecer a qualidade da educação, exigindo investimentos em políticas públicas, valorização profissional, melhores condições de trabalho e programas permanentes de apoio psicossocial aos professores.

Palavras-chave: Saúde mental. Professores. Aprendizagem. Burnout. Educação Básica.

Abstract: Teachers' mental health has taken center stage in discussions about the quality of education, since teachers' working conditions directly influence professional performance and the teaching-learning process. The intensification of work demands, job insecurity, school violence, work overload, and the devaluation of the profession have contributed to an increase in disorders such as anxiety, depression, occupational stress, and burnout syndrome among basic education teachers. This article aims to analyze the impacts of teachers' mental health on student learning, identifying the main factors related to teacher illness and discussing strategies aimed at promoting well-being in the school environment. This is a basic research study, with a qualitative approach, descriptive and exploratory objectives, and bibliographic procedures, developed from the analysis of scientific articles, monographs, and recent research on the subject. The results show that teacher psychological distress compromises pedagogical planning, reduces professional motivation, hinders interpersonal relationships, and negatively interferes with student learning, socio-emotional development, and academic performance. It is concluded that promoting teacher mental health should be understood as an indispensable strategy for strengthening the quality of education, requiring investments in public policies, professional recognition, better working conditions, and permanent psychosocial support programs for teachers.

Keywords: Mental health. Teachers. Learning. Burnout. Basic Education.

INTRODUÇÃO

A saúde mental dos professores tem adquirido crescente relevância nas pesquisas educacionais em razão dos impactos que exerce tanto sobre a qualidade de vida desses profissionais quanto sobre os processos de ensino e aprendizagem. O trabalho docente, historicamente reconhecido por sua

importância social, passou a ser marcado por profundas transformações decorrentes da intensificação das demandas educacionais, da ampliação das responsabilidades atribuídas à escola e da crescente complexidade das relações estabelecidas no ambiente escolar. Esses fatores contribuíram para tornar a docência uma das profissões mais vulneráveis ao adoecimento psíquico.

Nas últimas décadas, estudos nacionais têm demonstrado aumento significativo da ocorrência de ansiedade, depressão, estresse ocupacional, exaustão emocional e síndrome de Burnout entre professores da educação básica. Além das exigências pedagógicas, esses profissionais convivem diariamente com excesso de trabalho, burocratização das atividades, violência escolar, baixa valorização profissional, limitações estruturais e insuficiência de políticas institucionais voltadas ao cuidado com sua saúde mental. Esses elementos repercutem diretamente na motivação docente, na permanência na carreira e na qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

A literatura também evidencia que o adoecimento mental dos professores ultrapassa os limites da esfera individual, produzindo reflexos significativos sobre o ambiente escolar. Professores emocionalmente sobrecarregados apresentam maiores dificuldades para planejar atividades, estabelecer vínculos pedagógicos, manter o equilíbrio nas relações interpessoais e desenvolver práticas capazes de favorecer a aprendizagem dos estudantes. Dessa forma, a saúde mental docente deve ser compreendida como elemento fundamental para a promoção de uma educação de qualidade e para o desenvolvimento integral dos alunos.

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte problemática: de que maneira a saúde mental dos professores interfere no processo de aprendizagem dos estudantes da educação básica?

Parte-se da hipótese de que o adoecimento psíquico docente compromete significativamente a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, reduzindo a capacidade de planejamento, mediação pedagógica, interação com os estudantes e desenvolvimento de práticas educativas eficazes. Em contrapartida, pressupõe-se que políticas institucionais voltadas à promoção do bem-estar docente contribuem para melhorar as condições de trabalho, fortalecer o desempenho profissional e favorecer

a aprendizagem.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acerca da saúde mental dos professores, considerando que o bem-estar desses profissionais representa condição indispensável para o funcionamento das instituições escolares e para a efetividade do processo educativo. Além disso, a crescente incidência de transtornos mentais entre docentes evidencia a importância da formulação de políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à prevenção do adoecimento e à valorização da profissão.

O objetivo geral consiste em analisar os impactos da saúde mental dos professores sobre a aprendizagem dos estudantes da educação básica.

Por fim, este artigo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se a metodologia utilizada, seguida da fundamentação teórica, da análise e discussão dos resultados e das considerações finais, retomando os principais achados da pesquisa e apontando perspectivas para futuras investigações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES E OS FATORES ASSOCIADOS AO ADOECIMENTO DOCENTE

A saúde mental dos professores tornou-se uma das principais preocupações no campo educacional, sobretudo diante das profundas transformações ocorridas nas últimas décadas no contexto da Educação Básica. O exercício da docência, embora reconhecido por sua relevância social, passou a ser marcado por um conjunto de exigências que extrapolam o ato de ensinar, incorporando responsabilidades administrativas, emocionais e sociais que ampliam significativamente a carga de trabalho docente. Como consequência, observa-se um crescimento dos índices de adoecimento psíquico entre professores, situação que tem despertado o interesse de pesquisadores e gestores educacionais preocupados com a qualidade da educação e com o bem-estar desses profissionais

(SOUSA et al., 2024; ARAUJO, 2023).

Ao analisar a produção científica recente, verifica-se consenso entre os autores quanto ao fato de que o adoecimento docente não resulta de um único fator, mas da combinação de diferentes condições relacionadas ao ambiente de trabalho, às exigências institucionais e às transformações vivenciadas pela escola contemporânea.

A intensificação das atividades pedagógicas, o excesso de burocracia, a necessidade constante de atualização profissional e a pressão por resultados educacionais constituem elementos que contribuem para o desgaste físico e emocional dos professores. Dessa forma, compreender a saúde mental docente exige considerar não apenas aspectos individuais, mas também fatores estruturais que influenciam diretamente o cotidiano escolar.

Nesse sentido, Sousa et al. (2024, p. 626) afirmam:

A pesquisa buscou analisar a rotina desses profissionais e todos os fatores que estão envolvidos, observar as dificuldades que esses profissionais encontram no dia a dia e identificar questões que podem estar relacionadas à sua condição e verificar se existe influência dessa condição no processo de ensino aprendizagem, buscando responder à seguinte pergunta: a saúde mental do professor pode interferir no processo de aprendizagem dos estudantes no contexto educacional?

A reflexão apresentada pelos autores demonstra que discutir saúde mental docente significa compreender a realidade vivenciada diariamente pelos professores. Muitas vezes, esses profissionais acumulam funções que vão além da prática pedagógica, tornando-se mediadores de conflitos, responsáveis pelo acompanhamento socioemocional dos estudantes e interlocutores das famílias, ao mesmo tempo em que precisam cumprir metas institucionais e responder às exigências dos sistemas educacionais. Esse conjunto de responsabilidades amplia o desgaste emocional e favorece o surgimento de diferentes formas de sofrimento psíquico.

Ao discutirem essa realidade, Andrade et al. (2026) destacam:

A docência tem sido marcada por sobrecarga de atividades, baixos salários, instabilidade profissional, turmas numerosas, falta de recursos pedagógicos e cobranças constantes, fatores que podem comprometer a saúde emocional dos educadores [...] o trabalho precarizado impacta negativamente o bem-estar docente, favorecendo o estresse, a ansiedade, a exaustão emocional e a síndrome de burnout.

A citação evidencia que o sofrimento docente está intimamente relacionado às condições concretas de trabalho. Assim, ainda que fatores pessoais possam influenciar a forma como cada professor enfrenta situações adversas, a literatura demonstra que o ambiente institucional exerce papel determinante na preservação ou no comprometimento da saúde mental. Isso reforça a necessidade de compreender o adoecimento docente como responsabilidade compartilhada entre profissionais, instituições de ensino e políticas públicas.

Além das condições laborais, a violência escolar também aparece como importante elemento associado ao sofrimento psíquico dos professores. Situações envolvendo agressões verbais, conflitos constantes, desrespeito às autoridades docentes e insegurança no ambiente escolar provocam sentimentos de medo, tensão e impotência, interferindo diretamente na qualidade do trabalho pedagógico. Quando tais episódios tornam-se frequentes, aumentam significativamente os níveis de ansiedade e exaustão emocional, comprometendo tanto a permanência do professor na carreira quanto sua motivação para o exercício da docência.

Apesar da importância atribuída ao professor na formação das novas gerações, muitos profissionais percebem ausência de reconhecimento institucional e pouca valorização de seu trabalho. Essa percepção gera sentimentos de frustração, desmotivação e perda do sentido atribuído à profissão, contribuindo para o agravamento do sofrimento psicológico.

Conforme destacam Santos, Neris e Oliveira (2026), a valorização profissional constitui uma das principais estratégias para reduzir o adoecimento docente e fortalecer a saúde mental dos educadores.

Os estudos também demonstram que a sobrecarga burocrática representa importante

fator de desgaste. O tempo destinado ao planejamento das aulas frequentemente é substituído pelo preenchimento de relatórios, registros administrativos, avaliações externas e demandas institucionais que reduzem o espaço para atividades pedagógicas propriamente ditas. Essa realidade faz com que muitos professores levem trabalho para casa, dificultando o equilíbrio entre vida profissional e pessoal e comprometendo períodos de descanso indispensáveis à manutenção da saúde mental.

ANSIEDADE, DEPRESSÃO, BURNOUT E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO- -APRENDIZAGEM

A ansiedade, a depressão e a Síndrome de Burnout estão entre os transtornos mentais mais frequentes entre professores da Educação Básica, sendo consequência das condições adversas de trabalho e da sobrecarga vivenciada no cotidiano escolar. Esses agravos comprometem não apenas a saúde do docente, mas também sua capacidade de planejar, mediar conflitos e desenvolver práticas pedagógicas capazes de favorecer a aprendizagem dos estudantes (MARQUES, 2025; MARTINS; PEREIRA, 2026).

Segundo Marques (2025), a Síndrome de Burnout caracteriza-se como um problema complexo, resultante da exposição contínua a fatores estressores presentes no ambiente de trabalho docente. O autor destaca:

O estudo sugere uma abordagem multifacetada, com ações individuais (como psicoterapia e autocuidado) e institucionais (ambientes de trabalho positivos, apoio psicológico e políticas públicas de valorização da profissão). O trabalho conclui que a promoção da saúde mental docente é um investimento estratégico para o futuro da educação no Brasil.

A citação demonstra que o enfrentamento do adoecimento docente depende de ações articuladas entre os profissionais, as instituições escolares e o poder público. O cuidado com a saúde mental não deve ser visto como responsabilidade exclusiva do professor, mas como compromisso

coletivo voltado à melhoria da qualidade da educação.

Os estudos também evidenciam que professores emocionalmente adoecidos apresentam maior dificuldade para manter relações interpessoais saudáveis, conduzir atividades pedagógicas e estimular a participação dos estudantes. A redução da motivação, da criatividade e da capacidade de concentração interfere diretamente na dinâmica da sala de aula, comprometendo o desempenho acadêmico e o desenvolvimento socioemocional dos alunos (FILGUEIRAS et al., 2026).

Nesse contexto, torna-se evidente que a aprendizagem não depende exclusivamente das metodologias utilizadas, mas também das condições emocionais do professor. Um docente acolhido, valorizado e psicologicamente saudável possui melhores condições para estabelecer vínculos, promover ambientes de aprendizagem positivos e favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. Portanto, investir na saúde mental docente representa investir, simultaneamente, na qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR

A promoção da saúde mental dos professores exige ações que ultrapassem iniciativas individuais, envolvendo o compromisso das instituições de ensino e das políticas públicas com a valorização da docência. A literatura demonstra que ambientes escolares acolhedores, relações interpessoais saudáveis e melhores condições de trabalho favorecem a redução do sofrimento psíquico e fortalecem o desempenho profissional dos docentes (AGUIAR et al., 2024; SANTOS; NERIS; OLIVEIRA, 2026).

Ao discutir medidas de prevenção, Santos, Neris e Oliveira (2026) afirmam que:

A melhoria da saúde mental dos docentes requer a urgente adoção de iniciativas de prevenção contra o adoecimento, valorização profissional, políticas de bem-estar e o fornecimento de apoio psicológico contínuo.

Essa perspectiva evidencia que cuidar da saúde mental do professor não significa apenas oferecer atendimento psicológico quando o adoecimento já está instalado. É necessário desenvolver estratégias permanentes de prevenção, capazes de reduzir fatores de risco presentes no ambiente escolar e promover condições mais favoráveis ao exercício da profissão.

Entre as principais estratégias apontadas pela literatura destacam-se a redução da sobrecarga de trabalho, a melhoria da infraestrutura das escolas, a valorização salarial, a oferta de formação continuada e a implantação de programas institucionais de acolhimento emocional. Essas medidas favorecem maior satisfação profissional, fortalecem o vínculo entre professor e instituição e contribuem para um ambiente escolar mais saudável (AGUIAR et al., 2024; GOMES; SILVA; JAMES, 2025).

Outro aspecto importante refere-se à atuação de equipes multiprofissionais nas escolas. Psicólogos, assistentes sociais e orientadores educacionais podem oferecer suporte tanto aos professores quanto aos estudantes, auxiliando na prevenção do adoecimento e na construção de relações escolares mais equilibradas. Além disso, ações voltadas ao fortalecimento da parceria entre escola e família contribuem para reduzir conflitos e ampliar a rede de apoio ao trabalho docente.

Dessa forma, a promoção da saúde mental dos professores deve ser compreendida como investimento na qualidade da educação. Professores que trabalham em ambientes acolhedores, com apoio institucional e condições adequadas para exercer suas funções tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes e fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica.

A investigação fundamentou-se na análise de artigos científicos, monografias e trabalhos

acadêmicos publicados entre 2021 e 2026, abordando temas como saúde mental docente, ansiedade, depressão, síndrome de Burnout, estresse ocupacional, precarização do trabalho e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem.

A seleção dos estudos considerou sua relevância científica, atualidade e relação com o problema investigado.

Os dados foram analisados por meio de leitura crítica e comparativa da literatura, buscando identificar os principais fatores associados ao adoecimento mental dos professores e suas repercussões sobre a prática pedagógica e a aprendizagem dos estudantes.

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da literatura evidenciou que a saúde mental dos professores constitui um dos principais fatores associados à qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Os estudos analisados demonstram que o adoecimento psíquico docente resulta da combinação entre sobrecarga de trabalho, precarização das condições laborais, violência escolar, excesso de responsabilidades e baixa valorização profissional. Esses fatores comprometem não apenas o bem-estar do professor, mas também sua atuação pedagógica e a aprendizagem dos estudantes (AGUIAR et al., 2024; GOMES; SILVA; JAMES, 2025).

Os resultados confirmam a hipótese inicialmente apresentada neste estudo, demonstrando que o adoecimento mental interfere diretamente na qualidade da prática docente. Professores submetidos a elevados níveis de estresse, ansiedade e exaustão emocional apresentam maiores dificuldades para planejar as atividades, estabelecer vínculos com os estudantes e manter um ambiente favorável à aprendizagem, comprometendo o desenvolvimento acadêmico e socioemocional da turma (SOUSA et al., 2024).

Os estudos apontam que a exaustão emocional, o sentimento de baixa realização profissional e o desgaste constante reduzem a motivação para o trabalho e favorecem o afastamento das atividades escolares. Essa realidade evidencia que o adoecimento docente não afeta apenas o professor, mas repercute em toda a comunidade escolar (MARQUES, 2025).

Também foi possível verificar que as condições de trabalho exercem influência significativa sobre a saúde mental dos professores. Ambientes marcados por infraestrutura precária, excesso de burocracia, violência escolar e ausência de apoio institucional favorecem o sofrimento psíquico e dificultam o exercício da docência. Em contrapartida, escolas que promovem acolhimento, valorização profissional e suporte psicossocial apresentam melhores condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas (ANDRADE et al., 2026; SANTOS; NERIS; OLIVEIRA, 2026).

Os autores também convergem ao afirmar que a aprendizagem dos estudantes depende, em grande medida, das condições emocionais do professor. Quando o docente dispõe de equilíbrio psicológico e apoio institucional, torna-se mais preparado para desenvolver metodologias participativas, estabelecer relações interpessoais positivas e criar um ambiente escolar favorável ao aprendizado. Dessa forma, investir na saúde mental docente significa fortalecer a qualidade da educação como um todo (FILGUEIRAS et al., 2026).

A literatura ainda evidencia que as estratégias preventivas produzem resultados mais efetivos do que ações desenvolvidas apenas após o adoecimento. Programas de apoio psicológico, valorização da carreira, formação continuada e melhoria das condições de trabalho aparecem entre as principais recomendações dos estudos analisados, reforçando que o cuidado com a saúde mental deve integrar as políticas educacionais de forma permanente (MARTINS; PEREIRA, 2026).

De maneira geral, os resultados demonstram que a saúde mental dos professores representa um elemento essencial para o fortalecimento da aprendizagem e para a construção de ambientes escolares mais saudáveis. Assim, cuidar do bem-estar docente não constitui apenas uma medida de proteção ao trabalhador, mas uma estratégia indispensável para promover uma educação de maior qualidade, favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes e fortalecer o papel social da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar os impactos da saúde mental dos professores sobre a aprendizagem dos estudantes da Educação Básica, considerando os principais fatores associados ao adoecimento docente e as estratégias voltadas à promoção do bem-estar no ambiente escolar. A partir da análise da literatura, foi possível compreender que a saúde mental dos professores constitui elemento essencial para a qualidade da prática pedagógica e para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (ARAUJO, 2023; SOUSA et al., 2024).

Em relação à problemática proposta, verificou-se que o adoecimento psíquico dos professores interfere diretamente na aprendizagem dos estudantes. A presença de transtornos como ansiedade, depressão e Síndrome de Burnout reduz a motivação, compromete o planejamento das atividades pedagógicas, dificulta a mediação do conhecimento e enfraquece as relações estabelecidas entre professores e alunos, afetando o desempenho acadêmico e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois foi possível identificar os principais fatores relacionados ao adoecimento docente, compreender os reflexos da saúde mental sobre o trabalho pedagógico e discutir estratégias capazes de promover melhores condições de trabalho para os professores. A literatura analisada demonstrou que a sobrecarga de atividades, a precarização das condições de trabalho, a violência escolar e a desvalorização profissional figuram entre os principais elementos responsáveis pelo sofrimento psíquico dos docentes (AGUIAR et al., 2024; GOMES; SILVA; JAMES, 2025).

Os resultados também evidenciaram que a promoção da saúde mental docente deve ser compreendida como uma responsabilidade institucional. A implementação de políticas públicas, programas de apoio psicológico, ações de valorização profissional e melhorias nas condições de trabalho pode contribuir significativamente para reduzir os índices de adoecimento e fortalecer a

permanência dos professores na profissão. Além disso, ambientes escolares acolhedores favorecem relações interpessoais mais saudáveis e repercutem positivamente na aprendizagem dos estudantes.

Outro aspecto importante observado durante a pesquisa refere-se à necessidade de superar a compreensão de que o adoecimento docente decorre exclusivamente de fatores individuais. Os estudos demonstram que o sofrimento psicológico está fortemente relacionado às condições estruturais do trabalho, exigindo ações coletivas e investimentos permanentes voltados ao cuidado com os profissionais da educação. Dessa forma, promover a saúde mental dos professores significa fortalecer toda a comunidade escolar e ampliar as possibilidades de construção de uma educação mais humana e inclusiva.

Conclui-se, portanto, que a saúde mental dos professores exerce influência direta sobre a qualidade da educação e sobre o desempenho dos estudantes. Cuidar do bem-estar docente representa um investimento estratégico para o fortalecimento do processo educativo, tornando indispensável a implementação de políticas de valorização profissional, prevenção do adoecimento e promoção de ambientes escolares mais saudáveis. Somente por meio dessas ações será possível assegurar melhores condições de trabalho aos professores e favorecer uma aprendizagem significativa para os estudantes.

Recomenda-se que futuras pesquisas desenvolvam estudos de campo envolvendo professores da Educação Básica, gestores escolares e equipes multiprofissionais, buscando compreender as diferentes formas de manifestação do adoecimento docente e avaliar a efetividade das políticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental. Investigações dessa natureza poderão contribuir para o aperfeiçoamento das práticas educacionais e para a construção de ambientes escolares mais acolhedores, saudáveis e comprometidos com a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Gracielle Almeida; SANTOS, Franciele Del Vecchio dos; MOTA, Francisco Lima; SCHOFFEN, Adriana Crestani Zwan; SILVA, André Costa da; VALENTIM, Rayane Emanuelle de Oliveira; QUADROS, Ariane Pinheiro de; MANFRENATTI, Rafaella Rodrigues da Silva; SANTOS,

Francisnei Freitas; KOSCHECK, Arcelita. Saúde mental dos professores em contextos de precarização: perspectivas sobre a educação contemporânea. Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 1-16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-317-2024>.

ANDRADE, Lucianne Oliveira Monteiro; LOURENÇO, Lucivania Rodrigues; NUNES, Simone Pelaes Maciel; SANTOS, Francisca Medeiros dos. Saúde mental e adoecimento docente: os impactos do trabalho precarizado sobre o bem-estar dos professores da educação básica. Revista Tópicos, 2026. DOI: [10.70773/revistatopicos/778211509](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778211509).

ARAUJO, Vanessa Larissa Ferreira de. Um estudo das condições de saúde mental de professores da educação básica brasileira. 2023. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Caicó, 2023.

BALDO, Amanda de Almeida; FREIRE, Dora Giaquinto Bastos; SOTA, Fernanda Vitória Duarte; ANDRADES, Letícia Caroline de; BARROS, Luiza Pângaro Pedrosa. Considerações sobre a saúde mental do professor da educação básica no período de 2021 a 2023: uma pesquisa a partir do Google Acadêmico. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências de Botucatu, Botucatu, 2024.

CRUZ, Carolinne Teodoro; LIMA, Sofia Santos de. Adoecimento mental em professores de escolas públicas do Distrito Federal. Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica. Brasília: Centro Universitário de Brasília (CEUB), 2021.

FILGUEIRAS, Naysia Alves; SOUSA, Gisele Maria de; SILVA, Vania Aparecida Santos da; OLIVEIRA, Allisson Esdras Fernandes de. A saúde mental do professor como fator essencial para a aprendizagem dos alunos na educação básica. 2026.

GOMES, Bianca James Sousa; SILVA, Flávia Eugênia da; JAMES, Luzineide de Souza. Saúde mental dos professores e violência escolar. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 17, 2025. DOI: [10.61164/bb8vgr42](https://doi.org/10.61164/bb8vgr42).

MARQUES, Janote Pires. Implicações da síndrome de Burnout na saúde mental docente e seus impactos na educação brasileira. REVASF – Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, v. 15, n. 37, 2025.

MARTINS, Reginaldo Neves; PEREIRA, Taniele Martins. A saúde mental docente no Brasil: fatores, consequências e estratégias de intervenção. *Brazilian Journal of Animal and Environmental Research*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2026. DOI: 10.34188/bjaerv9n1-154.

MOURA, Amália Alicia dos Santos; ALMEIDA, Thiago de Castro. A saúde mental dos professores do ensino fundamental. *Revista DELOS*, Curitiba, v. 18, n. 74, p. 1-22, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n74-203.

SANTOS, Cleidearte Vieira; NERIS, Romario Felipe; OLIVEIRA, Mariana Sarro Pereira de. Saúde mental no ambiente de trabalho: os riscos e a necessidade de proteção à saúde dos professores do ensino básico. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev8n1-153>.

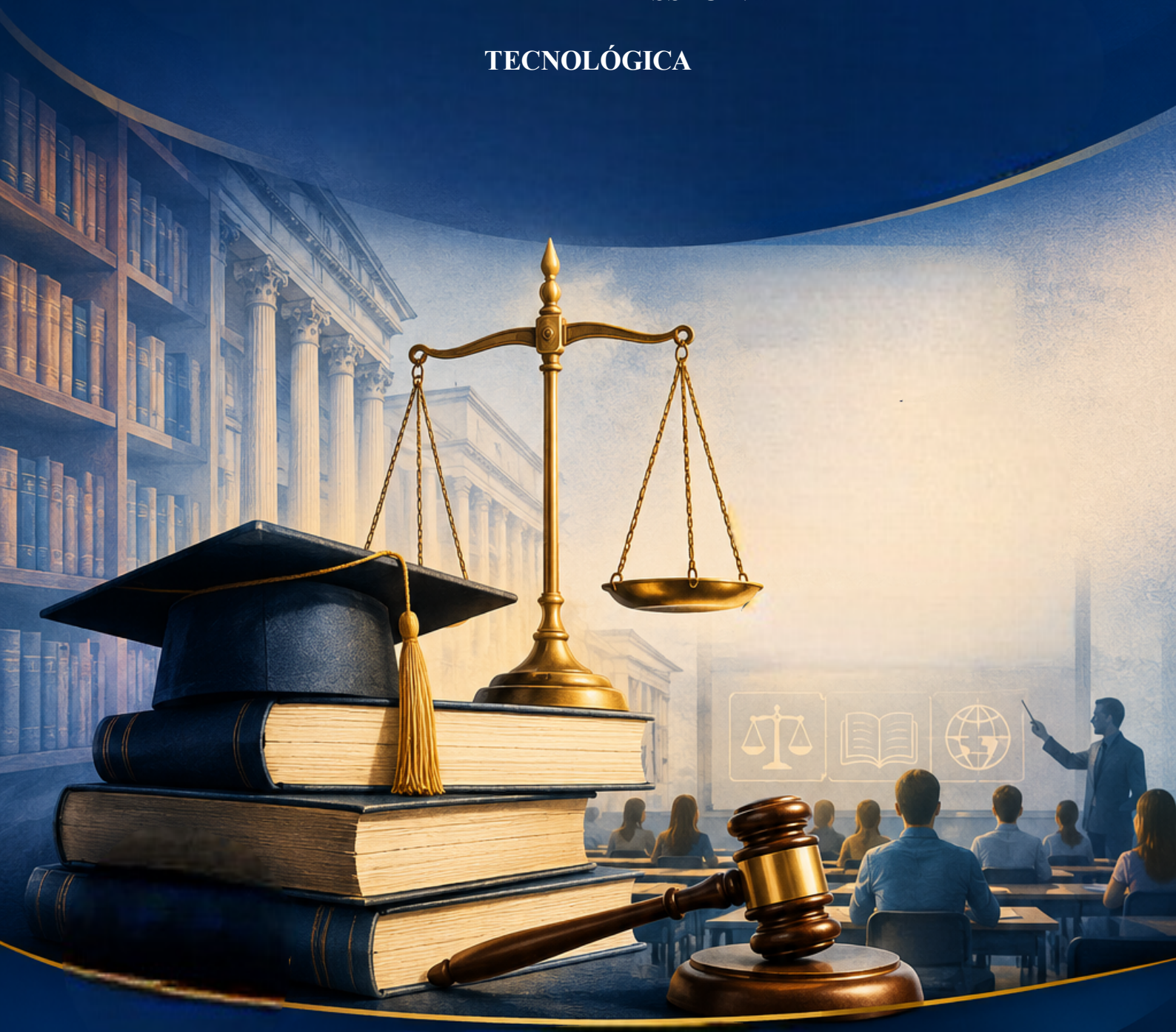
SOUSA, Edimara Cristina Brito e; RAMOS, Magda de Brito; GABRIEL, Maiquele Leite; DOBIX, Rosinete Aparecida dos Anjos; BUENO, Helen Paola Vieira. A saúde mental do professor e os impactos que podem ocorrer no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. *Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPPFIP*, Aquidauana, v. 4, n. 16, Edição Especial, p. 625-640, dez. 2024.

SOUZA, Nayara Lins de. Saúde mental de estudantes de pedagogia e seu impacto na aprendizagem. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

SOUZA, Willow de; LAROCA, Rebeca Ortiz; SILVA, Regisnei Aparecido de Oliveira. Saúde mental de professores da rede de educação básica: fatores de prazer e sofrimento no trabalho. *Revista Sociedade Científica*, v. 8, n. 1, p. 2121-2134, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61411/rsc2025114118>.

Capítulo 3

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA TECNOLÓGICA



LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA TECNOLÓGICA

FREEDOM OF EXPRESSION IN THE TECHNOLOGICAL AGE

Antonio Luna de Souza Junior

Resumo: A presente pesquisa aborda a liberdade de expressão na era tecnológica, considerando as transformações provocadas pela expansão da internet e das redes sociais na forma como as pessoas se comunicam e compartilham informações. O estudo teve como objetivo analisar como o ordenamento jurídico brasileiro interpreta e aplica a liberdade de expressão no ambiente digital, considerando seus fundamentos, seus limites e os conflitos com outros direitos fundamentais. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com consulta a artigos científicos, livros, legislação, jurisprudências e outros materiais relacionados ao tema. As buscas foram realizadas principalmente no SciELO e no Google Acadêmico, considerando estudos publicados entre 2019 e 2023. Os resultados demonstraram que a liberdade de expressão possui papel essencial para a democracia e para a participação social, mas não constitui um direito absoluto. No ambiente digital, seu exercício pode entrar em conflito com direitos como honra, imagem, privacidade, igualdade e dignidade da pessoa humana. Também foram identificados desafios relacionados à disseminação de fake news, ao discurso de ódio e à responsabilização por conteúdos ilícitos publicados nas plataformas digitais. Conclui-se que o principal desafio jurídico consiste em estabelecer um equilíbrio entre a proteção da liberdade de expressão e a necessidade de impedir abusos que possam atingir outros direitos fundamentais.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Direitos fundamentais. Redes sociais. Discurso de ódio. Fake news.

Abstract: This research addresses freedom of expression in the technological age, considering the

changes caused by the expansion of the internet and social media in the way people communicate and share information. The study aimed to analyze how the Brazilian legal system interprets and applies freedom of expression in the digital environment, considering its foundations, limits, and conflicts with other fundamental rights. The research was developed through a bibliographic and documentary review, based on scientific articles, books, legislation, case law, and other materials related to the subject. The searches were mainly conducted through SciELO and Google Scholar, considering studies published between 2019 and 2023. The results showed that freedom of expression plays an essential role in democracy and social participation, but it is not an absolute right. In the digital environment, its exercise may conflict with rights such as honor, image, privacy, equality, and human dignity. Challenges related to fake news, hate speech, and accountability for illegal content published on digital platforms were also identified. It is concluded that the main legal challenge is to establish a balance between protecting freedom of expression and preventing abuses that may affect other fundamental rights.

Keywords: Freedom of expression. Fundamental rights. Social media. Hate speech. Fake news.

INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão constitui um dos principais direitos fundamentais reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro. Sua importância está relacionada à possibilidade de manifestação do pensamento, participação social, circulação de ideias e construção do debate público. Em uma sociedade democrática, a existência de diferentes opiniões é necessária para o funcionamento das instituições e para a participação dos cidadãos.

Com o crescimento da internet e das redes sociais, o exercício desse direito passou por mudanças significativas. A comunicação deixou de depender exclusivamente dos meios tradicionais e passou a ocorrer de forma rápida, ampla e descentralizada. Atualmente, qualquer pessoa com acesso

à internet pode produzir e compartilhar conteúdos que alcançam um número elevado de indivíduos em pouco tempo. A própria dissertação destaca que a expansão tecnológica ampliou as possibilidades de comunicação, mas também trouxe novos conflitos jurídicos.

Essa realidade trouxe benefícios importantes, especialmente para a democratização da informação e para a participação social. Ao mesmo tempo, também facilitou a disseminação de conteúdos ofensivos, notícias falsas, discursos de ódio e manifestações capazes de atingir a honra, a imagem, a privacidade e a dignidade das pessoas.

Diante desse cenário, surge a necessidade de compreender até onde pode chegar a liberdade de expressão no ambiente digital. O problema que orientou a pesquisa foi: como o ordenamento jurídico brasileiro estabelece limites ao exercício da liberdade de expressão no ambiente digital, diante da necessidade de proteção dos demais direitos fundamentais?

O objetivo geral foi analisar como o ordenamento jurídico brasileiro interpreta e aplica a liberdade de expressão na era tecnológica, considerando seus fundamentos constitucionais, seus limites e os critérios utilizados para solucionar conflitos com outros direitos fundamentais.

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos três objetivos específicos: analisar a teoria dos direitos fundamentais; investigar a liberdade de expressão na era digital, seus fundamentos e limites; e discutir os impactos jurídicos e sociais da regulação da liberdade de expressão, especialmente diante das fake news, do discurso de ódio e da responsabilização de usuários e plataformas digitais.

A relevância do estudo está justamente na necessidade de compreender como proteger a liberdade de expressão sem permitir que ela seja utilizada como justificativa para violações de outros direitos fundamentais. O desafio não está simplesmente em escolher entre liberdade e restrição, mas em encontrar critérios capazes de permitir a convivência entre diferentes direitos dentro do Estado Democrático de Direito.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Foram utilizados artigos científicos, livros, legislação, jurisprudências e outros estudos relacionados à liberdade de expressão, aos direitos fundamentais e ao ambiente digital.

O levantamento bibliográfico foi realizado principalmente por meio das bases SciELO e Google Acadêmico. Foram considerados estudos publicados entre 2019 e 2023 que apresentassem relação direta com o tema investigado. Foram excluídos materiais que não correspondessem ao recorte temporal estabelecido ou que não apresentassem relação com o objeto da pesquisa.

Após o levantamento, os materiais foram analisados e organizados de acordo com os principais temas relacionados ao problema e aos objetivos da pesquisa. A análise considerou especialmente os fundamentos dos direitos fundamentais, a liberdade de expressão, seus limites, o discurso de ódio, as fake news, a responsabilidade das plataformas e a atuação do Poder Judiciário.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Direitos fundamentais e liberdade de expressão

A compreensão da liberdade de expressão exige inicialmente uma análise dos direitos fundamentais. Esses direitos foram construídos historicamente como instrumentos de proteção do indivíduo e de limitação do poder estatal. Com o desenvolvimento da sociedade, passaram a abranger também direitos sociais e coletivos.

Sarlet (2024) destaca a importância dos direitos fundamentais para a proteção da dignidade humana e para a organização da convivência social. No ambiente tecnológico, essa compreensão precisa acompanhar as transformações provocadas pelas novas formas de comunicação. A internet criou situações que exigem uma interpretação atualizada dos direitos fundamentais.

A liberdade de expressão possui relação direta com a democracia porque permite que

diferentes opiniões circulem no espaço público. No ambiente digital, essa participação foi ampliada, mas também aumentaram os riscos de abusos. A velocidade e o alcance das publicações fazem com que uma manifestação possa atingir milhares ou milhões de pessoas em pouco tempo.

Barroso (2022) destaca a necessidade de contextualizar a liberdade de pensamento conforme o ambiente em que ela é exercida. No meio digital, elementos como alcance, velocidade e funcionamento das plataformas precisam ser considerados na análise jurídica.

A liberdade de expressão, portanto, não pode ser analisada de maneira isolada. Em determinadas situações, pode entrar em conflito com a honra, a imagem, a privacidade e a dignidade da pessoa humana. A teoria dos direitos fundamentais fornece elementos para compreender esses conflitos e buscar soluções equilibradas.

A liberdade de expressão no ambiente digital

A expansão das redes sociais transformou profundamente a maneira como as pessoas exercem a liberdade de expressão. A comunicação passou a ser mais rápida, acessível e descentralizada. Essa transformação ampliou a participação social, mas também criou novas possibilidades de abuso.

Lemos (2021) observa que as plataformas digitais assumiram papel relevante na comunicação contemporânea. Empresas privadas passaram a atuar como intermediárias da circulação de informações, o que trouxe novos questionamentos sobre os limites de sua atuação e sobre a proteção dos direitos dos usuários.

Nesse contexto, a liberdade de expressão passou a envolver diferentes atores: usuários, Estado, Poder Judiciário e empresas de tecnologia. As plataformas possuem mecanismos próprios de moderação e podem remover conteúdos ou suspender contas, o que gera discussões sobre os limites da atuação privada.

A situação se torna ainda mais complexa quando a manifestação publicada não representa apenas uma opinião, mas atinge direitos de terceiros. Nesses casos, torna-se necessário avaliar o

conteúdo, o contexto, o alcance da publicação e suas consequências.

Limites da liberdade de expressão e direitos da personalidade

A liberdade de expressão é protegida constitucionalmente, mas não possui caráter absoluto. O ordenamento jurídico brasileiro também protege direitos como honra, imagem, privacidade e dignidade da pessoa humana.

A pesquisa demonstrou que os conflitos mais relevantes no ambiente digital ocorrem justamente quando a manifestação ultrapassa os limites da crítica ou da opinião e passa a produzir danos a outras pessoas.

A Constituição Federal estabelece, no artigo 5º, diferentes garantias relacionadas à liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, prevê mecanismos de responsabilização. O direito de resposta e a possibilidade de indenização por dano material, moral ou à imagem demonstram que liberdade e responsabilidade são tratadas conjuntamente pelo próprio texto constitucional (BRASIL, 1988).

Também merece destaque a vedação ao anonimato. No ambiente digital, a utilização de perfis falsos ou mecanismos de ocultação da identidade não elimina a responsabilidade jurídica. A internet não constitui um espaço separado do sistema jurídico.

Discurso de ódio e fake news

O discurso de ódio representa um dos principais desafios relacionados ao exercício da liberdade de expressão. Trata-se de manifestações que promovem preconceito, discriminação, hostilidade ou violência contra indivíduos ou grupos. No ambiente digital, sua capacidade de propagação aumenta consideravelmente os possíveis danos.

A pesquisa demonstrou que discursos de ódio podem atingir a dignidade das pessoas e comprometer a convivência democrática. A circulação rápida dessas manifestações pode ampliar seus

efeitos e atingir não apenas indivíduos, mas comunidades inteiras.

Büttner (2021) destaca a necessidade de proteger simultaneamente a liberdade de expressão e a dignidade humana. A responsabilização por manifestações discriminatórias, nesse sentido, não representa necessariamente uma negação da liberdade, mas pode funcionar como mecanismo de proteção do próprio ambiente democrático.

Outro problema identificado é a disseminação de fake news. A circulação de informações falsas pode comprometer o debate público, prejudicar pessoas e instituições e enfraquecer a confiança social. A pesquisa concluiu que o combate à desinformação não deve depender exclusivamente da retirada de conteúdos, mas também envolver educação digital e desenvolvimento da capacidade crítica dos usuários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A liberdade de expressão como direito fundamental e seus limites

Os resultados da pesquisa demonstram que existe uma convergência entre os autores analisados quanto à importância da liberdade de expressão para o funcionamento democrático, embora existam diferenças quanto à forma de compreender seus limites. Sarlet (2024) relaciona os direitos fundamentais à proteção da dignidade humana e entende que sua interpretação deve acompanhar as transformações sociais. Piovesan (2023), de maneira próxima, relaciona a evolução dos direitos fundamentais à ampliação da proteção da dignidade humana. Barroso (2022), por sua vez, chama atenção para a necessidade de considerar o contexto em que a liberdade de expressão é exercida, aspecto que ganha especial importância no ambiente digital.

Embora partam de perspectivas semelhantes, esses autores permitem identificar uma diferença importante. Enquanto Sarlet (2024) e Piovesan (2023) oferecem uma compreensão mais ampla da evolução e da proteção dos direitos fundamentais, Barroso (2022) contribui para deslocar a discussão para a situação concreta em que determinado direito é exercido. Essa distinção é relevante

porque uma manifestação realizada em uma conversa privada não necessariamente produz os mesmos efeitos de uma publicação realizada em uma rede social com grande alcance. Assim, o debate entre os autores demonstra que a proteção da liberdade de expressão não pode ser dissociada das circunstâncias concretas de seu exercício.

Sarmiento (2020) acrescenta outro elemento importante ao debate ao destacar a incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas. Essa perspectiva torna-se particularmente relevante no ambiente digital, uma vez que grande parte da comunicação ocorre em plataformas administradas por empresas privadas. Lemos (2021), ao analisar a relação entre direito, tecnologia e cultura, também destaca o papel das plataformas como intermediárias da comunicação. Enquanto Sarmiento (2020) oferece uma fundamentação jurídica para compreender a incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas, Lemos (2021) evidencia a transformação tecnológica que tornou essas relações cada vez mais relevantes.

Nesse sentido, Castells (2015) amplia o debate ao demonstrar que a tecnologia não modificou apenas o meio pelo qual as pessoas se comunicam, mas também as condições de circulação das informações. As plataformas utilizam mecanismos tecnológicos e algoritmos que influenciam a distribuição e a visibilidade dos conteúdos. Portanto, se Sarmiento (2020) permite compreender juridicamente a relação entre direitos fundamentais e particulares, Castells (2015) e Lemos (2021) ajudam a compreender por que essa relação se tornou tão complexa no ambiente digital.

A partir desse diálogo, verifica-se que a liberdade de expressão deve ser protegida de maneira ampla, mas não pode ser interpretada isoladamente. A própria dissertação demonstra que honra, imagem, privacidade, igualdade e dignidade da pessoa humana aparecem como parâmetros fundamentais para identificar situações de abuso. Assim, o resultado da pesquisa não aponta para uma oposição entre liberdade e proteção, mas para a necessidade de compatibilização entre diferentes direitos fundamentais.

Liberdade de expressão, discurso de ódio e dignidade humana

O debate torna-se mais complexo quando a liberdade de expressão é utilizada para manifestações discriminatórias. Costa (2021), Büttner (2021), Sousa (2023) e Santos e Bueno (2024) convergem ao reconhecer que o discurso de ódio pode ultrapassar os limites da liberdade de expressão quando atinge direitos fundamentais de outras pessoas. Büttner (2021), entretanto, acrescenta uma preocupação importante ao defender que eventual restrição deve ser excepcional e observar critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

Essa posição permite estabelecer um primeiro debate entre os autores. De um lado, Costa (2021), Sousa (2023) e Santos e Bueno (2024) enfatizam os danos produzidos pelas manifestações discriminatórias; de outro, Büttner (2021) chama atenção para o risco de uma resposta excessivamente ampla, que poderia transformar o combate ao discurso de ódio em restrição indevida da liberdade de expressão. Portanto, os autores não necessariamente divergem quanto à necessidade de combater manifestações discriminatórias, mas demonstram preocupações diferentes quanto aos critérios utilizados para estabelecer seus limites.

Araújo (2018) aprofunda essa discussão ao defender que o discurso deve ser analisado considerando contexto, cultura, história, sujeitos envolvidos e efeitos produzidos. Essa perspectiva complementa a posição de Büttner (2021), pois ambas demonstram que a simples classificação de uma manifestação como ofensiva não deveria ser suficiente para determinar sua retirada ou responsabilização. É necessário verificar as circunstâncias concretas em que a manifestação ocorreu.

O Caso Ellwanger, analisado na pesquisa, demonstra a importância dessa discussão. O Supremo Tribunal Federal reconheceu que a liberdade de expressão não poderia ser utilizada para proteger manifestações racistas que violassem a igualdade e a dignidade humana. Nesse ponto, a jurisprudência aproxima-se da preocupação apresentada por Büttner (2021): a liberdade deve ser preservada, mas a intervenção jurídica pode ser legítima quando a manifestação ultrapassa o debate democrático e produz violação concreta de direitos.

Fake news e os limites da liberdade de expressão

A discussão sobre fake news também revela diferentes contribuições entre os autores. Oliveira, Nascimento e Fraga (2021) defendem que liberdade de expressão não deve ser confundida com liberdade para desinformar, especialmente quando a divulgação deliberada de informações falsas produz danos. Ao mesmo tempo, os próprios autores reconhecem a necessidade de diferenciar a mentira deliberada do simples erro, da opinião ou de uma interpretação equivocada.

Essa preocupação pode ser relacionada à posição de Sousa (2023), que destaca os impactos da desinformação sobre a formação da opinião pública. Enquanto Oliveira, Nascimento e Fraga (2021) concentram-se na necessidade de responsabilização diante da divulgação deliberada de conteúdos falsos, Sousa (2023) permite compreender o problema em uma dimensão mais ampla, relacionada ao funcionamento do debate democrático.

Há, portanto, uma complementaridade entre os autores. A preocupação com a responsabilização não pode resultar na retirada automática de qualquer informação posteriormente considerada incorreta, pois isso poderia atingir a própria liberdade de expressão. Por outro lado, a proteção desse direito também não pode ser utilizada para legitimar campanhas deliberadas de desinformação capazes de causar danos concretos. O desafio está justamente em estabelecer critérios capazes de diferenciar erro, opinião, crítica e desinformação intencional.

A responsabilidade das plataformas digitais

Outro resultado importante está relacionado à atuação das plataformas digitais. Lemos (2021) demonstra que as empresas de tecnologia passaram a ocupar posição central na circulação das informações, enquanto Castells (2015) evidencia que os mecanismos tecnológicos e algorítmicos interferem na visibilidade dos conteúdos. Teixeira (2025), por sua vez, acrescenta que as decisões de

moderação devem ser acompanhadas de transparência, possibilidade de revisão e garantias mínimas aos usuários.

O diálogo entre esses autores permite perceber que a discussão contemporânea não pode mais ser limitada à relação entre Estado e indivíduo. Existe um terceiro elemento com influência significativa: as plataformas digitais. Nesse ponto, a contribuição de Sarmento (2020) sobre a incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas ganha importância, pois as decisões de empresas privadas podem afetar diretamente o exercício da liberdade de expressão.

Teixeira (2025) acrescenta uma preocupação que não aparece com a mesma intensidade nos autores que tratam apenas da liberdade de expressão em sentido tradicional: a necessidade de garantir mecanismos de revisão das decisões de moderação. Isso significa que a proteção da liberdade de expressão não envolve somente impedir censura estatal, mas também assegurar que decisões privadas de remoção de conteúdo sejam justificadas e possam ser questionadas.

O diálogo entre legislação, doutrina e jurisprudência

Os resultados demonstram que a legislação brasileira procura conciliar a liberdade de expressão com a proteção de outros direitos fundamentais. A Constituição Federal garante a liberdade de manifestação do pensamento, mas também estabelece direito de resposta e possibilidade de indenização por danos materiais, morais ou à imagem.

Esse modelo constitucional encontra correspondência na doutrina analisada. De um lado, autores como Sarlet (2024), Piovesan (2023) e Barroso (2022) destacam a importância da liberdade para a democracia e para a proteção dos direitos fundamentais. De outro, autores que discutem discurso de ódio, desinformação e responsabilidade digital demonstram que a liberdade precisa ser exercida dentro de determinados parâmetros.

A jurisprudência contribui para concretizar esse equilíbrio. A ADPF 130/DF evidencia a posição de destaque atribuída à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, enquanto o

Caso Ellwanger demonstra que essa proteção não é absoluta diante de manifestações racistas e discriminatórias.

Nesse ponto, a jurisprudência estabelece um diálogo particularmente importante com a doutrina. A posição preferencial da liberdade de expressão impede que críticas e opiniões sejam previamente tratadas como ilícitas; entretanto, como demonstrado no Caso Ellwanger, essa proteção encontra limites quando a manifestação viola direitos fundamentais de maneira grave. A própria dissertação identifica essa construção jurisprudencial como uma tentativa de equilíbrio entre liberdade e proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que a liberdade de expressão permanece como um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Sua proteção é indispensável para a participação cidadã, para a circulação de ideias e para a construção de uma sociedade plural. Entretanto, o desenvolvimento das tecnologias digitais trouxe novos desafios para o exercício desse direito.

A análise demonstrou que a liberdade de expressão não possui caráter absoluto. Quando sua utilização atinge injustificadamente a honra, a imagem, a privacidade, a igualdade ou a dignidade de outra pessoa, podem surgir consequências jurídicas.

Também foi possível verificar que o ambiente digital ampliou tanto as possibilidades de comunicação quanto os riscos relacionados ao abuso desse direito. Fake news, discursos de ódio, ofensas e conteúdos discriminatórios podem alcançar grandes públicos em pouco tempo, aumentando os possíveis danos.

A pesquisa mostrou ainda que o ordenamento jurídico brasileiro possui mecanismos para responsabilizar condutas ilícitas praticadas no ambiente virtual. A reparação civil, os crimes contra a honra e outros instrumentos jurídicos podem ser aplicados quando presentes os requisitos legais.

As plataformas digitais também passaram a ocupar papel central nesse cenário. Por

administrarem espaços utilizados para a circulação de informações, precisam ser consideradas nas discussões sobre moderação, transparência e proteção dos direitos fundamentais.

Entre as limitações do estudo está o fato de ter sido realizado exclusivamente por meio de revisão bibliográfica e documental. Não foram realizadas entrevistas, pesquisas de campo ou análises empíricas com usuários ou profissionais do Direito. A própria dissertação reconhece essa limitação e aponta possibilidades de aprofundamento em pesquisas futuras.

Também se destaca que a tecnologia está em constante transformação. Novas ferramentas, especialmente aquelas relacionadas à inteligência artificial, podem modificar rapidamente os desafios jurídicos existentes. Por isso, a interpretação e a regulamentação da liberdade de expressão precisarão continuar acompanhando essas mudanças.

Conclui-se, portanto, que o maior desafio não está em escolher entre liberdade e controle. O caminho mais adequado consiste em construir mecanismos capazes de proteger a livre manifestação do pensamento sem permitir que ela seja utilizada para justificar violações aos direitos de outras pessoas.

A liberdade de expressão continuará sendo indispensável para a democracia. Sua preservação, porém, depende também de responsabilidade, respeito e compreensão dos limites jurídicos existentes. Em uma sociedade cada vez mais conectada, esse equilíbrio é fundamental para a construção de um ambiente digital democrático, seguro e compatível com os valores constitucionais.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

BORGES, Tháila dos Santos; FONSECA, Gabriel Ferreira da. Liberdade de expressão e discursos de ódio na sociedade das plataformas digitais: um estudo a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. *Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social*, v. 14, n. 2, 2025.

BÜTTNER, Paula. Discurso de ódio nas redes sociais, limites à liberdade de expressão e a influência dos precedentes judiciais no Brasil. *Revista da ESMESC*, v. 28, n. 34, p. 322-351, 2021.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de direito constitucional*. 16. ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais: fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

LEMOS, Ronaldo. *Direito, tecnologia e cultura*. São Paulo: FGV, 2021.

MENDONÇA, Gustavo Olympio Scavuzzi de. Liberdade de expressão e seus limites nos tempos da internet. *Revista Foco*, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n1-017.

OLIVEIRA, Antonio Leal de; NASCIMENTO, Carolina Rondelli do; FRAGA, Carolina Marcondes. Os limites à liberdade de expressão na era da (des)informação: novas fronteiras e perspectivas para a efetivação dos direitos fundamentais. *Revista Thesis Juris*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 187-203, 2021. DOI: 10.5585/rtj.v10i2.16930.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

SANTOS, Gedielson Gabriel dos; BUENO, Mariza Schuster. Direito à liberdade de expressão ou discurso de ódio nas mídias sociais. *Acadêmica de Direito*, v. 6, p. 2682-2703, 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 14. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024.

SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris,

2020.

SOUSA, Francisco de Sales de. Direitos e limitações à liberdade de expressão na era digital. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 9, n. 4, p. 12932-12951, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n4-025.

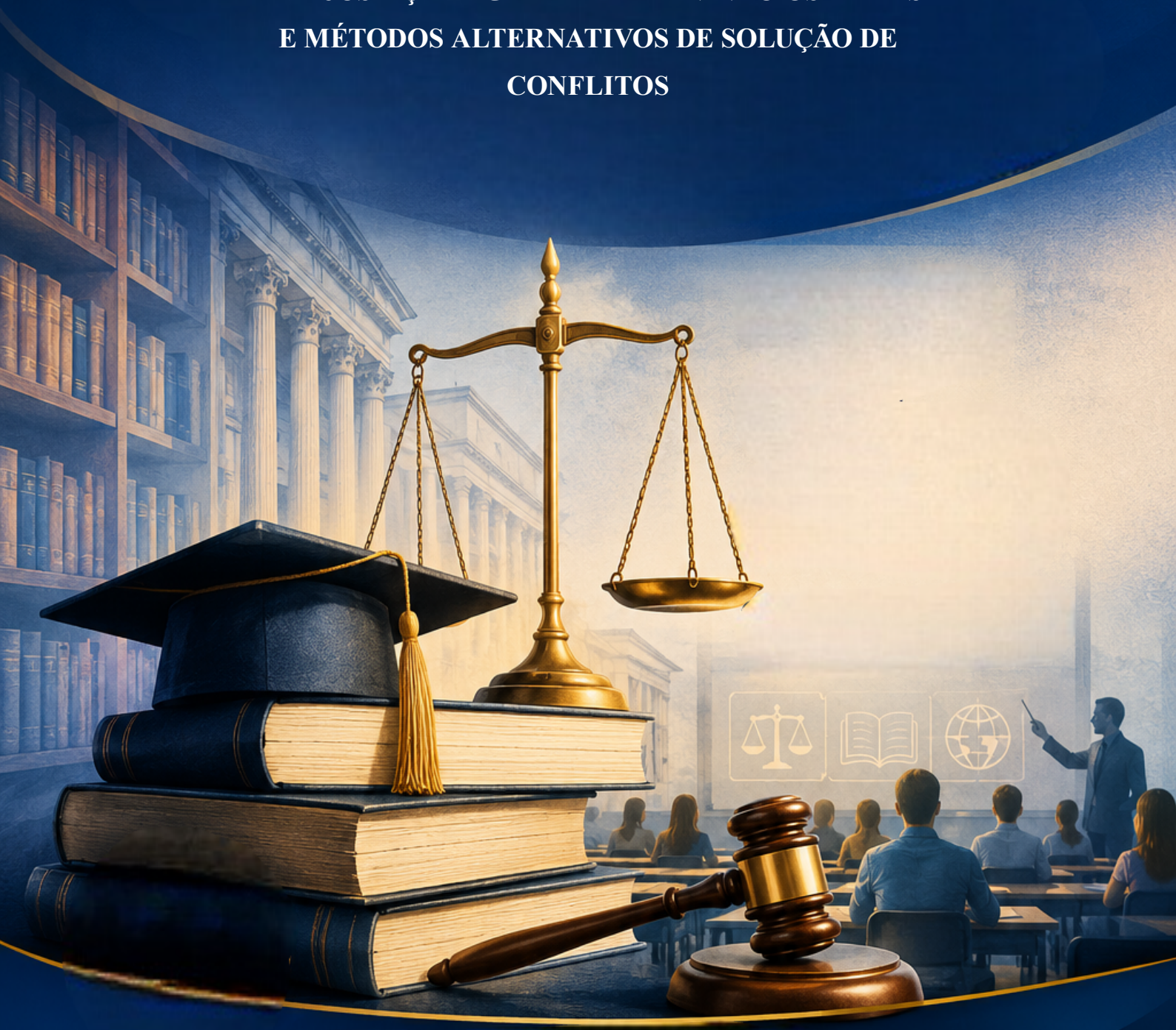
SOUSA, Thayná Lima de; CARDOSO, Jorge Cláudio Duarte; MARINHO, Naira Silva; RESGALA JÚNIOR, Renato Marcelo. Limites da liberdade de expressão na era digital: uma análise jurídica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 9, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11265.

TEIXEIRA, Bernardo Spencer da Fontoura. Liberdade de expressão e moderação de conteúdo nas redes sociais. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

VALIATI, Fernanda Carrenho. Liberdade de expressão na era digital: a autorregulação regulada. *Yearbook of Legal Sciences & Human Rights*, v. 1, p. 230-264, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10863797.

Capítulo 4

O OFICIAL DE JUSTIÇA NA ERA DA TECNOLOGIA
E DA JUSTIÇA DIGITAL REDEFININDO OS PAPÉIS
E MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE
CONFLITOS



O OFICIAL DE JUSTIÇA NA ERA DA TECNOLOGIA E DA JUSTIÇA DIGITAL REDEFININDO OS PAPÉIS E MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

THE COURT OFFICER IN THE AGE OF TECHNOLOGY AND DIGITAL JUSTICE: REDEFINING ROLES AND ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION METHODS

José Armando de Lima Albuquerque

Resumo: As transformações tecnológicas implementadas no Poder Judiciário brasileiro modificaram significativamente a forma de prestação jurisdicional, ampliando o uso de ferramentas digitais, sistemas eletrônicos e métodos consensuais de solução de conflitos. Nesse contexto, a atuação do oficial de justiça também passou por importantes mudanças, deixando de concentrar-se exclusivamente no cumprimento material dos mandados para assumir funções estratégicas relacionadas à inteligência processual, à utilização de tecnologias digitais e à promoção da efetividade da prestação jurisdicional. O presente artigo tem como objetivo analisar como a evolução das atribuições do oficial de justiça contribui para fortalecer o acesso à justiça e ampliar a efetividade das decisões judiciais diante da transformação digital do Poder Judiciário brasileiro. Trata-se de pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, objetivos descritivo e exploratório e procedimentos bibliográficos e documentais, fundamentada em legislação, resoluções do Conselho Nacional de Justiça, livros e artigos científicos. Os resultados demonstram que a incorporação de novas tecnologias ampliou as possibilidades de atuação dos oficiais de justiça sem substituir a importância do contato humano durante o cumprimento das decisões judiciais. Além disso, verificou-se que a ampliação de suas competências fortalece a autocomposição, contribui para a efetividade dos acordos judiciais e amplia o acesso à justiça. Conclui-se que a valorização institucional da carreira, associada à capacitação

permanente e ao investimento em inovação tecnológica, constitui elemento indispensável para o fortalecimento da prestação jurisdicional no Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Oficial de justiça. Justiça Digital. Acesso à justiça. Efetividade da prestação jurisdicional. Poder Judiciário.

Abstract: Technological transformations implemented in the Brazilian Judiciary have significantly modified the way judicial services are provided, expanding the use of digital tools, electronic systems, and consensual methods of conflict resolution. In this context, the role of the court officer has also undergone important changes, shifting from focusing exclusively on the physical execution of warrants to assuming strategic functions related to procedural intelligence, the use of digital technologies, and the promotion of the effectiveness of judicial services. This article aims to analyze how the evolution of the court officer's duties contributes to strengthening access to justice and increasing the effectiveness of judicial decisions in the face of the digital transformation of the Brazilian Judiciary. This is basic research, with a qualitative approach, descriptive and exploratory objectives, and bibliographic and documentary procedures, based on legislation, resolutions of the National Council of Justice, books, and scientific articles. The results demonstrate that the incorporation of new technologies has expanded the possibilities for court officers to act without replacing the importance of human contact during the execution of judicial decisions. Furthermore, it was found that expanding their competencies strengthens self-composition, contributes to the effectiveness of judicial agreements, and broadens access to justice. It is concluded that the institutional valorization of the career, associated with continuous training and investment in technological innovation, constitutes an indispensable element for strengthening the provision of judicial services in a democratic state governed by the rule of law.

Keywords: Court officer. Digital Justice. Access to justice. Effectiveness of judicial services. Judiciary.

INTRODUÇÃO

A modernização do Poder Judiciário brasileiro transformou significativamente a forma como os serviços jurisdicionais são prestados à sociedade. A incorporação de tecnologias digitais, o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), a utilização da inteligência artificial e a ampliação das comunicações eletrônicas modificaram rotinas processuais e impulsionaram novas formas de atuação dos profissionais responsáveis pela efetivação das decisões judiciais. Entre esses agentes, destaca-se o oficial de justiça, cuja função passou por importante processo de redefinição diante das exigências impostas pela Justiça Digital.

Historicamente, o oficial de justiça foi reconhecido como o servidor encarregado de cumprir mandados judiciais e materializar as determinações emanadas pelos magistrados. Entretanto, as transformações institucionais ocorridas nas últimas décadas ampliaram significativamente suas atribuições, incorporando competências relacionadas à utilização de ferramentas tecnológicas, à inteligência processual, à promoção da autocomposição e ao fortalecimento do acesso à justiça. Essa evolução demonstra que sua atuação deixou de possuir caráter exclusivamente operacional para assumir função estratégica dentro da estrutura do Poder Judiciário.

Embora a transformação digital tenha proporcionado maior celeridade e eficiência aos procedimentos judiciais, ela também trouxe novos desafios relacionados à capacitação profissional, à segurança da informação, à inclusão digital e à necessidade de conciliar inovação tecnológica com atendimento humanizado. Nesse cenário, compreender a evolução da atuação do oficial de justiça torna-se fundamental para avaliar sua contribuição para a efetividade da prestação jurisdicional e para a concretização do acesso à justiça.

Diante dessa realidade, este artigo busca responder à seguinte problemática: de que maneira a ampliação das atribuições do oficial de justiça contribui para fortalecer o acesso à justiça e aumentar a efetividade das decisões judiciais diante da transformação digital do Poder Judiciário brasileiro?

Parte-se da hipótese de que a evolução das competências atribuídas ao oficial de justiça

fortaleceu sua atuação institucional, ampliando sua participação na utilização das tecnologias digitais, na promoção dos métodos consensuais de resolução de conflitos e na concretização das decisões judiciais. Além disso, considera-se que o fortalecimento da carreira contribui para tornar o Poder Judiciário mais eficiente, acessível e compatível com as demandas da sociedade contemporânea.

O objetivo geral consiste em analisar o papel do oficial de justiça na efetivação do acesso à justiça, considerando a evolução de suas atribuições diante da transformação digital do Poder Judiciário. Especificamente, busca-se compreender a evolução histórica da função, discutir os impactos das tecnologias digitais sobre a atividade, analisar sua participação nos métodos consensuais de resolução de conflitos e identificar os principais desafios e perspectivas relacionados à ampliação de suas competências.

A pesquisa está organizada em cinco seções. Após esta introdução, apresentam-se os procedimentos metodológicos, a fundamentação teórica, a análise e discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais, sintetizando os principais achados da investigação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A EVOLUÇÃO DA ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA NA JUSTIÇA DIGITAL

O oficial de justiça ocupa posição estratégica na estrutura do Poder Judiciário brasileiro, sendo responsável pela concretização das decisões judiciais e pela aproximação entre o Estado e a sociedade. Entretanto, as profundas transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas modificaram significativamente a forma como esse profissional desempenha suas atribuições, ampliando suas competências e incorporando novas responsabilidades relacionadas à utilização de ferramentas digitais, inteligência processual e métodos consensuais de solução de conflitos.

Historicamente, a atividade do oficial de justiça esteve associada ao cumprimento presencial de citações, intimações, notificações e demais atos executivos. Com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), da Justiça Digital e da informatização dos procedimentos processuais, parte

significativa das rotinas administrativas passou a ser realizada por meio eletrônico. Apesar dessas mudanças, a presença do oficial de justiça permaneceu indispensável em diversas diligências que exigem contato direto com as partes e análise das circunstâncias concretas de cada situação.

A literatura especializada demonstra que a evolução tecnológica não reduziu a importância desse profissional, mas redefiniu seu papel institucional. Atualmente, além da execução material dos mandados, o oficial de justiça utiliza bancos de dados eletrônicos, sistemas informatizados, plataformas digitais e mecanismos de inteligência processual para localizar pessoas, bens e informações necessárias ao cumprimento das decisões judiciais.

Essa transformação evidencia uma mudança de paradigma na atuação profissional. O oficial de justiça deixou de exercer função exclusivamente operacional para assumir papel estratégico na efetividade da prestação jurisdicional, contribuindo para maior celeridade processual, racionalização dos procedimentos e fortalecimento da eficiência administrativa do Poder Judiciário.

Outro aspecto relevante refere-se à preservação da dimensão humana da atividade. Embora a tecnologia tenha ampliado os instrumentos disponíveis para o cumprimento das diligências, situações envolvendo conflitos familiares, violência doméstica, reintegrações de posse e outras medidas de elevada complexidade continuam exigindo sensibilidade, equilíbrio emocional e capacidade de diálogo por parte do servidor.

Nesse contexto, observa-se que inovação tecnológica e atuação humana não constituem elementos excludentes, mas complementares. A tecnologia amplia a eficiência operacional, enquanto a atuação presencial do oficial de justiça permanece indispensável para assegurar o respeito aos direitos fundamentais, à dignidade da pessoa humana e às particularidades existentes em cada diligência realizada.

TECNOLOGIA, ACESSO À JUSTIÇA E MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

A transformação digital do Poder Judiciário brasileiro produziu importantes avanços relacionados à ampliação do acesso à justiça. A utilização de plataformas eletrônicas, audiências virtuais, comunicações digitais e sistemas informatizados contribuiu para reduzir barreiras geográficas, aumentar a celeridade processual e facilitar o acompanhamento das demandas judiciais pelos jurisdicionados.

Todavia, a efetividade dessas inovações depende da atuação coordenada dos profissionais responsáveis por sua implementação. Nesse cenário, o oficial de justiça desempenha papel relevante ao integrar recursos tecnológicos ao cumprimento das decisões judiciais, preservando simultaneamente a segurança jurídica e o contato humano necessário em diversas situações processuais.

A evolução das atribuições desse profissional também acompanha a valorização dos métodos adequados de solução de conflitos. A legislação processual contemporânea e as políticas públicas implementadas pelo Conselho Nacional de Justiça passaram a estimular práticas voltadas à autocomposição, reconhecendo que a solução consensual pode proporcionar maior satisfação às partes e reduzir a litigiosidade.

Embora o oficial de justiça não exerça formalmente a função de conciliador ou mediador judicial em todas as situações, sua atuação frequentemente favorece o diálogo entre os envolvidos durante o cumprimento das diligências. O contato direto com as partes permite esclarecer dúvidas, reduzir tensões e, em determinadas circunstâncias, estimular soluções consensuais capazes de evitar novos conflitos.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação em diligências envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa demonstra que o oficial de justiça frequentemente atua em contextos marcados por desigualdades econômicas, conflitos familiares e limitações de acesso às tecnologias digitais. Nessas circunstâncias, sua presença representa importante mecanismo de

aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade, contribuindo para a efetivação do acesso à justiça.

Entretanto, a incorporação das tecnologias digitais também trouxe desafios relacionados à proteção de dados pessoais, à segurança da informação, à necessidade de atualização permanente e à inclusão digital da população. A efetividade da Justiça Digital depende não apenas da disponibilidade de recursos tecnológicos, mas também da capacitação dos profissionais e da criação de políticas públicas capazes de garantir acesso igualitário aos serviços jurisdicionais.

Assim, verifica-se que a evolução tecnológica fortaleceu a atuação do oficial de justiça sem substituir sua importância institucional. Ao contrário, ampliou suas responsabilidades e consolidou seu papel como agente de efetivação das decisões judiciais, de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de soluções adequadas para os conflitos submetidos ao Poder Judiciário.

METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, desenvolvida sob abordagem qualitativa, por buscar compreender as transformações ocorridas na atuação do oficial de justiça diante da modernização tecnológica do Poder Judiciário brasileiro. A investigação possui caráter descritivo e exploratório, uma vez que descreve a evolução das atribuições desse profissional e analisa sua contribuição para a efetividade da prestação jurisdicional, para a Justiça Digital e para o fortalecimento do acesso à justiça.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros, artigos científicos, dissertações, teses e publicações especializadas sobre Direito Processual Civil, acesso à justiça, transformação digital do Poder Judiciário, inteligência artificial aplicada ao Direito e métodos adequados de solução de conflitos. Já a pesquisa documental contemplou a análise da Constituição Federal de 1988, do Código de Processo Civil, de resoluções do Conselho Nacional de Justiça, especialmente aquelas relacionadas à Justiça Digital, além de documentos institucionais e demais normas pertinentes à atuação do oficial de justiça.

A seleção das obras considerou sua relevância para o problema investigado, privilegiando autores que discutem o acesso à justiça, a transformação digital do Poder Judiciário, a utilização das tecnologias da informação na prestação jurisdicional e a evolução das atribuições do oficial de justiça. Também foram examinadas publicações recentes sobre inteligência artificial, processo judicial eletrônico e métodos consensuais de resolução de conflitos, buscando contemplar os avanços contemporâneos da temática.

A análise do material ocorreu mediante abordagem interpretativa, estabelecendo diálogo entre a legislação, a doutrina e a literatura científica consultada. Esse procedimento permitiu identificar as principais mudanças ocorridas na atuação do oficial de justiça, bem como avaliar os impactos da transformação digital sobre a efetividade das decisões judiciais e sobre o fortalecimento do acesso à justiça.

Por tratar-se de pesquisa exclusivamente bibliográfica e documental, sem participação de seres humanos ou coleta direta de dados empíricos, não houve necessidade de submissão do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a regulamentação brasileira aplicável.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da literatura e dos documentos examinados demonstra que a transformação digital modificou profundamente a dinâmica da prestação jurisdicional brasileira. A incorporação de sistemas eletrônicos, plataformas digitais e ferramentas de inteligência artificial ampliou a eficiência administrativa do Poder Judiciário, exigindo também a redefinição das atribuições desempenhadas pelos oficiais de justiça. Nesse novo cenário, verificou-se que esse profissional passou a exercer funções mais amplas, estratégicas e compatíveis com as demandas da Justiça Digital.

Os resultados da pesquisa confirmam que a hipótese inicialmente proposta foi plenamente atendida. Observou-se que a evolução das competências atribuídas ao oficial de justiça fortaleceu sua participação na efetivação das decisões judiciais, na utilização de recursos tecnológicos e na

promoção do acesso à justiça, sem afastar a importância do contato humano durante a execução das diligências.

A literatura consultada demonstra consenso ao reconhecer que a transformação digital não reduziu a relevância da atuação presencial do oficial de justiça. Pelo contrário, os avanços tecnológicos passaram a funcionar como instrumentos de apoio às atividades desenvolvidas por esses profissionais, permitindo maior rapidez na localização de pessoas, bens e informações, além de ampliar a eficiência do cumprimento das decisões judiciais.

Outro resultado relevante refere-se à utilização das ferramentas tecnológicas como mecanismo de fortalecimento da efetividade da prestação jurisdicional. O Processo Judicial Eletrônico, os bancos de dados integrados, as plataformas digitais e os sistemas de comunicação eletrônica reduziram o tempo necessário para diversas diligências e facilitaram o acesso às informações processuais. Entretanto, a pesquisa demonstra que esses recursos não eliminam a necessidade da atuação humana em situações que exigem sensibilidade, diálogo e análise das circunstâncias concretas.

A discussão entre os autores evidencia que a tecnologia deve ser compreendida como elemento complementar à atividade do oficial de justiça. Embora os recursos digitais promovam maior eficiência operacional, inúmeras diligências continuam dependendo da capacidade técnica, da experiência profissional e do equilíbrio emocional do servidor para garantir o cumprimento adequado das determinações judiciais.

Também se verificou que a ampliação das atribuições do oficial de justiça representa importante avanço institucional. Os estudos analisados apontam que esse profissional passou a atuar não apenas na execução dos mandados, mas também na utilização da inteligência processual, na identificação de informações relevantes para os processos e na promoção de soluções consensuais durante determinadas diligências.

Outro aspecto identificado durante a pesquisa refere-se à crescente valorização dos métodos adequados de solução de conflitos. A análise da literatura demonstra que o oficial de justiça pode contribuir para estimular o diálogo entre as partes, esclarecer dúvidas e favorecer o cumprimento

voluntário das decisões judiciais, fortalecendo a cultura da pacificação social e reduzindo a litigiosidade.

A pesquisa também evidencia que a atuação do oficial de justiça tornou-se ainda mais relevante nas diligências envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nessas circunstâncias, o contato direto com os jurisdicionados permite identificar dificuldades que nem sempre aparecem nos autos processuais, contribuindo para uma atuação mais compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana e do acesso à justiça.

Entretanto, os resultados também revelam importantes desafios decorrentes da modernização tecnológica. Entre eles destacam-se a necessidade permanente de capacitação profissional, a rápida evolução das ferramentas digitais, a proteção de dados pessoais, a segurança da informação e a adaptação constante às mudanças promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Outro desafio identificado diz respeito à inclusão digital. Embora a Justiça Digital tenha ampliado o acesso aos serviços judiciais para grande parcela da população, ainda existem cidadãos que enfrentam dificuldades para utilizar plataformas eletrônicas ou acessar os sistemas digitais disponibilizados pelo Poder Judiciário. Nesses casos, o oficial de justiça permanece exercendo papel fundamental na aproximação entre a justiça e a sociedade.

A análise dos estudos demonstra ainda que a modernização tecnológica exige investimentos contínuos por parte das instituições judiciais. Não basta disponibilizar novos sistemas informatizados; torna-se indispensável oferecer infraestrutura adequada, treinamento permanente e suporte técnico aos profissionais responsáveis pela execução das atividades jurisdicionais.

Ao confrontar os objetivos estabelecidos com os resultados obtidos, verifica-se que todos foram alcançados. Foi possível compreender a evolução histórica da atuação do oficial de justiça, analisar os impactos da transformação digital sobre suas atribuições, discutir sua participação na utilização das novas tecnologias e identificar sua contribuição para o fortalecimento do acesso à justiça e dos métodos consensuais de resolução de conflitos.

Os resultados também evidenciam que a Justiça Digital não representa apenas inovação tecnológica, mas uma mudança estrutural na forma como o Poder Judiciário organiza suas atividades.

Nesse novo contexto, o oficial de justiça assume posição estratégica ao integrar conhecimento jurídico, domínio tecnológico e capacidade de atuação humanizada, tornando-se agente indispensável para a efetividade da prestação jurisdicional.

De forma geral, a pesquisa demonstra que a evolução das atribuições do oficial de justiça acompanha as próprias transformações vivenciadas pelo Poder Judiciário brasileiro. Sua atuação deixou de concentrar-se exclusivamente na execução material dos mandados para incorporar competências relacionadas à inteligência processual, à inovação tecnológica, à pacificação social e ao fortalecimento do acesso à justiça.

Assim, conclui-se que a modernização tecnológica ampliou significativamente as possibilidades de atuação dos oficiais de justiça, fortalecendo sua importância institucional e sua contribuição para a efetividade das decisões judiciais. O equilíbrio entre inovação tecnológica e atuação humanizada revela-se essencial para que a Justiça Digital continue promovendo maior eficiência, segurança jurídica e proteção dos direitos fundamentais, sem perder de vista as necessidades concretas dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o papel do oficial de justiça na efetivação do acesso à justiça diante das transformações promovidas pela Justiça Digital, considerando a evolução de suas atribuições, a incorporação de tecnologias ao Poder Judiciário e a ampliação dos métodos adequados de solução de conflitos. A análise da literatura, da legislação e dos documentos institucionais permitiu compreender que a atuação desse profissional passou por significativa redefinição, acompanhando as mudanças ocorridas no sistema de justiça brasileiro.

Em relação à problemática proposta, verificou-se que a ampliação das atribuições do oficial de justiça fortaleceu sua contribuição para a efetividade das decisões judiciais e para o acesso à justiça. A pesquisa demonstrou que a utilização de ferramentas tecnológicas, sistemas eletrônicos e

recursos de inteligência processual ampliou a eficiência das diligências sem afastar a necessidade da atuação presencial em situações que exigem análise contextual, diálogo e respeito às particularidades de cada caso concreto.

Os objetivos estabelecidos foram alcançados ao longo do desenvolvimento do estudo. Inicialmente, foi possível compreender a evolução histórica da função do oficial de justiça e sua importância institucional dentro do Poder Judiciário. Em seguida, analisaram-se os impactos da transformação digital sobre suas atribuições, identificando as principais mudanças decorrentes da informatização dos processos judiciais, da utilização de plataformas eletrônicas e da implementação de novas ferramentas tecnológicas. Também foram discutidas sua participação na promoção dos métodos consensuais de resolução de conflitos e as perspectivas de fortalecimento institucional da carreira.

Os resultados evidenciaram que o oficial de justiça deixou de desempenhar apenas funções relacionadas ao cumprimento material dos mandados judiciais. Atualmente, sua atuação envolve competências voltadas à inteligência processual, ao uso estratégico das tecnologias digitais, ao apoio à autocomposição e à efetivação de acordos judiciais e extrajudiciais. Essas transformações reforçam sua importância para a concretização da prestação jurisdicional e para a promoção de uma justiça mais eficiente e acessível.

Outro aspecto relevante identificado durante a pesquisa refere-se à permanência da dimensão humana da atividade. Embora a transformação digital tenha proporcionado maior rapidez e eficiência aos procedimentos judiciais, verificou-se que inúmeras diligências continuam exigindo sensibilidade, capacidade de comunicação, equilíbrio emocional e observância dos direitos fundamentais. Dessa forma, a tecnologia deve ser compreendida como instrumento complementar à atuação do oficial de justiça, e não como elemento capaz de substituir sua presença junto aos jurisdicionados.

Também foram identificados desafios relevantes para a consolidação da Justiça Digital. A necessidade permanente de capacitação profissional, os investimentos em infraestrutura tecnológica, a proteção de dados pessoais, a segurança da informação e a inclusão digital da população representam

fatores essenciais para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Além disso, a valorização institucional da carreira mostra-se indispensável para que os oficiais de justiça possam desempenhar suas atribuições com eficiência, segurança e qualidade.

Conclui-se, portanto, que a transformação digital ampliou significativamente as possibilidades de atuação dos oficiais de justiça, fortalecendo seu papel como agente de efetivação das decisões judiciais e de promoção do acesso à justiça. A integração entre inovação tecnológica e atuação humanizada representa um dos principais caminhos para a construção de um Poder Judiciário mais eficiente, acessível e comprometido com a proteção dos direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos empíricos envolvendo oficiais de justiça, magistrados, advogados e demais operadores do Direito, investigando os impactos concretos da Justiça Digital sobre a efetividade da prestação jurisdicional, a utilização da inteligência artificial no cumprimento das decisões judiciais e os reflexos da transformação tecnológica na ampliação do acesso à justiça. Esses estudos poderão contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à modernização do Poder Judiciário e ao fortalecimento da atuação dos oficiais de justiça em um cenário de constante inovação tecnológica.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução CNJ nº 600, de 13 de dezembro de 2024. Dispõe sobre a utilização de ferramentas tecnológicas e amplia o acesso dos oficiais de justiça a sistemas eletrônicos para o cumprimento de ordens judiciais. Brasília: CNJ, 2024.

DEMO, Pedro. Justiça Digital e inovação tecnológica no Poder Judiciário. Brasília: Fórum, 2024.

MENDONÇA, Ricardo. Transformação digital e efetividade da prestação jurisdicional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.

PRADO, Geraldo. Oficial de justiça e efetividade da tutela jurisdicional. São Paulo: Atlas, 2019.

SAFRAIDER, José Carlos. O oficial de justiça no direito processual brasileiro. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 46. ed. São Paulo: Malheiros, 2025.

SILVA, Ricardo Henrique. A atuação do oficial de justiça na efetividade das decisões judiciais. Revista de Processo, São Paulo, v. 43, n. 298, p. 85-104, 2018.

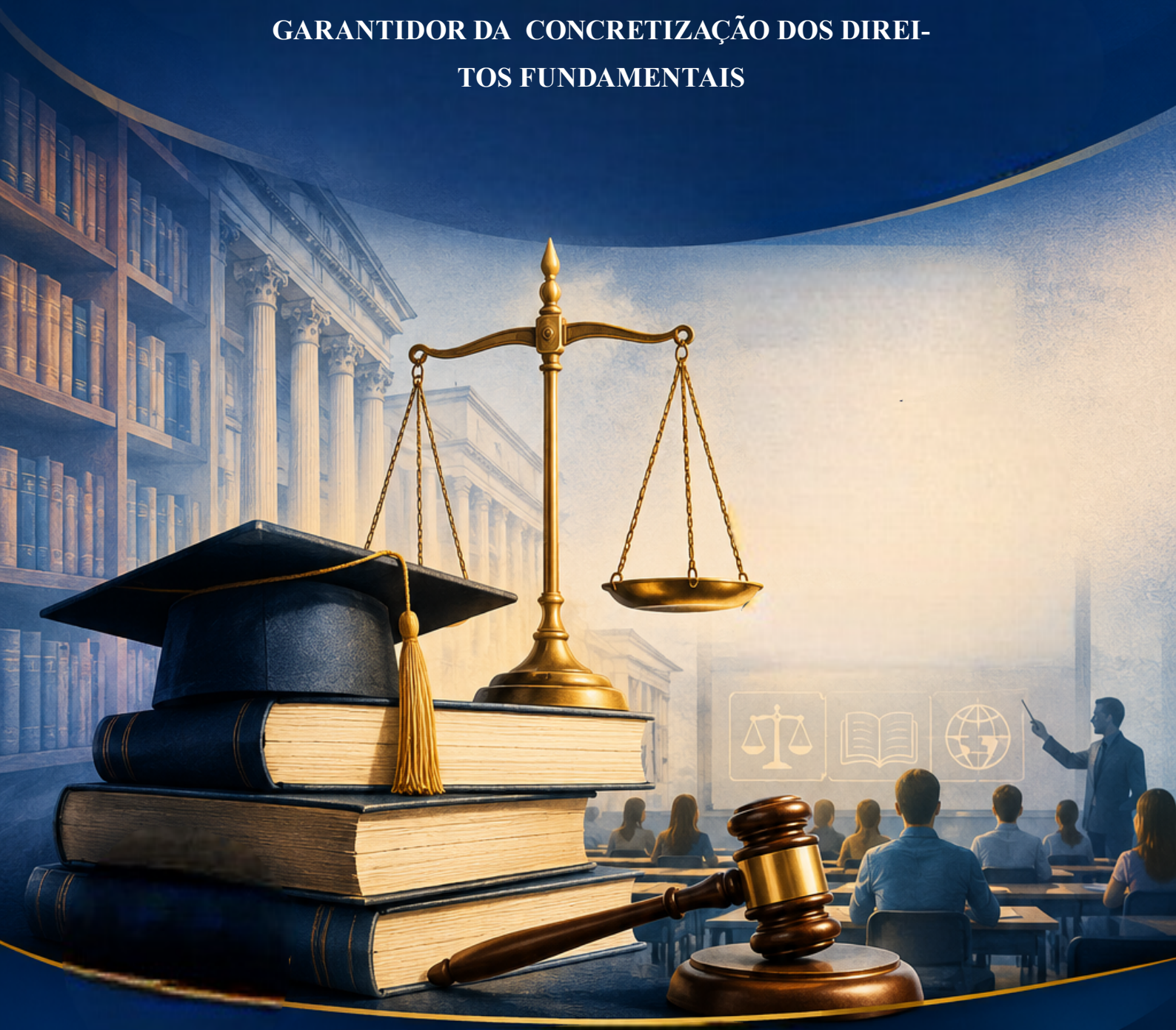
TREVISAM, Ana Paula; GUTIERRES, Daniela; COELHO, Mariana. A inclusão digital e o acesso à justiça na sociedade contemporânea. Revista de Direito e Tecnologia, v. 9, n. 2, p. 180-198, 2023.

VASCONCELOS, Marcelo. Proteção de dados e segurança da informação no Poder Judiciário. Brasília: Fórum, 2026.

XAVIER, Fernando. O oficial de justiça na Justiça Digital: desafios e perspectivas contemporâneas. São Paulo: JH Mizuno, 2024.

Capítulo 5

O PAPEL DO OFICIAL DE JUSTIÇA COMO AGENTE GARANTIDOR DA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREI- TOS FUNDAMENTAIS



O PAPEL DO OFICIAL DE JUSTIÇA COMO AGENTE GARANTIDOR DA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Maria Da Conceição De Moraes Alexandre Barbosa

Resumo: A efetividade da prestação jurisdicional depende não apenas da prolação de decisões judiciais, mas também de sua concretização prática. Nesse contexto, destaca-se a atuação do oficial de justiça, servidor responsável por materializar as determinações emanadas pelo Poder Judiciário e assegurar que os direitos reconhecidos pelo Estado sejam efetivamente alcançados pelos jurisdicionados. O presente artigo tem como objetivo analisar a relevância da atuação do oficial de justiça como agente garantidor da concretização dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. A pesquisa partiu da problemática que buscou compreender de que maneira a atuação desse profissional contribui para a efetividade das decisões judiciais e para a proteção dos direitos fundamentais. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, objetivos descritivo e exploratório e procedimentos bibliográficos e documentais, fundamentada em livros, artigos científicos, legislação, jurisprudência e documentos oficiais. Os resultados evidenciaram que o oficial de justiça desempenha função essencial para a efetividade da tutela jurisdicional, atuando como elo entre o Poder Judiciário e a sociedade. Além disso, verificou-se que sua atuação ultrapassa o simples cumprimento de mandados, contribuindo para a proteção da dignidade da pessoa humana, para o fortalecimento do acesso à justiça e para a concretização dos direitos fundamentais. Também foram identificados desafios relacionados à sobrecarga de trabalho, limitações estruturais, riscos inerentes à atividade e necessidade permanente de capacitação profissional. Conclui-se que a valorização institucional do oficial de justiça constitui medida indispensável para ampliar a eficiência da prestação jurisdicional, fortalecer a garantia dos direitos fundamentais e promover uma justiça mais acessível, efetiva e comprometida com os princípios do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Oficial de justiça. Direitos fundamentais. Efetividade das decisões judiciais. Poder Judiciário. Acesso à justiça.

Abstract: The effectiveness of judicial services depends not only on the pronouncement of judicial decisions, but also on their practical implementation. In this context, the role of the court officer stands out, as this public servant is responsible for materializing the determinations issued by the Judiciary and ensuring that the rights recognized by the State are effectively achieved by those under its jurisdiction. This article aims to analyze the relevance of the court officer's role as a guarantor of the realization of fundamental rights in the Brazilian legal system. The research stemmed from the problem of understanding how the actions of this professional contribute to the effectiveness of judicial decisions and the protection of fundamental rights. This is a basic research study, with a qualitative approach, descriptive and exploratory objectives, and bibliographic and documentary procedures, based on books, scientific articles, legislation, jurisprudence, and official documents. The results showed that the court officer plays an essential role in the effectiveness of judicial protection, acting as a link between the Judiciary and society. Furthermore, it was found that their role goes beyond simply serving warrants, contributing to the protection of human dignity, strengthening access to justice, and realizing fundamental rights. Challenges related to work overload, structural limitations, inherent risks of the activity, and the ongoing need for professional development were also identified. It is concluded that the institutional recognition of the court officer is an indispensable measure to increase the efficiency of judicial services, strengthen the guarantee of fundamental rights, and promote a more accessible, effective justice system committed to the principles of the Democratic Rule of Law.

Keywords: Court officer. Fundamental rights. Effectiveness of judicial decisions. Judiciary. Access to justice.

INTRODUÇÃO

A efetividade da prestação jurisdicional representa um dos maiores desafios enfrentados pelo Poder Judiciário brasileiro. Embora o reconhecimento judicial de um direito constitua importante etapa para a solução dos conflitos, a atividade jurisdicional somente alcança sua finalidade quando as decisões proferidas são efetivamente cumpridas. Nesse contexto, destaca-se a atuação do oficial de justiça, servidor responsável por executar os atos necessários à materialização das decisões judiciais e aproximar o Poder Judiciário da realidade social.

A ampliação do acesso à justiça, a crescente judicialização das relações sociais e o fortalecimento dos direitos fundamentais conferiram maior relevância à atuação desse profissional. Atualmente, o oficial de justiça participa diretamente do cumprimento de citações, intimações, penhoras, reintegrações de posse, medidas protetivas, buscas e apreensões e diversas outras diligências indispensáveis à concretização da tutela jurisdicional. Sua atuação representa o momento em que a decisão judicial deixa o plano abstrato para produzir efeitos concretos na vida dos cidadãos.

Apesar da importância institucional da função, a atividade do oficial de justiça ainda é frequentemente reduzida ao simples cumprimento de mandados, desconsiderando-se sua contribuição para a efetividade das decisões judiciais, para a proteção da dignidade da pessoa humana e para a garantia do acesso à justiça. Soma-se a isso a existência de desafios relacionados à sobrecarga de trabalho, insuficiência de recursos, riscos inerentes ao exercício da função e necessidade constante de atualização profissional, fatores que justificam a realização de estudos voltados ao fortalecimento dessa carreira.

Diante desse cenário, o presente estudo busca responder à seguinte problemática: de que maneira a atuação do oficial de justiça contribui para a concretização dos direitos fundamentais e para a efetividade das decisões judiciais no ordenamento jurídico brasileiro?

Parte-se da hipótese de que o oficial de justiça exerce papel indispensável para a concretização prática da tutela jurisdicional, funcionando como agente responsável por transformar as decisões

judiciais em resultados efetivos para a sociedade. Considera-se, ainda, que o fortalecimento institucional da carreira, associado à melhoria das condições de trabalho, ao investimento em capacitação e à valorização profissional, tende a ampliar a efetividade da prestação jurisdicional e a proteção dos direitos fundamentais.

A escolha do tema justifica-se pela relevância jurídica, institucional e social da atuação do oficial de justiça no funcionamento do Poder Judiciário brasileiro. Embora sua atividade seja essencial para a execução das decisões judiciais, observa-se reduzida produção científica voltada especificamente à análise de sua contribuição para a concretização dos direitos fundamentais, evidenciando a necessidade de aprofundamento das discussões sobre o tema.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar a relevância da atuação do oficial de justiça como agente garantidor da concretização dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Como objetivos específicos, busca-se compreender sua função institucional no Poder Judiciário, discutir sua contribuição para a efetividade das decisões judiciais, identificar os principais desafios enfrentados no exercício da profissão e apresentar estratégias voltadas ao fortalecimento institucional da carreira.

Por fim, este artigo encontra-se organizado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se a metodologia adotada, seguida da fundamentação teórica, da análise e discussão dos resultados e das considerações finais, buscando oferecer uma reflexão crítica sobre a importância do oficial de justiça para a efetivação da jurisdição e para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O OFICIAL DE JUSTIÇA E SUA FUNÇÃO INSTITUCIONAL NO PODER JUDICIÁRIO

A efetividade da prestação jurisdicional depende da atuação integrada dos diversos agentes que compõem o sistema de justiça. Entre esses profissionais, destaca-se o oficial de justiça, servidor público responsável por dar cumprimento às determinações emanadas pelas autoridades judiciais

e garantir que as decisões proferidas pelos magistrados produzam efeitos concretos na sociedade. Sua atuação representa um dos principais mecanismos de aproximação entre o Poder Judiciário e os jurisdicionados, transformando comandos judiciais em ações efetivas.

Historicamente, a função do oficial de justiça acompanhou a evolução das instituições jurídicas brasileiras. Inicialmente vinculada à simples execução das ordens emanadas pelas autoridades, a atividade passou por sucessivas transformações em razão da ampliação do acesso à justiça, do fortalecimento dos direitos fundamentais e da crescente complexidade das demandas judiciais. Atualmente, trata-se de uma função que exige conhecimento técnico, responsabilidade funcional, equilíbrio emocional e capacidade de lidar com diferentes realidades sociais.

Maciel (2019) destaca que o oficial de justiça constitui o elo real entre o Poder Judiciário e a sociedade, uma vez que sua atuação aproxima o Estado dos cidadãos e permite que as decisões judiciais sejam efetivamente materializadas. Para o autor, o trabalho desenvolvido por esse profissional ultrapassa a simples execução de mandados, assumindo relevante dimensão social ao promover a efetivação da tutela jurisdicional.

Essa perspectiva evidencia que o oficial de justiça não pode ser compreendido apenas como executor de atos processuais. Sua atuação representa uma etapa indispensável para que o direito reconhecido pelo Estado produza efeitos concretos, contribuindo diretamente para a consolidação do Estado Democrático de Direito e para a efetividade da prestação jurisdicional.

Além das competências previstas na legislação processual, esse servidor exerce importante função institucional ao representar o Poder Judiciário perante a sociedade. Em muitas situações, ele constitui o primeiro contato direto entre o cidadão e a Justiça, circunstância que exige atuação pautada pela ética, imparcialidade, respeito à dignidade da pessoa humana e observância dos princípios constitucionais.

Sob essa perspectiva, o oficial de justiça assume papel estratégico dentro da estrutura do Poder Judiciário, tornando possível que as decisões judiciais ultrapassem os limites dos autos processuais e sejam efetivamente implementadas no cotidiano das pessoas. Sua atuação fortalece

a credibilidade das instituições, amplia a segurança jurídica e contribui para a concretização dos direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.

O OFICIAL DE JUSTIÇA E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A Constituição Federal de 1988 consolidou um amplo sistema de proteção aos direitos fundamentais, atribuindo ao Estado o dever de assegurar sua efetividade. Entretanto, o simples reconhecimento normativo desses direitos não garante sua concretização, sendo indispensável a existência de mecanismos capazes de transformar as decisões judiciais em resultados concretos. Nesse contexto, a atuação do oficial de justiça assume papel essencial para a materialização da tutela jurisdicional.

Os direitos fundamentais somente alcançam plena eficácia quando as decisões judiciais são efetivamente cumpridas. Nesse processo, o oficial de justiça participa diretamente da execução de medidas relacionadas à proteção da liberdade, da propriedade, da dignidade da pessoa humana, da convivência familiar e de diversos outros direitos constitucionalmente assegurados. Sua atuação permite que a proteção jurisdicional deixe o plano abstrato e alcance a realidade social.

Segundo Bastos e Espíndola (2021), o acesso à justiça deve ser compreendido não apenas como a possibilidade de ingressar em juízo, mas como o direito de obter uma tutela jurisdicional efetiva. Sob essa perspectiva, o oficial de justiça torna-se peça fundamental para assegurar que as decisões judiciais produzam os resultados esperados e garantam a efetividade da proteção jurisdicional.

Pessoa e Gois Junior (2024) também defendem que a prestação jurisdicional somente se completa quando a decisão judicial é concretizada. Para os autores, a efetividade do processo depende da atuação coordenada dos diversos agentes do sistema de justiça, entre os quais o oficial de justiça ocupa posição de destaque em razão da responsabilidade de executar materialmente as determinações judiciais.

Outro aspecto relevante refere-se à proteção de grupos vulneráveis. O cumprimento de

medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, de mandados de busca e apreensão de menores, de reintegrações de posse e de ordens relacionadas à garantia de direitos sociais demonstra que a atuação do oficial de justiça possui significativa dimensão humana, contribuindo diretamente para a promoção da cidadania e para a proteção dos direitos fundamentais.

Além disso, a atuação desse profissional fortalece o princípio da segurança jurídica, assegurando que as decisões emanadas do Poder Judiciário sejam respeitadas e efetivamente implementadas. Dessa forma, o oficial de justiça desempenha função indispensável para a credibilidade das instituições, para a efetividade da jurisdição e para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, desenvolvida com abordagem qualitativa, por buscar compreender a importância da atuação do oficial de justiça na concretização dos direitos fundamentais a partir da interpretação da produção científica, da legislação e da doutrina especializada. A pesquisa possui caráter descritivo e exploratório, uma vez que procura descrever as características da atuação desses profissionais e ampliar a compreensão acerca de sua relevância para a efetividade da prestação jurisdicional.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros, artigos científicos, dissertações, teses e publicações relacionadas ao Direito Processual, aos direitos fundamentais, ao acesso à justiça e à atuação institucional do oficial de justiça. A pesquisa documental compreendeu a análise da Constituição Federal de 1988, do Código de Processo Civil, do Código de Processo Penal, da Lei Maria da Penha, de jurisprudências e de documentos oficiais produzidos por órgãos do Poder Judiciário.

A seleção do material ocorreu com base na pertinência das obras em relação ao problema investigado, priorizando produções doutrinárias e científicas que discutem a efetividade da jurisdição,

a concretização dos direitos fundamentais e o papel desempenhado pelos oficiais de justiça na execução das decisões judiciais. Também foram considerados dispositivos legais e entendimentos jurisprudenciais que disciplinam a atuação desses servidores no ordenamento jurídico brasileiro.

A análise dos dados ocorreu por meio da abordagem interpretativa, estabelecendo diálogo entre a legislação, a doutrina e a literatura científica consultada. A partir desse procedimento, buscou-se compreender de que forma a atuação do oficial de justiça contribui para transformar as decisões judiciais em resultados concretos, fortalecendo o acesso à justiça, a segurança jurídica e a proteção dos direitos fundamentais.

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica e documental, não houve participação de seres humanos nem aplicação de instrumentos de coleta de dados em campo, inexistindo necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a regulamentação vigente.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da literatura consultada demonstra que a atuação do oficial de justiça constitui elemento indispensável para a efetividade da prestação jurisdicional. Embora a decisão judicial represente a manifestação do Estado na solução dos conflitos, sua eficácia depende da concretização prática das determinações proferidas. Nesse cenário, o oficial de justiça exerce função estratégica ao assegurar que os direitos reconhecidos pelo Poder Judiciário sejam efetivamente implementados na realidade social.

Os estudos analisados convergem ao reconhecer que a efetividade do processo judicial não se encerra com a prolação da sentença. Bastos e Espíndola (2021), Pessoa e Gois Junior (2024) e Souza e Silva (2022) defendem que a concretização dos direitos fundamentais depende da atuação integrada dos diversos agentes que compõem o sistema de justiça. Entre esses profissionais, o oficial de justiça destaca-se por desempenhar a etapa final da prestação jurisdicional, transformando comandos

judiciais em resultados concretos.

Essa constatação confirma a hipótese inicialmente apresentada neste estudo, segundo a qual o oficial de justiça exerce papel indispensável para a concretização da tutela jurisdicional. A literatura evidencia que sua atuação não possui caráter meramente administrativo, mas representa atividade essencial para assegurar que os direitos reconhecidos judicialmente sejam efetivamente garantidos aos cidadãos.

Ao cumprir mandados judiciais, esse profissional estabelece contato direto com diferentes realidades sociais, econômicas e familiares, tornando-se um dos principais representantes do Poder Judiciário perante a sociedade. Essa proximidade permite compreender que sua atuação ultrapassa a execução técnica das ordens judiciais, envolvendo também responsabilidade ética, sensibilidade social e respeito aos direitos fundamentais.

Maciel (2019) destaca que o oficial de justiça atua como elo entre o Estado e a sociedade, percepção que foi confirmada pelos estudos analisados. Em diversas situações, esse profissional representa o único contato direto entre o jurisdicionado e o Poder Judiciário, circunstância que amplia sua responsabilidade institucional e fortalece sua relevância para a promoção da cidadania.

A atuação do oficial de justiça contribui diretamente para o fortalecimento do acesso à justiça. A pesquisa evidencia que garantir acesso ao Poder Judiciário não significa apenas possibilitar o ingresso de ações judiciais, mas assegurar que as decisões produzam efeitos concretos. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por esses profissionais torna possível a efetividade da tutela jurisdicional, aproximando a Justiça da população.

Outro resultado relevante refere-se à proteção dos direitos fundamentais. Observou-se que grande parte das atividades desempenhadas pelos oficiais de justiça envolve a execução de medidas destinadas à proteção da dignidade da pessoa humana, da integridade física, da liberdade, da convivência familiar, da propriedade e da segurança jurídica. Assim, sua atuação constitui importante instrumento para assegurar a efetividade das garantias constitucionais.

Entretanto, a literatura também evidencia que a atuação desses profissionais ocorre em um

contexto marcado por inúmeros desafios. Entre os principais obstáculos identificados destacam-se a elevada carga de trabalho, o número crescente de demandas judiciais, a insuficiência de recursos materiais, a deficiência estrutural de muitos órgãos do Poder Judiciário e os riscos inerentes ao cumprimento de diligências em situações de conflito.

A questão da segurança merece atenção especial. Os estudos analisados demonstram que o cumprimento de medidas protetivas, reintegrações de posse, mandados de prisão, execuções patrimoniais e outras diligências frequentemente expõem os oficiais de justiça a situações de violência, ameaças e elevado desgaste emocional. Apesar disso, ainda são limitadas as políticas públicas voltadas à proteção desses profissionais.

As constantes alterações legislativas, a modernização dos sistemas eletrônicos e a crescente complexidade das demandas judiciais exigem atualização contínua dos oficiais de justiça. Investimentos em formação profissional mostram-se indispensáveis para garantir maior eficiência e segurança no exercício das atribuições.

Também se verificou que a transformação digital do Poder Judiciário modificou significativamente a rotina desses profissionais. A informatização dos processos trouxe maior agilidade administrativa, porém não substituiu a necessidade da atuação presencial em diligências que exigem contato humano e execução material das decisões judiciais. Assim, a tecnologia deve ser compreendida como instrumento de apoio e não como substituição da atividade desempenhada pelo oficial de justiça.

Os resultados evidenciam, ainda, que a valorização institucional da carreira representa importante estratégia para ampliar a eficiência do sistema de justiça. Medidas relacionadas à melhoria das condições de trabalho, ampliação do quadro funcional, investimentos em tecnologia, capacitação permanente e fortalecimento da segurança institucional tendem a produzir impactos positivos na efetividade da prestação jurisdicional.

Ao confrontar os objetivos propostos com os resultados obtidos, observa-se que todos foram alcançados. Foi possível compreender a evolução da função institucional do oficial de justiça, analisar

sua contribuição para a concretização dos direitos fundamentais, identificar os principais desafios enfrentados pela categoria e discutir estratégias capazes de fortalecer sua atuação no âmbito do Poder Judiciário.

De forma geral, a análise da produção científica demonstra consenso quanto à relevância do oficial de justiça para o funcionamento do sistema jurisdicional brasileiro. Embora frequentemente sua atuação seja percebida apenas como etapa operacional do processo, os estudos revelam que sua contribuição é muito mais ampla, envolvendo aspectos jurídicos, sociais, institucionais e humanos indispensáveis para a efetivação da justiça.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa permitem afirmar que o oficial de justiça constitui agente essencial para a concretização dos direitos fundamentais e para a efetividade das decisões judiciais. Sua atuação fortalece o acesso à justiça, amplia a proteção dos direitos constitucionalmente assegurados e contribui para a construção de um Poder Judiciário mais eficiente, acessível e comprometido com os princípios do Estado Democrático de Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a atuação do oficial de justiça como agente garantidor da concretização dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, considerando sua relevância para a efetividade das decisões judiciais e para o fortalecimento da prestação jurisdicional. A partir da revisão da literatura, da análise da legislação e do diálogo entre diferentes autores, foi possível compreender que esse profissional exerce função estratégica dentro da estrutura do Poder Judiciário, atuando como responsável pela materialização das decisões judiciais e pela aproximação entre o Estado e a sociedade.

Em relação à problemática proposta, constatou-se que a contribuição do oficial de justiça para a concretização dos direitos fundamentais ocorre justamente por sua atuação direta na execução das determinações judiciais. A pesquisa evidenciou que o reconhecimento de um direito em decisão

judicial não é suficiente para assegurar sua efetividade, sendo indispensável a existência de mecanismos capazes de transformar esse direito em realidade concreta. Nesse contexto, o oficial de justiça constitui o principal agente responsável por essa materialização, tornando efetiva a tutela jurisdicional.

Os objetivos estabelecidos foram alcançados ao longo do estudo. Inicialmente, analisou-se a evolução histórica da função do oficial de justiça e sua importância institucional dentro do Poder Judiciário. Em seguida, discutiu-se sua contribuição para a efetivação dos direitos fundamentais, especialmente quanto à garantia do acesso à justiça, da dignidade da pessoa humana e da segurança jurídica. Também foram identificados os principais desafios enfrentados pela categoria, bem como estratégias voltadas ao fortalecimento institucional da carreira e ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

Os resultados permitiram demonstrar que a atuação do oficial de justiça vai muito além da execução de mandados judiciais. Sua atividade envolve elevado grau de responsabilidade jurídica, social e humana, exigindo conhecimento técnico, equilíbrio emocional, ética, imparcialidade e capacidade de atuação diante de situações complexas e frequentemente marcadas por conflitos sociais. Em muitas circunstâncias, esse profissional representa o único contato direto entre o cidadão e o Poder Judiciário, reforçando sua importância para a credibilidade das instituições e para a concretização dos direitos assegurados constitucionalmente.

Outro aspecto evidenciado refere-se aos desafios que permeiam o exercício da profissão. A pesquisa apontou que a sobrecarga de trabalho, as limitações estruturais, os riscos à integridade física, a insuficiência de recursos materiais e a necessidade constante de atualização profissional constituem fatores que podem comprometer a eficiência da atividade jurisdicional. Diante dessa realidade, torna-se indispensável que o Poder Judiciário invista em políticas voltadas à valorização institucional da carreira, à capacitação permanente, ao fortalecimento da segurança funcional e à modernização das condições de trabalho.

Além disso, verificou-se que a transformação digital do Poder Judiciário não reduz a importância da atuação presencial do oficial de justiça. Embora os sistemas eletrônicos tenham

proporcionado maior celeridade processual, inúmeras diligências continuam exigindo contato humano, análise das circunstâncias concretas e capacidade de adaptação às diferentes realidades sociais. Dessa forma, a tecnologia deve ser compreendida como ferramenta complementar à atuação desse profissional, e não como substituta de suas atribuições.

Conclui-se, portanto, que o oficial de justiça ocupa posição indispensável para o funcionamento do sistema de justiça brasileiro. Sua atuação fortalece a efetividade da prestação jurisdicional, amplia a proteção dos direitos fundamentais e contribui para a consolidação dos princípios do Estado Democrático de Direito. Valorizar essa carreira significa investir na eficiência da Justiça, na proteção dos direitos dos cidadãos e na construção de um Poder Judiciário mais acessível, célere e comprometido com a promoção da cidadania.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas avancem para estudos empíricos envolvendo oficiais de justiça, magistrados, advogados e demais profissionais do sistema de justiça, investigando suas percepções sobre os desafios contemporâneos da atividade e os impactos das transformações tecnológicas na execução das decisões judiciais. Tais investigações poderão ampliar o conhecimento científico sobre a temática e subsidiar a formulação de políticas institucionais voltadas ao fortalecimento dessa relevante carreira pública.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

BASTOS, João Batista Lopes; ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. O acesso à justiça como direito fundamental: reflexões sobre a efetividade da tutela jurisdicional. Revista Jurídica Luso-Brasileira, Lisboa, v. 7, n. 3, p. 1-20, 2021.

BIANCHINI, Alice. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. 8. ed. São Paulo: JusPodivm, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 mar. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 13 out. 1941.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

CAVALCANTE, Francisco José; SILVA, André Luiz; BARROS, João Pedro. A atuação do oficial de justiça na efetividade das decisões judiciais. Revista de Processo, São Paulo, v. 51, n. 341, p. 89-108, 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em Números 2025. Brasília: CNJ, 2025.

DAOU, Nádia de Araújo; BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Direitos fundamentais sociais e sua efetividade no Estado Democrático de Direito. Revista de Direito Brasileira, São Paulo, v. 17, n. 7, p. 45-63, 2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil. 26. ed. Salvador: JusPodivm, 2024. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1.

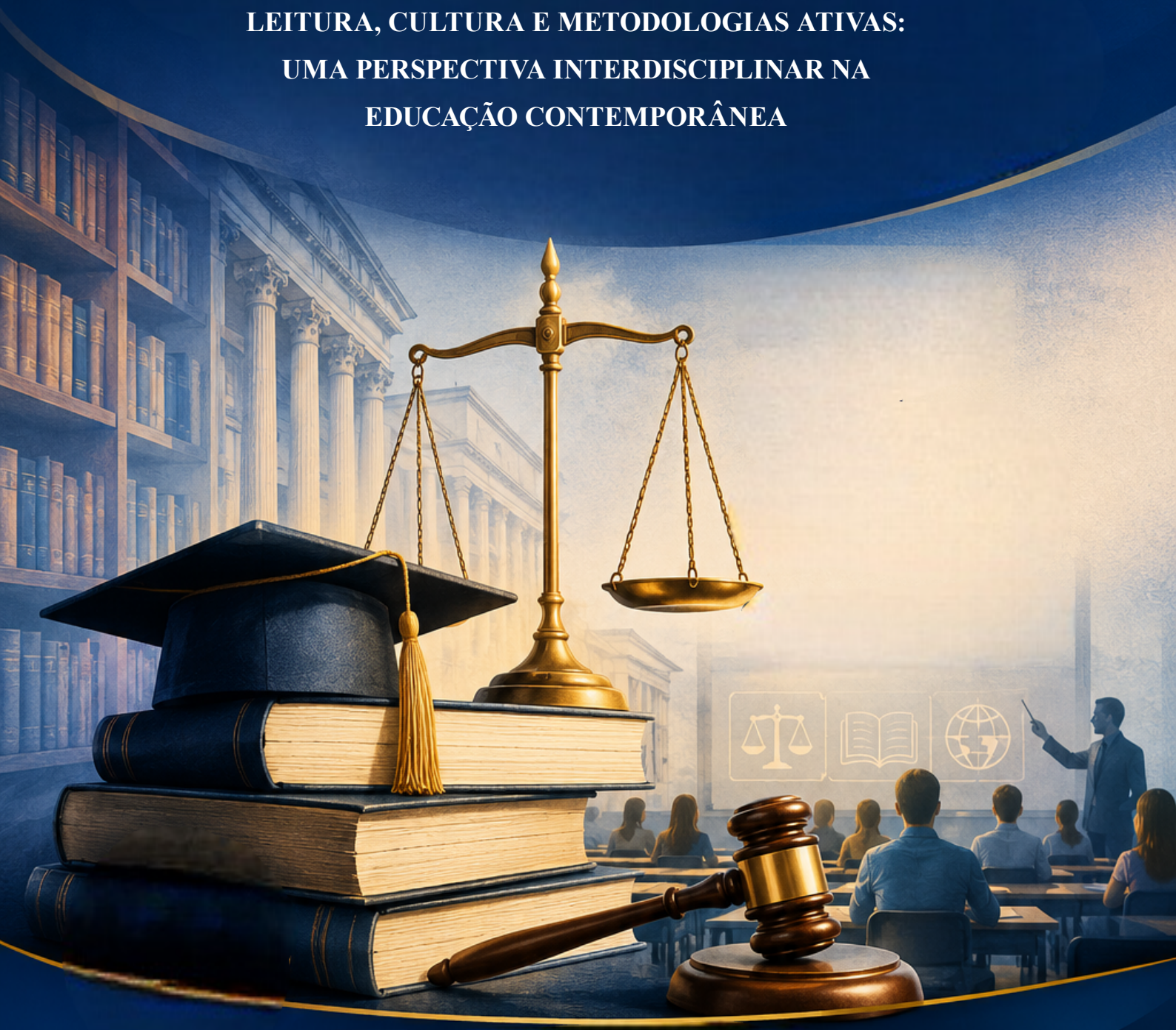
LEMONS, José Eduardo Cardozo. A efetividade da prestação jurisdicional e os desafios contemporâneos do Poder Judiciário. Revista de Direito Público, Brasília, v. 17, n. 2, p. 110-128, 2020.

MACIEL, Diego. O oficial de justiça: elo entre a justiça e a sociedade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2024.

Capítulo 6

LEITURA, CULTURA E METODOLOGIAS ATIVAS:
UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR NA
EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA



LEITURA, CULTURA E METODOLOGIAS ATIVAS: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

READING, CULTURE, AND ACTIVE METHODS: AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE IN CONTEMPORARY EDUCATION

Cristina Duarte

Geysa Feitosa

Regivania Maria da Silva Costa

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea encontra-se inserida em um contexto marcado por intensas transformações sociais, culturais e tecnológicas, que têm provocado mudanças significativas nas formas de ensinar, aprender e produzir conhecimento. Nesse cenário, a escola deixa de ser compreendida apenas como um espaço de transmissão de conteúdos para assumir um papel mais dinâmico, voltado à formação de sujeitos críticos, participativos e capazes de interpretar a realidade em que vivem.

Diante dessas mudanças, torna-se necessário repensar as práticas pedagógicas tradicionais e buscar estratégias que favoreçam uma aprendizagem mais significativa, colaborativa e contextualizada. Nesse contexto, as metodologias ativas ganham destaque por promoverem maior protagonismo dos estudantes, incentivando a autonomia, a investigação, a resolução de problemas e a construção coletiva do conhecimento, aspectos amplamente discutidos por Chagas e Flavio (2022), Lotúmoló Júnior e Mill (2020), Rebouças e Bezerra (2021) e Cunha et al. (2024).

Paralelamente às transformações educacionais, a leitura e a cultura assumem papel central na formação humana, uma vez que constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais, comunicativas e interpretativas dos indivíduos.

A leitura ultrapassa a simples decodificação de palavras, tornando-se um instrumento de compreensão crítica do mundo, enquanto a cultura amplia a percepção das diferentes formas de produção de conhecimentos, valores, identidades e manifestações sociais. Quando articuladas às metodologias ativas, essas dimensões favorecem experiências pedagógicas capazes de aproximar os conteúdos escolares da realidade dos estudantes, valorizando seus saberes prévios e estimulando aprendizagens mais significativas, interdisciplinares e socialmente contextualizadas.

Apesar dos avanços nas discussões sobre inovação pedagógica, ainda é possível observar que muitas instituições de ensino permanecem fundamentadas em modelos tradicionais de ensino, caracterizados pela centralização do professor, pela fragmentação dos conteúdos e pela participação limitada dos estudantes no processo educativo. Essa realidade evidencia dificuldades para integrar práticas leitoras, manifestações culturais e metodologias ativas em propostas interdisciplinares que promovam efetivamente o protagonismo discente e a construção crítica do conhecimento.

Diante desse contexto, surge a seguinte problemática de pesquisa: De que maneira a integração entre leitura, cultura e metodologias ativas, sob uma perspectiva interdisciplinar, pode contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na educação contemporânea?

Partindo dessa problemática, estabelece-se como hipótese principal que a utilização articulada da leitura, da cultura e das metodologias ativas favorece o desenvolvimento de competências cognitivas, críticas, comunicativas e socioemocionais, tornando o estudante protagonista do próprio processo de aprendizagem. Considera-se ainda que práticas pedagógicas fundamentadas na interdisciplinaridade possibilitam maior integração entre diferentes áreas do conhecimento, promovendo aprendizagens mais significativas, contextualizadas e alinhadas às demandas educacionais do século XXI.

A realização deste estudo justifica-se pela crescente necessidade de discutir estratégias pedagógicas que respondam aos desafios impostos pelas transformações sociais e tecnológicas que permeiam a educação atual. A valorização da leitura, associada às práticas culturais e às metodologias ativas, representa uma alternativa relevante para fortalecer o desenvolvimento integral dos estudan-

tes, favorecendo não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também a formação de cidadãos críticos, criativos, autônomos e socialmente participativos. Além disso, a pesquisa contribui para ampliar as discussões acerca da interdisciplinaridade como elemento estruturante das práticas pedagógicas contemporâneas, oferecendo subsídios teóricos para professores, pesquisadores e demais profissionais da educação.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as contribuições da leitura, da cultura e das metodologias ativas, sob uma perspectiva interdisciplinar, para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem na educação contemporânea, destacando suas potencialidades na promoção do protagonismo estudantil, da aprendizagem significativa e da formação crítica dos educandos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivo descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A investigação fundamenta-se na análise de livros, artigos científicos e produções acadêmicas que abordam leitura, cultura, interdisciplinaridade e metodologias ativas, privilegiando publicações recentes e referenciais consolidados na área da educação. A análise do material ocorreu de forma interpretativa, buscando identificar convergências teóricas que evidenciem as contribuições dessas abordagens para o contexto educacional contemporâneo.

Para melhor organização do estudo, este artigo encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro aborda Leitura e cultura na formação do sujeito contemporâneo, discutindo a importância dessas dimensões para o desenvolvimento humano e educacional. O segundo apresenta Metodologias ativas e a inovação das práticas pedagógicas, enfatizando seus fundamentos, características e contribuições para a aprendizagem significativa. Por fim, o terceiro capítulo trata de A interdisciplinaridade como elemento integrador entre leitura, cultura e metodologias ativas, evidenciando suas contribuições para a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas, colaborativas e voltadas às demandas da educação contemporânea.

LEITURA E CULTURA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO

A leitura sempre ocupou posição de destaque na formação humana, pois constitui um dos principais instrumentos de acesso ao conhecimento, à cultura e ao desenvolvimento do pensamento crítico. No contexto da educação contemporânea, essa prática ultrapassa a simples decodificação de palavras, passando a representar uma forma de compreender o mundo, interpretar diferentes realidades e construir novos significados a partir das experiências individuais e coletivas.

Dessa forma, a leitura assume um papel essencial na formação integral dos estudantes, favorecendo não apenas o desempenho escolar, mas também o exercício da cidadania e da participação social. Nessa perspectiva, discutir leitura significa compreender sua estreita relação com a cultura e com os processos educativos desenvolvidos na atualidade.

As constantes mudanças sociais e tecnológicas modificaram significativamente a maneira como as pessoas produzem, compartilham e acessam informações. O ambiente digital ampliou as possibilidades de leitura por meio de diferentes linguagens, suportes e recursos tecnológicos, exigindo que os indivíduos desenvolvam novas competências para interpretar conteúdos cada vez mais diversificados.

Segundo Assunção e Bastos (2025), a integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas fortalece a formação de leitores mais críticos e participativos, desde que exista mediação docente capaz de orientar o uso consciente desses recursos. Essa compreensão evidencia que a leitura continua sendo indispensável, embora suas formas de realização tenham se transformado ao longo do tempo.

Nesse contexto, Assunção e Bastos (2025, p. 22) destacam que:

A integração planejada das tecnologias digitais às práticas pedagógicas amplia as possibilidades de desenvolvimento da leitura crítica, favorece a construção colaborativa do conhecimento, estimula a autonomia dos estudantes e fortalece a formação de leitores capazes de interpretar diferentes linguagens presentes na sociedade contemporânea. Nesse processo, a mediação do professor permanece indispensável para orientar, problematizar e atribuir sentido

às experiências de aprendizagem desenvolvidas no ambiente escolar.

A reflexão apresentada pelos autores demonstra que o uso das tecnologias, por si só, não garante melhorias na aprendizagem. O fator determinante continua sendo a atuação do professor como mediador do conhecimento, organizando experiências capazes de aproximar os estudantes da leitura em diferentes contextos. Assim, a tecnologia deixa de ser apenas um recurso técnico e passa a integrar um conjunto de estratégias voltadas à construção de aprendizagens mais significativas.

A cultura também exerce influência direta na formação do sujeito contemporâneo, pois representa o conjunto de valores, conhecimentos, tradições, linguagens e manifestações produzidas pelas diferentes sociedades ao longo da história. A escola, enquanto espaço de formação, precisa reconhecer essa diversidade cultural como elemento constitutivo do processo educativo.

Quando os conteúdos dialogam com as experiências culturais dos estudantes, o ensino torna-se mais significativo, despertando maior interesse pela leitura, pela pesquisa e pela produção do conhecimento. Essa aproximação favorece o desenvolvimento da identidade, do respeito às diferenças e da valorização das múltiplas formas de expressão presentes na sociedade.

A relação entre cultura e educação também pode ser compreendida a partir da interdisciplinaridade. Bernardo e Silva (2024) defendem que práticas pedagógicas interdisciplinares permitem integrar diferentes áreas do conhecimento, favorecendo experiências educativas mais completas e contextualizadas. Para as autoras, o contato com manifestações artísticas, literárias e culturais amplia a capacidade crítica dos estudantes e fortalece processos criativos indispensáveis à formação cidadã. Isso demonstra que a cultura não deve ser tratada como um conteúdo isolado, mas como elemento transversal que permeia todo o processo educativo.

Bernardo e Silva (2024, p. 1062) afirmam:

A integração entre metodologias ativas, interdisciplinaridade e processos artísticos favorece o desenvolvimento de competências críticas, criativas e culturais, permitindo que o estudante estabeleça relações entre diferentes saberes e construa aprendizagens mais significativas, contextualizadas e conectadas

às demandas da sociedade contemporânea. Nesse movimento, o aluno participa ativamente da produção do conhecimento, tornando-se sujeito de sua própria aprendizagem.

Essa compreensão reforça que a cultura ocupa papel estratégico na construção de práticas pedagógicas mais participativas. Ao integrar diferentes formas de expressão artística, leitura e produção de conhecimento, amplia-se a capacidade dos estudantes de compreender problemas sociais sob múltiplas perspectivas. Além disso, fortalece-se uma educação voltada ao diálogo, à criatividade e ao respeito à diversidade cultural.

A formação do sujeito contemporâneo exige muito mais do que o domínio de conteúdos escolares. As transformações sociais, econômicas e tecnológicas demandam indivíduos capazes de interpretar informações, resolver problemas, trabalhar coletivamente e tomar decisões fundamentadas em princípios éticos. Nesse cenário, a leitura torna-se um instrumento indispensável para desenvolver habilidades relacionadas ao pensamento crítico, à comunicação e à participação democrática. Quanto maior o contato dos estudantes com diferentes práticas leitoras, maiores são as possibilidades de desenvolver autonomia intelectual e capacidade argumentativa.

Ao refletirem sobre as metodologias ativas, Lotúmoló Júnior e Mill (2020) destacam que o estudante precisa assumir uma posição ativa diante do próprio processo de aprendizagem. Isso significa abandonar modelos centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos e criar situações em que a leitura seja utilizada para investigar problemas, construir hipóteses, analisar diferentes pontos de vista e produzir novos conhecimentos. Essa perspectiva rompe com práticas tradicionais de ensino e aproxima a escola das necessidades reais da sociedade contemporânea.

Segundo Lotúmoló Júnior e Mill (2020, p. 18):

As metodologias ativas buscam promover maior envolvimento do estudante em seu processo de aprendizagem, favorecendo situações em que ele analisa, interpreta, pesquisa, dialoga, formula hipóteses e participa da construção do conhecimento. Dessa forma, o desenvolvimento da autonomia intelectual torna-se um dos principais objetivos das práticas educativas voltadas para a aprendizagem ativa.

Esse entendimento evidencia que a leitura deixa de ser uma atividade meramente escolar para tornar-se um processo permanente de investigação e produção de conhecimentos. Quando os estudantes participam ativamente das atividades propostas, desenvolvem maior interesse pelos conteúdos e passam a compreender que aprender envolve reflexão, diálogo e construção coletiva de saberes.

Cunha et al. (2024) ressaltam que as metodologias ativas possuem como característica comum colocar o estudante no centro do processo educativo, valorizando sua participação na construção do conhecimento. Esse protagonismo está diretamente relacionado às práticas de leitura, pois somente leitores ativos conseguem estabelecer relações entre diferentes textos, interpretar informações criticamente e construir argumentos fundamentados. Assim, leitura, cultura e participação tornam-se elementos indissociáveis na formação do sujeito contemporâneo.

A leitura, quando articulada às experiências culturais e às metodologias inovadoras, contribui para uma formação que ultrapassa os limites da sala de aula. Ela favorece o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, da empatia e da consciência social, preparando os estudantes para compreender a complexidade das relações humanas e enfrentar os desafios presentes na sociedade atual.

Portanto, investir em práticas pedagógicas que valorizem a leitura e a cultura significa promover uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com a formação integral dos indivíduos, constituindo a base para as discussões que serão aprofundadas nas próximas seções deste estudo.

Oliveira et al. (2026) ressaltam que a educação contemporânea precisa superar práticas centradas exclusivamente na transmissão de conteúdos e investir em estratégias que estimulem maior participação dos estudantes. Segundo os autores, as metodologias ativas fortalecem o protagonismo estudantil justamente porque permitem que os alunos investiguem, questionem, interpretem informações e produzam conhecimento a partir das próprias experiências. Essa perspectiva aproxima diretamente a leitura das práticas investigativas, fazendo dela um instrumento essencial para a construção do pensamento crítico e da autonomia intelectual.

Conforme destacam Oliveira et al. (2026, p. 24):

As metodologias ativas contribuem significativamente para tornar o estudante mais participativo, crítico e autônomo, fortalecendo o protagonismo na construção do conhecimento. Ao mesmo tempo, reforçam o papel do professor como mediador das aprendizagens, promovendo experiências educacionais mais colaborativas, contextualizadas e capazes de aproximar os conteúdos escolares das vivências dos alunos.

A contribuição apresentada pelos autores evidencia que a leitura não pode permanecer limitada à memorização de informações. Pelo contrário, ela deve favorecer processos de investigação, análise, interpretação e produção de novos conhecimentos. Quando o estudante participa ativamente dessas atividades, desenvolve competências que serão utilizadas não apenas no ambiente escolar, mas também em sua atuação profissional e social.

A fragmentação do conhecimento ainda representa um desafio para muitas instituições de ensino, dificultando que os estudantes compreendam as relações existentes entre diferentes áreas do saber. Rebouças e Bezerra (2021) defendem que a interdisciplinaridade favorece a construção de aprendizagens mais completas, uma vez que aproxima conteúdos diversos em torno de problemas reais e significativos. Nessa perspectiva, a leitura torna-se elemento articulador entre diferentes disciplinas, ampliando a compreensão da realidade e fortalecendo o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Ao discutirem a interdisciplinaridade, Rebouças e Bezerra (2021, p. 5) afirmam:

As metodologias ativas possibilitam a construção de práticas interdisciplinares capazes de integrar diferentes áreas do conhecimento, promovendo aprendizagens significativas e fortalecendo a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a transformação da realidade social. Essa integração rompe com a fragmentação dos conteúdos e aproxima a escola das demandas do mundo contemporâneo.

A análise desse posicionamento demonstra que a leitura assume papel integrador dentro

das propostas interdisciplinares. Por meio dela, os estudantes conseguem relacionar conhecimentos científicos, culturais, históricos e sociais, construindo uma compreensão mais ampla dos fenômenos estudados. Essa articulação favorece uma aprendizagem menos mecânica e muito mais significativa, aproximando teoria e prática de maneira natural.

Cada indivíduo chega à escola trazendo conhecimentos, costumes, formas de linguagem e vivências construídas em seu contexto familiar e comunitário. Reconhecer essas experiências significa tornar o ensino mais inclusivo e democrático. Santana e Melo (2022) observam que práticas educativas fundamentadas nas metodologias ativas valorizam justamente essas diferentes trajetórias, permitindo que os estudantes participem efetivamente da construção do conhecimento e desenvolvam maior autonomia ao longo do processo educativo.

Ao analisarem as pesquisas brasileiras sobre metodologias ativas, Santana e Melo (2022) destacam que práticas pedagógicas comprometidas com o protagonismo estudantil favorecem uma educação que reconhece o aluno em sua totalidade, considerando suas necessidades, potencialidades, experiências e contexto sociocultural.

Os autores defendem que a aprendizagem torna-se mais significativa quando o estudante participa das decisões, investiga problemas reais, dialoga com seus colegas e constrói conhecimentos a partir de situações contextualizadas. Essa compreensão reforça que leitura, cultura e participação caminham juntas na formação do sujeito contemporâneo.

Diante desse cenário, torna-se evidente que formar leitores críticos significa investir na formação de cidadãos capazes de compreender a complexidade do mundo atual. A leitura, associada à cultura e às metodologias ativas, amplia horizontes, fortalece o pensamento reflexivo e contribui para o desenvolvimento de competências indispensáveis à vida em sociedade. Mais do que preparar estudantes para avaliações escolares, essa perspectiva busca formar sujeitos autônomos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais democrática, solidária e culturalmente diversa.

METODOLOGIAS ATIVAS E A INOVAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As transformações sociais, tecnológicas e culturais vivenciadas nas últimas décadas têm provocado mudanças significativas no campo da educação, exigindo novas formas de ensinar e aprender. Nesse contexto, as metodologias ativas surgem como uma proposta pedagógica capaz de romper com modelos tradicionais de ensino, nos quais o estudante ocupa uma posição predominantemente passiva.

Em contrapartida, essas metodologias valorizam a participação, a investigação, a autonomia e a construção coletiva do conhecimento, tornando o processo educativo mais dinâmico e significativo. Dessa forma, a inovação das práticas pedagógicas passa a estar diretamente relacionada à capacidade de envolver os estudantes na aprendizagem de maneira ativa e contextualizada.

As metodologias ativas fundamentam-se na compreensão de que aprender é um processo que exige participação efetiva do estudante. Em vez de apenas receber informações prontas, o aluno é estimulado a pesquisar, resolver problemas, argumentar, colaborar e refletir sobre diferentes situações apresentadas durante o percurso educativo. Chagas e Flavio (2022) afirmam que essa perspectiva favorece o desenvolvimento das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que promove maior protagonismo dos estudantes e fortalece aprendizagens relacionadas ao pensamento crítico, à criatividade, à comunicação e à resolução de problemas presentes no cotidiano escolar e social.

Ao discutirem essa perspectiva, Chagas e Flavio (2022, p. 389) afirmam:

As metodologias ativas constituem uma ferramenta relevante para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do século XXI, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular. Essas metodologias favorecem práticas educativas mais participativas, colaborativas e contextualizadas, aproximando os conteúdos escolares das necessidades e das experiências vivenciadas pelos alunos.

A afirmação dos autores demonstra que inovar na educação não significa apenas utilizar recursos tecnológicos ou modificar a organização da sala de aula. A verdadeira inovação ocorre quando as estratégias pedagógicas conseguem despertar o interesse dos estudantes, tornando-os participantes efetivos da construção do conhecimento. Assim, o professor deixa de ocupar exclusivamente o papel de transmissor de conteúdos e assume a função de mediador da aprendizagem.

Outro aspecto importante das metodologias ativas refere-se ao fortalecimento da autonomia estudantil. Quando os estudantes participam das decisões relacionadas às atividades desenvolvidas em sala de aula, tornam-se mais responsáveis pelo próprio aprendizado e desenvolvem maior capacidade de organização, planejamento e resolução de problemas. Lotúmoló Júnior e Mill (2020) ressaltam que a aprendizagem ativa estimula o envolvimento intelectual dos alunos, favorecendo experiências que valorizam a investigação, a reflexão e a construção colaborativa do conhecimento. Essas características aproximam o ambiente escolar das demandas presentes na sociedade contemporânea.

Segundo Lotúmoló Júnior e Mill (2020, p. 12):

As metodologias ativas procuram promover maior participação dos estudantes na construção do conhecimento, incentivando situações em que eles pesquisam, analisam, interpretam informações, resolvem problemas, trabalham colaborativamente e desenvolvem competências relacionadas à autonomia, ao pensamento crítico e à aprendizagem significativa.

Essa compreensão evidencia que a aprendizagem ocorre de forma mais consistente quando o estudante participa ativamente das atividades propostas. Em vez de memorizar conteúdos de maneira mecânica, ele passa a compreender os conceitos por meio da investigação, do diálogo e da aplicação prática dos conhecimentos. Consequentemente, o aprendizado torna-se mais duradouro e capaz de produzir impactos positivos dentro e fora do ambiente escolar.

As práticas pedagógicas inovadoras também estão relacionadas à interdisciplinaridade. A integração entre diferentes áreas do conhecimento permite que os estudantes compreendam os conteúdos de forma articulada, relacionando teoria e prática em situações concretas. Rebouças e Bezerra

(2021) defendem que as metodologias ativas favorecem essa integração ao promover atividades baseadas em problemas, projetos, oficinas e desafios que exigem conhecimentos provenientes de diferentes disciplinas. Dessa maneira, o ensino torna-se mais contextualizado e próximo da realidade vivenciada pelos estudantes.

Rebouças e Bezerra (2021, p. 6) destacam:

As metodologias ativas apresentam potencial para fortalecer práticas interdisciplinares, favorecendo a integração entre diferentes componentes curriculares e contribuindo para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e capazes de compreender a complexidade dos fenômenos presentes na sociedade contemporânea.

Essa perspectiva demonstra que a inovação pedagógica não depende exclusivamente da adoção de novas metodologias, mas também da capacidade de estabelecer conexões entre diferentes áreas do conhecimento. Quando o estudante percebe essas relações, amplia sua compreensão da realidade e desenvolve competências que dificilmente seriam construídas por meio de práticas fragmentadas de ensino.

Outro elemento essencial das metodologias ativas consiste na valorização do protagonismo estudantil. Cunha et al. (2024) observam que, apesar da diversidade de metodologias existentes, todas compartilham uma característica fundamental: colocar o estudante no centro do processo educativo. Essa mudança representa um avanço importante em relação ao ensino tradicional, pois reconhece que aprender envolve participação, diálogo, investigação e reflexão constante. O protagonismo estudantil fortalece o desenvolvimento da autonomia e prepara os alunos para enfrentar desafios cada vez mais complexos em diferentes contextos sociais.

Por fim, percebe-se que a inovação das práticas pedagógicas está diretamente relacionada à construção de ambientes de aprendizagem mais participativos, colaborativos e contextualizados. As metodologias ativas contribuem para transformar a sala de aula em um espaço de diálogo, investigação e produção coletiva do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Assim, mais do que modificar técnicas de ensino, essas metodologias representam uma mudança na forma de compreender o papel da escola, do professor e do estudante, fortalecendo uma educação comprometida com a formação crítica, ética e cidadã dos sujeitos na contemporaneidade.

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO ELEMENTO INTEGRADOR ENTRE LEITURA, CULTURA E METODOLOGIAS ATIVAS

A interdisciplinaridade tem conquistado espaço nas discussões educacionais por representar uma alternativa capaz de superar a fragmentação dos conhecimentos ainda presente em muitas práticas pedagógicas. Durante muito tempo, o ensino foi organizado de forma compartimentalizada, dificultando que os estudantes estabelecessem relações entre os conteúdos das diferentes disciplinas.

Na educação contemporânea, entretanto, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de promover aprendizagens integradas, nas quais leitura, cultura e metodologias ativas dialoguem entre si. Essa integração favorece uma compreensão mais ampla da realidade e contribui para a formação de sujeitos capazes de interpretar, analisar e intervir criticamente no contexto em que vivem.

A interdisciplinaridade não significa eliminar as diferentes áreas do conhecimento, mas construir conexões entre elas, permitindo que um mesmo fenômeno seja analisado sob múltiplas perspectivas. Nesse sentido, a leitura torna-se um importante instrumento de integração, pois possibilita o contato com conhecimentos científicos, históricos, sociais, culturais e artísticos. Bernardo e Silva (2024) afirmam que práticas interdisciplinares favorecem o desenvolvimento de competências críticas, criativas e culturais, tornando o processo educativo mais significativo e conectado às experiências vivenciadas pelos estudantes.

Ao discutirem essa perspectiva, Bernardo e Silva (2024, p. 1064) afirmam:

A interdisciplinaridade articulada às metodologias ativas permite integrar diferentes saberes, promovendo aprendizagens contextualizadas e fortalecendo competências críticas, criativas e artísticas. Esse processo favorece a partici-

pação dos estudantes na construção do conhecimento, aproximando a escola das necessidades e dos desafios presentes na sociedade contemporânea.

A reflexão apresentada pelas autoras demonstra que a aprendizagem torna-se mais consistente quando diferentes áreas do conhecimento dialogam durante o desenvolvimento das atividades escolares. A leitura passa a servir como elo entre disciplinas, enquanto a cultura oferece sentido às experiências vividas pelos estudantes. Dessa maneira, o conhecimento deixa de ser percebido como algo isolado e passa a ser compreendido em sua complexidade.

A cultura representa outro elemento indispensável para a construção de práticas interdisciplinares. Cada estudante chega à escola trazendo consigo experiências familiares, costumes, valores, formas de linguagem e diferentes maneiras de compreender o mundo. Quando essas vivências são valorizadas pelo professor, o processo educativo torna-se mais inclusivo e significativo.

Assunção e Bastos (2025) destacam que práticas pedagógicas contextualizadas fortalecem a formação de leitores críticos, ao aproximarem os conteúdos escolares da realidade social e cultural dos estudantes. Isso evidencia que cultura e leitura caminham juntas na construção do conhecimento.

Segundo Assunção e Bastos (2025, p. 21):

A mediação docente, articulada às tecnologias digitais e às práticas de leitura, deve considerar as múltiplas linguagens, os diferentes contextos culturais e as experiências dos estudantes, promovendo o desenvolvimento do letramento crítico e da participação ativa no processo de aprendizagem.

Essa compreensão reforça que a interdisciplinaridade depende da valorização da diversidade cultural presente na escola. Quando o professor estabelece relações entre os conteúdos curriculares e o cotidiano dos estudantes, amplia as possibilidades de aprendizagem e favorece maior envolvimento nas atividades propostas. Assim, a leitura deixa de ser apenas uma prática escolar e passa a constituir um instrumento de interpretação da realidade social.

Nesse contexto, as metodologias ativas fortalecem a interdisciplinaridade ao promover situ-

ações de aprendizagem baseadas na resolução de problemas, na pesquisa, nos projetos colaborativos e na investigação científica.

Chagas e Flavio (2022) afirmam que essas metodologias aproximam teoria e prática, permitindo que os estudantes utilizem conhecimentos provenientes de diferentes áreas para compreender fenômenos reais. Essa integração contribui para desenvolver competências essenciais à formação humana, como autonomia, criatividade, comunicação e pensamento crítico.

Ao refletirem sobre esse processo, Chagas e Flavio (2022) destacam que as metodologias ativas favorecem o desenvolvimento das competências previstas na BNCC justamente porque estimulam o protagonismo dos estudantes e possibilitam experiências educativas mais contextualizadas.

Os autores defendem que o ensino precisa considerar as características da sociedade contemporânea, marcada pela circulação constante de informações e pela necessidade de formar sujeitos capazes de aprender continuamente. Essa perspectiva fortalece a interdisciplinaridade ao romper com práticas fragmentadas e aproximar diferentes áreas do conhecimento em torno de objetivos comuns.

Outro aspecto importante refere-se ao papel do professor como mediador da aprendizagem interdisciplinar. Nas metodologias ativas, o docente deixa de ser apenas transmissor de conteúdos para organizar situações que favoreçam investigação, diálogo e construção coletiva do conhecimento.

Lotúmolo Júnior e Mill (2020) ressaltam que a aprendizagem ativa depende da criação de ambientes nos quais os estudantes possam pesquisar, discutir, formular hipóteses e construir soluções para problemas reais. Nesse cenário, a interdisciplinaridade torna-se condição fundamental para ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Conforme destacam Lotúmolo Júnior e Mill (2020, p. 15):

A aprendizagem ativa pressupõe a participação efetiva do estudante em situações que envolvem investigação, colaboração, reflexão e resolução de problemas. Essas experiências tornam-se mais significativas quando diferentes áreas do conhecimento dialogam entre si, permitindo uma compreensão mais ampla da realidade e favorecendo o desenvolvimento da autonomia intelectual.

A análise desse posicionamento evidencia que integrar leitura, cultura e metodologias ativas significa construir práticas pedagógicas capazes de preparar os estudantes para compreender a complexidade do mundo contemporâneo.

A interdisciplinaridade amplia as possibilidades de interpretação dos fenômenos sociais, fortalece a produção coletiva do conhecimento e favorece aprendizagens que ultrapassam os limites das disciplinas escolares. Dessa maneira, contribui para uma formação mais crítica, reflexiva e comprometida com a transformação da realidade.

Por fim, percebe-se que a interdisciplinaridade constitui um elemento articulador entre leitura, cultura e metodologias ativas, promovendo uma educação mais dinâmica, participativa e significativa. Ao integrar diferentes saberes, valorizar as experiências culturais dos estudantes e estimular metodologias centradas no protagonismo discente, a escola fortalece o desenvolvimento de competências essenciais para a vida em sociedade. Assim, a construção de práticas interdisciplinares representa um caminho promissor para consolidar uma educação contemporânea comprometida com a formação integral dos sujeitos, favorecendo aprendizagens permanentes, contextualizadas e socialmente relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito analisar as contribuições da leitura, da cultura e das metodologias ativas, sob uma perspectiva interdisciplinar, para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem na educação contemporânea. Ao longo da pesquisa, foi possível compreender que esses três elementos possuem uma relação complementar e, quando trabalhados de forma integrada, favorecem uma aprendizagem mais significativa, participativa e voltada para a formação integral dos estudantes.

O objetivo geral foi alcançado por meio da revisão da literatura, que permitiu identificar diferentes contribuições apresentadas por pesquisadores da área da educação. As obras analisadas de-

monstraram que a leitura amplia a capacidade crítica dos estudantes, a cultura aproxima os conteúdos escolares da realidade vivenciada pelos alunos e as metodologias ativas fortalecem o protagonismo estudantil, tornando o processo educativo mais dinâmico e colaborativo. A interdisciplinaridade mostrou-se como o elo capaz de integrar esses elementos em práticas pedagógicas mais contextualizadas.

A problemática proposta no início da pesquisa buscava compreender de que maneira a integração entre leitura, cultura e metodologias ativas poderia contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na educação contemporânea. A análise dos estudos consultados permitiu responder a essa questão ao evidenciar que a articulação desses elementos favorece o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e comunicativas, além de estimular a autonomia, a criatividade, o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes durante todo o processo educativo.

Entre os principais resultados encontrados, destaca-se o entendimento de que a leitura não deve ser compreendida apenas como uma atividade voltada ao desenvolvimento da linguagem, mas como um instrumento de formação humana, capaz de ampliar a compreensão da realidade e fortalecer o exercício da cidadania. Da mesma forma, verificou-se que a valorização da cultura contribui para tornar o ensino mais próximo das experiências dos estudantes, favorecendo aprendizagens mais significativas e respeitando a diversidade presente no ambiente escolar.

Outro resultado importante diz respeito às metodologias ativas, que se apresentaram como estratégias capazes de transformar a organização das práticas pedagógicas. Os estudos analisados evidenciaram que essas metodologias estimulam a investigação, o trabalho colaborativo, a resolução de problemas e a construção coletiva do conhecimento, fortalecendo a autonomia dos estudantes e ressignificando o papel do professor como mediador da aprendizagem.

Também foi possível concluir que a interdisciplinaridade representa um importante caminho para superar a fragmentação dos conteúdos escolares. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento, promove uma visão mais ampla dos fenômenos estudados e favorece a construção de aprendizagens contextualizadas, aproximando teoria e prática de maneira mais natural. Essa integração fortalece o desenvolvimento de competências essenciais para a formação de sujeitos críticos, participativos e

preparados para os desafios da sociedade contemporânea.

Embora os resultados obtidos sejam relevantes, esta pesquisa apresenta algumas limitações. Por tratar-se de um estudo bibliográfico, as análises foram fundamentadas exclusivamente na produção científica disponível, não contemplando investigações realizadas diretamente em instituições de ensino ou com a participação de professores e estudantes. Dessa forma, os resultados refletem principalmente as contribuições encontradas na literatura consultada.

Diante dessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos de campo em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscando analisar como a integração entre leitura, cultura, interdisciplinaridade e metodologias ativas ocorre na prática pedagógica. Também são importantes investigações que avaliem os impactos dessas estratégias no desempenho acadêmico, no desenvolvimento das competências socioemocionais e na formação crítica dos estudantes.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para ampliar as discussões sobre a necessidade de práticas pedagógicas mais integradas, participativas e contextualizadas. A educação contemporânea exige novas formas de ensinar e aprender, e a articulação entre leitura, cultura, metodologias ativas e interdisciplinaridade mostra-se como uma alternativa consistente para promover uma formação mais humana, crítica e comprometida com a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e socialmente responsável.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Alcione Santos de; BASTOS, Jaqueline Mendes. Leitura e tecnologias digitais: práticas pedagógicas para o ensino fundamental. *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 52, p. 1-24, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n52-006>.

BERNARDO, Mayara de Souza; SILVA, Ana Lúcia Gomes da. Metodologias ativas e interdisciplinaridade no ensino fundamental: fomentando competências críticas, criativas e artísticas. *Revista Diálogos Interdisciplinares – GEFPFIP*, Aquidauana, v. 4, n. 16, Edição Especial, p. 1052-1068, dez. 2024.

CHAGAS, Euana das; FLAVIO, Miranda Marteleto. Metodologias ativas no ensino fundamental: um olhar a Base Nacional Comum Curricular. *Conjecturas*, v. 22, n. 11, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-1370-W19.

COSTA, Alene Prima da et al. Metodologias ativas e a integração ensino–pesquisa–extensão: desafios e potencialidades no ensino superior. *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 57, p. 1-17, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv17n57-002>.

CUNHA, Marcia Borin da; OMACHI, Nathalie Akie; RITTER, Olga Maria Schmidt; NASCIMENTO, Jéssica Engel do; MARQUES, Glessyan de Quadros; LIMA, Fernanda Oliveira. Metodologias ativas: em busca de uma caracterização e definição. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, e39442, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469839442>.

DOMINGOS, Suzana Ferreira Paulino; DOMINGOS, Daniel Américo. Metodologias ativas e interdisciplinaridade na formação docente na pós-graduação em Letras. In: *Anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU)*, 2019.

LOTÚMOLO JÚNIOR, José; MILL, Daniel. Reflexões sobre as metodologias ativas como abordagem pedagógica no contexto brasileiro. *Conjectura: Filosofia e Educação*, Caxias do Sul, v. 25, e020035, 2020. DOI: 10.18226/21784612.v25.e020035.

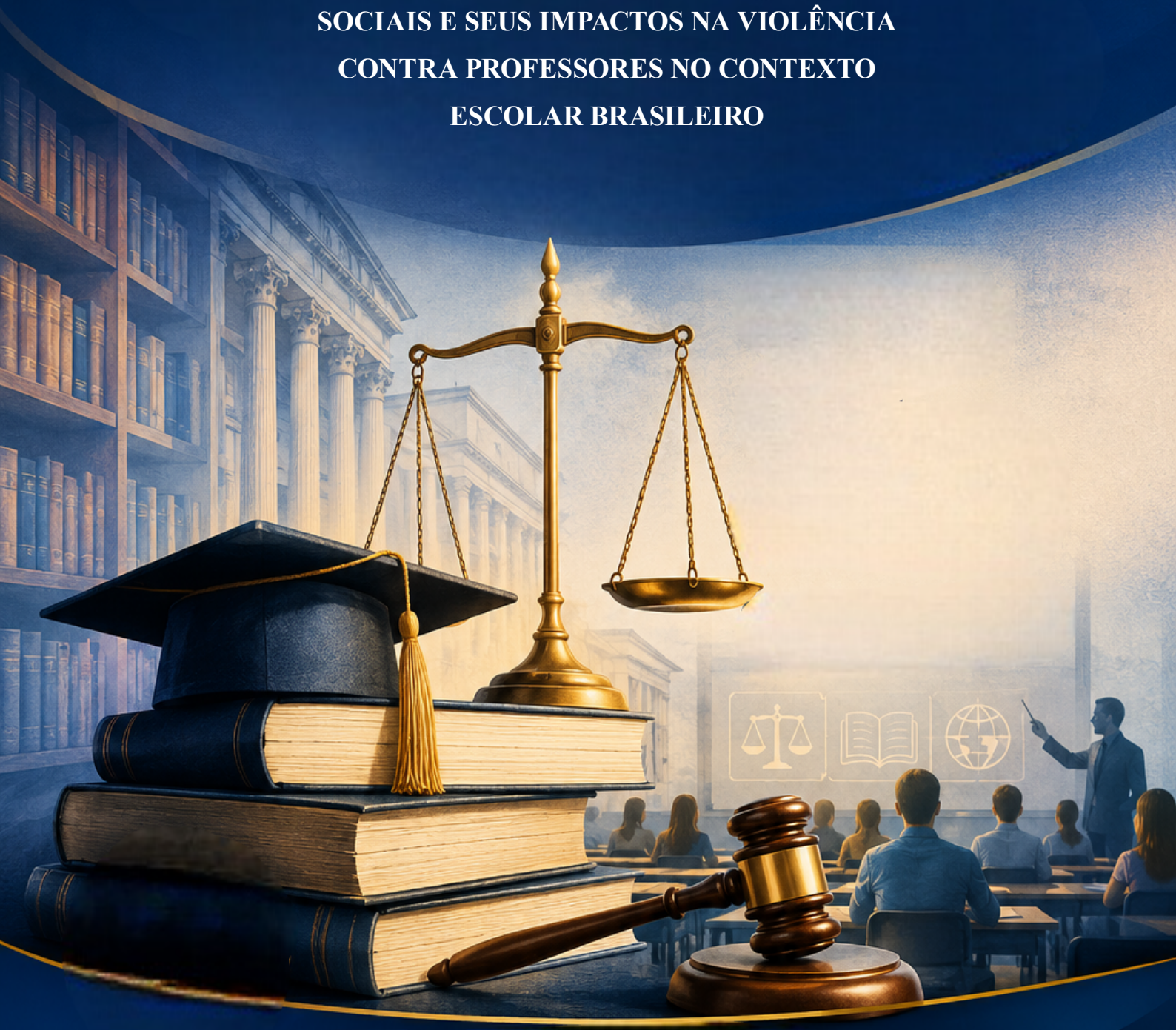
OLIVEIRA, Ana Carolina de Sá Machado; MONTE, Joana Gomes de Oliveira; OLIVEIRA, Clementino José Linhares de; MAFRA, Luciano Enedino. Metodologias ativas no ensino fundamental: práticas inovadoras e o protagonismo do aluno na construção do conhecimento. *Revista Tópicos*, 20 maio 2026. DOI: 10.70773/revistatopicos/779216512.

REBOUÇAS, Marcos Sérgio Carvalho; BEZERRA, Diogo Pereira. Metodologias ativas como práxis interdisciplinar na educação profissional e tecnológica. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 16, e500101622962, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.22962>.

SANTANA, Josefa Renata Lira de; MELO, Nélcio Vieira de. As metodologias ativas no ambiente escolar: perspectivas teóricas e práticas apresentadas nas pesquisas acadêmicas brasileiras. *Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)* – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2022.

Capítulo 7

DISCURSOS DE ÓDIO DE POLÍTICOS NAS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO



DISCURSOS DE ÓDIO DE POLÍTICOS NAS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

HATE SPEECH BY POLITICIANS ON SOCIAL MEDIA AND ITS IMPACTS ON VIOLENCE AGAINST TEACHERS IN THE BRAZILIAN SCHOOL CONTEXT

Dinis Campagnin

Resumo: O avanço das redes sociais digitais ampliou significativamente a circulação de informações e opiniões políticas, favorecendo também a disseminação de discursos de ódio e conteúdos polarizadores. Nesse cenário, professores têm se tornado alvos frequentes de ataques simbólicos, morais e institucionais, especialmente quando determinadas narrativas políticas buscam questionar sua atuação profissional e seu papel social. O presente estudo teve como objetivo analisar como os discursos de ódio difundidos por políticos nas redes sociais contribuem para a intensificação da violência contra professores no contexto escolar brasileiro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizada por meio da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos relacionados ao tema. Os resultados evidenciaram que as redes sociais potencializam a circulação de discursos hostis, favorecendo a deslegitimação da figura docente, o fortalecimento de narrativas de desconfiança e a normalização de diferentes formas de violência contra professores. Observou-se ainda que a polarização política e os mecanismos algorítmicos ampliam o alcance dessas mensagens, contribuindo para ambientes escolares mais conflituosos. Conclui-se que o enfrentamento desse problema requer ações integradas entre escolas, poder público, plataformas digitais e sociedade civil, com ênfase na educação midiática, nos direitos humanos e na valorização da profissão docente.

Palavras-chave: Discurso de ódio. Redes sociais. Violência escolar. Professores. Polarização política.

Abstract: The expansion of digital social media has significantly increased the circulation of information and political opinions while also facilitating the dissemination of hate speech and polarizing content. In this context, teachers have increasingly become targets of symbolic, moral, and institutional attacks, particularly when political narratives seek to undermine their professional role and social legitimacy. This study aimed to analyze how hate speech disseminated by politicians on social media contributes to the intensification of violence against teachers in the Brazilian school context. This is a qualitative, exploratory bibliographic study based on the analysis of books, scientific articles, dissertations, theses, and official documents. The findings indicate that social media amplifies hostile discourses, contributes to the delegitimization of teachers, reinforces narratives of distrust, and normalizes different forms of violence against educational professionals. Political polarization and algorithmic mechanisms were found to intensify the dissemination of these messages, fostering increasingly conflictive school environments. It is concluded that addressing this issue requires coordinated actions involving schools, public authorities, digital platforms, and civil society, emphasizing media literacy, human rights education, and the appreciation of the teaching profession.

Keywords: Hate speech. Social media. School violence. Teachers. Political polarization.

INTRODUÇÃO

As transformações provocadas pelas tecnologias digitais modificaram profundamente as formas de comunicação e interação social. As redes sociais passaram a desempenhar papel central na circulação de informações, opiniões e posicionamentos políticos, permitindo que conteúdos sejam compartilhados instantaneamente para milhões de usuários. Embora esse cenário tenha ampliado

o acesso à informação e fortalecido mecanismos de participação pública, também favoreceu a disseminação de discursos de ódio, desinformação e narrativas polarizadas.

No Brasil, o aumento da polarização política observado nos últimos anos intensificou a circulação de mensagens direcionadas contra instituições democráticas, grupos sociais e profissionais da educação. Nesse contexto, professores passaram a ocupar posição de destaque em debates políticos e ideológicos, tornando-se frequentemente alvo de campanhas de desacreditização, ataques morais e acusações relacionadas à sua atuação pedagógica.

A influência exercida por lideranças políticas nas redes sociais contribui significativamente para a formação da opinião pública. Quando figuras públicas utilizam seus espaços digitais para difundir mensagens hostis ou depreciativas contra educadores, ampliam-se os riscos de legitimação da violência simbólica e da intolerância direcionada aos profissionais da educação.

Diante desse contexto, emerge uma questão central: como a disseminação de discursos de ódio nas mídias sociais, amplificados por atores políticos e internalizados pelos estudantes, impacta a segurança, a autoridade docente e a qualidade das relações dentro do ambiente escolar?

A disseminação de discursos de ódio por figuras políticas em redes sociais está diretamente correlacionada com o aumento e a intensificação da violência (física, psicológica, simbólica e cibernética) contra professores no ambiente escolar brasileiro.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a crescente violência contra professores no contexto educacional brasileiro, especialmente aquela potencializada pela disseminação de discursos de ódio nas redes sociais por figuras políticas. A relevância do estudo reside tanto em sua contribuição acadêmica, ao investigar a relação ainda pouco explorada entre a retórica política digital e a violência direcionada aos educadores, quanto em sua importância social, ao analisar um fenômeno que compromete a integridade física e emocional dos docentes, enfraquece a qualidade do processo educativo e afeta a escola como espaço democrático. Nesse sentido, a pesquisa busca ampliar o conhecimento sobre os impactos das dinâmicas políticas e digitais na educação, fornecendo subsídios teóricos e empíricos para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento

fundamentadas em evidências.

Em suma, este artigo busca não apenas diagnosticar um problema complexo, mas também propor caminhos para a construção de um ambiente educacional e digital mais seguro, respeitoso e propício ao desenvolvimento pleno de professores e alunos. A compreensão das dinâmicas aqui investigadas é fundamental para a defesa da educação pública e para o fortalecimento da democracia no Brasil.

De tal modo, o presente estudo teve como objetivo geral analisar, de forma aprofundada, como os discursos de ódio proferidos por políticos nas redes sociais potencializam a violência contra professores no ambiente escolar brasileiro.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória. O estudo foi desenvolvido a partir da análise sistemática de artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos institucionais relacionados aos temas redes sociais, algoritmos, polarização política, discurso de ódio, violência escolar e valorização docente.

DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

As redes sociais digitais transformaram profundamente a forma como os indivíduos se comunicam, compartilham informações e participam dos debates públicos. Embora essas plataformas tenham ampliado o acesso à informação e favorecido novas formas de interação social, também criaram condições para a rápida disseminação de conteúdos ofensivos, intolerantes e discriminatórios. Nesse contexto, os discursos de ódio passaram a ocupar espaço significativo nos ambientes digitais, alcançando públicos cada vez maiores e produzindo impactos relevantes nas relações sociais e institucionais (RECUERO, 2017).

O avanço das tecnologias digitais possibilitou a formação de um ambiente comunicacional caracterizado pela instantaneidade e pela ampla conectividade entre indivíduos. Segundo Lévy (2003), o ciberespaço representa um novo espaço de interação humana, no qual informações

circulam continuamente sem as limitações tradicionais de tempo e espaço. Essa dinâmica amplia as possibilidades de comunicação, mas também favorece a propagação de mensagens que promovem hostilidade, preconceito e exclusão.

Para Lemos (2003), a cibercultura modificou as formas de sociabilidade ao permitir que qualquer indivíduo se tornasse produtor e disseminador de conteúdos. Essa democratização da comunicação trouxe benefícios importantes para a participação social, mas também ampliou a circulação de mensagens ofensivas e ataques direcionados a grupos específicos. Como consequência, discursos anteriormente restritos a determinados espaços passaram a alcançar dimensões globais por meio das plataformas digitais.

As redes sociais funcionam a partir de mecanismos que privilegiam a circulação de conteúdos capazes de gerar engajamento. Recuero (2017) destaca que a interação nas plataformas digitais ocorre por meio de compartilhamentos, curtidas e comentários, criando processos de amplificação que aumentam a visibilidade das mensagens. Nesse cenário, conteúdos marcados por emoções intensas, como indignação, medo ou revolta, tendem a alcançar maior repercussão do que informações neutras ou reflexivas.

O discurso de ódio pode ser compreendido como toda manifestação que busca inferiorizar, desqualificar ou estimular hostilidade contra indivíduos ou grupos em razão de características sociais, políticas, culturais, religiosas ou identitárias. Segundo Nandi (2018), a internet ampliou significativamente a capacidade de disseminação dessas mensagens, permitindo que conteúdos discriminatórios atinjam um número expressivo de pessoas em curto período de tempo.

A arquitetura das plataformas digitais também contribui para a expansão desse fenômeno. Witschoreck (2023) observa que elementos como anonimato, instantaneidade e sentimento de pertencimento a grupos favorecem a circulação de discursos de ódio nas redes sociais. Tais características reduzem barreiras para a manifestação de comportamentos agressivos e estimulam a formação de comunidades virtuais que reforçam narrativas extremistas.

Outro aspecto relevante refere-se à influência dos algoritmos na seleção dos conteúdos

visualizados pelos usuários. Chiquetto (2023) afirma que os mecanismos algorítmicos tendem a privilegiar publicações capazes de gerar maior engajamento, independentemente de sua veracidade ou de seus impactos sociais. Dessa forma, discursos polarizados e ofensivos frequentemente recebem maior destaque, ampliando seu alcance e sua capacidade de influência.

A disseminação dos discursos de ódio encontra forte relação com o fenômeno da pós-verdade. Nesse contexto, emoções e crenças pessoais passam a exercer maior influência sobre a opinião pública do que fatos objetivos. Conforme discutido por Witschoreck (2023), a valorização de narrativas emocionais favorece a aceitação de mensagens simplificadas e polarizadas, contribuindo para a propagação de conteúdos hostis e discriminatórios.

Além da pós-verdade, a desinformação constitui um dos principais fatores associados ao crescimento dos discursos de ódio nas plataformas digitais. Informações falsas ou distorcidas são frequentemente utilizadas para reforçar preconceitos, alimentar conflitos e legitimar comportamentos agressivos. Essa dinâmica compromete a qualidade do debate público e dificulta a construção de relações sociais pautadas no respeito e na diversidade (CHIQUELLO, 2023).

Segundo Han (2017), a sociedade contemporânea caracteriza-se por processos de hiperexposição e intensa busca por reconhecimento social. Nas redes digitais, essa lógica favorece a produção de conteúdos cada vez mais extremos, capazes de atrair atenção e gerar visibilidade. Como resultado, discursos ofensivos passam a ser utilizados como estratégias para ampliar alcance, influência e engajamento nas plataformas.

Tiburi (2015) argumenta que o ambiente digital favorece práticas comunicacionais marcadas pela superficialidade e pela redução do diálogo. Nesse cenário, opiniões divergentes são frequentemente tratadas como ameaças, enquanto o debate democrático é substituído por relações de confronto e hostilidade. Essa realidade contribui para o fortalecimento da intolerância e para a naturalização dos discursos de ódio no espaço virtual.

Diante desse contexto, torna-se evidente que os discursos de ódio nas redes sociais representam um desafio significativo para as sociedades democráticas contemporâneas. A combinação entre

conectividade digital, algoritmos, desinformação e polarização política potencializa a circulação de mensagens discriminatórias e amplia seus impactos sociais. Assim, compreender as dinâmicas que sustentam esse fenômeno é fundamental para o desenvolvimento de estratégias voltadas à promoção de uma cultura digital mais ética, inclusiva e respeitosa.

A INFLUÊNCIA DOS DISCURSOS POLÍTICOS NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Os discursos políticos sempre exerceram papel relevante na construção da opinião pública, influenciando percepções, comportamentos e posicionamentos sociais. Com a expansão das redes sociais digitais, esse processo tornou-se ainda mais intenso, uma vez que líderes políticos passaram a se comunicar diretamente com milhões de pessoas sem a mediação dos meios tradicionais de comunicação. Nesse contexto, as plataformas digitais assumiram papel central na circulação de narrativas políticas e ideológicas, contribuindo para a formação de consensos e divergências no espaço público (SOUSA; LIRA, 2025).

A formação da opinião pública está diretamente relacionada aos processos comunicacionais presentes em cada período histórico. Atualmente, as redes sociais possibilitam que informações sejam compartilhadas de forma instantânea, alcançando públicos diversos e influenciando debates sociais em larga escala. Segundo Witschoreck (2023), o cenário de polarização política observado nos últimos anos favoreceu a utilização estratégica das redes sociais para ampliar o alcance de discursos políticos e ideológicos, fortalecendo processos de mobilização e engajamento.

Nesse ambiente digital, os algoritmos desempenham papel fundamental na seleção dos conteúdos consumidos pelos usuários. Ao priorizar informações alinhadas às preferências individuais, essas ferramentas contribuem para a formação de bolhas informacionais que limitam o contato com perspectivas divergentes. Conforme destaca Chiquetto (2023), a personalização excessiva dos conteúdos favorece a consolidação de crenças já existentes, dificultando a construção de debates plurais e democráticos.

A influência dos discursos políticos torna-se ainda mais significativa quando associada a elementos emocionais. De acordo com o conceito de pós-verdade, crenças pessoais e apelos emocionais frequentemente assumem maior importância do que fatos verificáveis na formação das opiniões. Nesse sentido, os discursos políticos passam a mobilizar sentimentos como medo, indignação e ressentimento, ampliando sua capacidade de convencimento e adesão social (WITSCHORECK, 2023).

Ao analisar os impactos da comunicação política digital, Sousa e Lira (2025, p. 1) afirmam que “estes discursos, por meio de lideranças políticas, se disseminam nas redes sociais e produzem impactos significativos na vida social”. A observação dos autores evidencia que a influência política nas plataformas digitais ultrapassa o campo eleitoral, alcançando diferentes dimensões das relações sociais e institucionais.

Além disso, a repetição contínua de determinadas narrativas contribui para a construção de percepções coletivas sobre grupos, instituições e profissionais. Recuero (2017) destaca que os processos de compartilhamento e interação nas redes sociais ampliam a circulação de conteúdos e fortalecem determinados enquadramentos da realidade. Dessa forma, discursos políticos recorrentes podem moldar a forma como a sociedade interpreta temas relacionados à educação, à democracia e aos direitos sociais.

Nardi et al. (2024, p. 2) ressaltam que “o discurso de ódio nas redes sociais representa um desafio contemporâneo aos pilares democráticos”, especialmente quando utilizado como instrumento de disputa política. A utilização de estratégias discursivas baseadas na desqualificação de adversários e na disseminação de informações distorcidas contribui para o aprofundamento das divisões sociais e para o enfraquecimento do diálogo democrático.

Diante desse cenário, observa-se que os discursos políticos difundidos nas redes sociais exercem influência significativa na formação da opinião pública contemporânea. A combinação entre algoritmos, engajamento emocional, polarização política e circulação acelerada de informações fortalece a capacidade dessas mensagens de moldar percepções e comportamentos coletivos. Por essa

razão, compreender os mecanismos que sustentam essa influência torna-se fundamental para analisar seus reflexos sobre a educação, as instituições democráticas e as relações sociais.

IMPACTOS DOS DISCURSOS DE ÓDIO NA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES

A intensificação dos discursos de ódio nas redes sociais tem produzido consequências significativas para o ambiente educacional brasileiro, especialmente no que se refere à segurança e à valorização dos professores. A ampla circulação de narrativas hostis direcionadas aos profissionais da educação contribui para a construção de uma imagem social negativa da docência, favorecendo o surgimento de comportamentos agressivos tanto nos espaços virtuais quanto no cotidiano escolar. Nesse contexto, a violência contra professores deixa de ser compreendida como um fenômeno isolado e passa a ser analisada como resultado de processos sociais, políticos e comunicacionais mais amplos.

A deslegitimação da figura docente constitui um dos principais impactos dos discursos de ódio disseminados nas plataformas digitais. Ao serem frequentemente apresentados como responsáveis por supostos processos de doutrinação ideológica ou por problemas relacionados à educação, os professores tornam-se alvos de desconfiança e questionamentos constantes. Segundo Santos e Farias (2022), esse processo favorece a construção de representações negativas sobre os educadores, enfraquecendo sua autoridade profissional e comprometendo suas relações com a comunidade escolar.

Os efeitos desses discursos ultrapassam o ambiente virtual e alcançam diretamente as práticas cotidianas nas instituições de ensino. Conforme destacam Sousa e Lira (2025), as mensagens disseminadas por lideranças políticas nas redes sociais possuem forte capacidade de influenciar percepções sociais e comportamentos individuais. Quando determinadas narrativas associam professores a ameaças morais, políticas ou culturais, cria-se um ambiente propício à legitimação de atitudes hostis contra esses profissionais.

Ao investigarem o discurso de ódio direcionado aos educadores, Santos e Farias (2022, p. 1)

observaram que “as análises evidenciam a produção de efeitos de animalização e de demonização da posição que aqui designamos de professor-educador”. Essa constatação demonstra que determinadas narrativas buscam desumanizar a figura docente, contribuindo para justificar práticas de violência simbólica e exclusão social.

Além das agressões verbais e dos ataques à reputação profissional, os professores também enfrentam impactos psicológicos decorrentes da exposição contínua a ambientes marcados pela hostilidade. O medo, a ansiedade, a insegurança e o desgaste emocional aparecem de forma recorrente nos estudos sobre violência escolar. Han (2017) argumenta que a sociedade contemporânea produz formas sutis de violência que afetam profundamente a saúde mental dos indivíduos, especialmente quando associadas a processos de exposição permanente e julgamento público.

Outro aspecto importante refere-se à naturalização da violência simbólica contra educadores. Nardi et al. (2024) afirmam que a banalização dos discursos de ódio nas redes sociais contribui para reduzir a percepção da gravidade dessas práticas, tornando ataques verbais e campanhas de difamação cada vez mais frequentes. Essa normalização dificulta o reconhecimento da violência e enfraquece mecanismos de proteção aos profissionais da educação.

Segundo Witschoreck (2023, p. 70), “os elementos técnicos proporcionam maior alcance e relevância dessas manifestações”, ampliando significativamente a visibilidade dos discursos hostis. Dessa forma, conteúdos ofensivos direcionados aos professores podem alcançar milhares de pessoas em poucos minutos, potencializando seus efeitos e fortalecendo processos de perseguição e exposição pública.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os discursos de ódio exercem influência direta sobre o aumento das diversas formas de violência contra professores. Os impactos observados envolvem desde agressões simbólicas e psicológicas até o comprometimento da autoridade docente e da qualidade das relações escolares. Compreender essas consequências é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que promovam ambientes educacionais mais seguros, democráticos e respeitosos.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AOS DISCURSOS DE ÓDIO E À VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES

O enfrentamento dos discursos de ódio e da violência contra professores exige ações articuladas que envolvam instituições educacionais, poder público, plataformas digitais e sociedade civil. Considerando que esse fenômeno resulta da interação entre fatores tecnológicos, políticos e sociais, as estratégias adotadas precisam ultrapassar medidas isoladas e promover iniciativas voltadas à construção de ambientes mais democráticos, inclusivos e respeitosos. Nesse contexto, a valorização da educação e da profissão docente torna-se elemento fundamental para a prevenção de práticas discriminatórias e violentas.

Uma das principais estratégias apontadas pela literatura consiste no fortalecimento da educação midiática e digital. Em um cenário marcado pela circulação acelerada de informações e pela disseminação de conteúdos falsos, torna-se essencial desenvolver competências relacionadas à análise crítica das mensagens veiculadas nas redes sociais. Segundo Holanda (2025), a educação midiática contribui para que os indivíduos reconheçam processos de manipulação informacional, identifiquem desinformação e adotem práticas mais responsáveis no ambiente digital.

Além disso, a promoção da Educação em Direitos Humanos representa um importante instrumento de prevenção aos discursos de ódio. Essa abordagem busca estimular valores relacionados ao respeito à diversidade, à convivência democrática e à valorização das diferenças. Ao incorporar essas temáticas ao cotidiano escolar, torna-se possível fortalecer atitudes de tolerância e combater comportamentos que favorecem a discriminação e a exclusão social (NARDI et al., 2024).

Outra medida relevante envolve a atuação das próprias plataformas digitais no combate à disseminação de conteúdos ofensivos. Chiquetto (2023) destaca que as empresas responsáveis pelas redes sociais possuem papel estratégico na identificação, monitoramento e remoção de publicações que promovam violência, preconceito ou incitação ao ódio. Embora a liberdade de expressão constitua

um princípio fundamental das sociedades democráticas, ela não deve ser utilizada como justificativa para práticas que violem direitos fundamentais de indivíduos ou grupos.

Segundo Witschoreck (2023, p. 69), os discursos de ódio encontram respaldo em características específicas das plataformas digitais, como “a anonimidade, o sentimento de grupo e a instantaneidade”. Dessa forma, mecanismos de regulação, moderação de conteúdo e responsabilização dos usuários tornam-se importantes ferramentas para reduzir o alcance dessas manifestações e seus impactos sociais.

No contexto educacional, é igualmente necessário fortalecer políticas públicas voltadas à proteção dos professores. Programas de apoio psicológico, canais institucionais de denúncia e ações de prevenção à violência escolar podem contribuir para reduzir situações de vulnerabilidade enfrentadas pelos profissionais da educação. Além disso, a criação de protocolos específicos para lidar com casos de violência digital representa uma medida cada vez mais necessária diante do crescimento das agressões realizadas por meio das redes sociais.

A valorização da profissão docente também constitui elemento central nesse processo. Santos e Farias (2022) ressaltam que a deslegitimação da figura do professor favorece a normalização de comportamentos agressivos contra esses profissionais. Assim, iniciativas que fortaleçam o reconhecimento social da docência, ampliem as condições de trabalho e promovam a participação dos educadores nas decisões institucionais contribuem diretamente para a redução da violência e para o fortalecimento da escola como espaço democrático.

Por fim, o enfrentamento dos discursos de ódio e da violência contra professores depende da construção de uma cultura de paz fundamentada no diálogo, no respeito e na responsabilidade coletiva. A articulação entre educação midiática, direitos humanos, políticas públicas de proteção e regulação das plataformas digitais constitui um caminho promissor para minimizar os impactos desse fenômeno. Dessa maneira, será possível promover ambientes educacionais mais seguros, fortalecer a atuação docente e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como os discursos de ódio disseminados por atores políticos nas redes sociais contribuem para a intensificação da violência contra professores no contexto escolar brasileiro. A partir da revisão da literatura, foi possível compreender que o avanço das tecnologias digitais e a ampliação do uso das redes sociais transformaram profundamente os processos de comunicação, influenciando a formação da opinião pública e favorecendo a circulação de conteúdos marcados pela polarização, desinformação e intolerância.

Os resultados evidenciaram que os discursos de ódio difundidos no ambiente digital extrapolam os limites das plataformas virtuais e produzem impactos concretos sobre a realidade educacional. Observou-se que a recorrente deslegitimação da figura docente, associada à propagação de narrativas hostis e à disseminação de informações distorcidas sobre a atuação dos professores, contribui para o fortalecimento de comportamentos agressivos e para a naturalização de diferentes formas de violência no ambiente escolar.

Também foi constatado que os mecanismos algorítmicos das redes sociais ampliam significativamente o alcance dessas mensagens, favorecendo a formação de bolhas informacionais e o fortalecimento de posicionamentos extremados. Nesse cenário, os discursos políticos assumem papel relevante na construção de percepções sociais acerca da educação e dos profissionais que nela atuam, influenciando comportamentos individuais e coletivos que afetam diretamente a convivência escolar.

Diante desse contexto, torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias voltadas à promoção da educação midiática, ao fortalecimento da Educação em Direitos Humanos e à valorização da profissão docente. Além disso, destaca-se a importância da atuação conjunta entre instituições educacionais, plataformas digitais, sociedade civil e poder público na implementação de ações capazes de prevenir a disseminação de discursos de ódio e reduzir seus impactos sobre a comunidade escolar.

Por fim, conclui-se que o enfrentamento da violência contra professores exige não apenas medidas de proteção aos profissionais da educação, mas também a construção de uma cultura

democrática pautada no respeito, no diálogo e na valorização da diversidade. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para ampliar as discussões sobre a relação entre comunicação digital, polarização política e educação, além de subsidiar futuras investigações e políticas públicas voltadas à promoção de ambientes escolares mais seguros, inclusivos e socialmente comprometidos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ANTELO, Raúl. As latugas e o mal-estar na civilização contemporânea. Florianópolis: UFSC, 2010.

ARAÚJO, Cláudia Maria; OLIVEIRA, Marta Kohl de. Adolescência e juventude: concepções e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2010.

ARRIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOYD, Danah. It's complicated: the social lives of networked teens. New Haven: Yale University Press, 2014.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BUCKINGHAM, David. Juventude, identidade e mídia digital. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIQUELTO, Ana Carolina. Discurso de ódio nas redes sociais e seus impactos sociais. Revista Jurídica, v. 18, n. 2, p. 1-15, 2023.

COLE, Michael; COLE, Sheila. O desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação

& Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

DAYRELL, Juarez. Juventude e escola. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DIAS, Cristiane. Redes sociais digitais e produção do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GONTIJO SALUM, Maria José; SANTIAGO, Ana Lydia. Adolescência, violência e laço social. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GU, Lion; KROPOTOV, Vladimir; YAROCHKIN, Fyodor. The fake news machine: how propagandists abuse the internet and manipulate the public. Trend Micro Research, 2017.

HAN, Byung-Chul. Sociedade da transparência. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HOLANDA, Ana Paula. Educação midiática e combate à desinformação no contexto escolar. Revista Brasileira de Educação, v. 30, n. 1, p. 1-18, 2025.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

- LACAN, Jacques. O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LE BRETON, David. Uma breve história da adolescência. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.
- LE MOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- LE MOS, André. Cibercultura e mobilidade. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34, 2000.
- NANDI, Juliana. Discurso de ódio na internet e liberdade de expressão. Curitiba: Juruá, 2018.
- NARDI, Henrique Caetano et al. Discurso de ódio nas redes sociais e os desafios à democracia contemporânea. Revista de Ciências Sociais, v. 12, n. 1, p. 1-18, 2024.
- PARRA, Henrique. Governamentalidade algorítmica e controle social. São Paulo: Annablume, 2016.
- PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.
- RABIN, Sam. Clickbait e desinformação na internet. New York: Digital Press, 2017.
- RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- RECUERO, Raquel. A conversação em rede. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.
- RIPOLL, Leonardo; MATOS, José Cláudio. Zumbificação da informação: a desinformação e seus efeitos sociais. Informação & Sociedade, v. 27, n. 2, p. 1-12, 2017.
- ROUVROY, Antoinette. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação. Revista ECO-Pós, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 17-36, 2013.

RUSHKOFF, Douglas. Playing the future: what we can learn from digital kids. New York: Riverhead Books, 1999.

SANTOS, Eduardo; FARIAS, João. Discurso de ódio contra professores nas redes sociais: violência simbólica e deslegitimação docente. Educação & Sociedade, Campinas, v. 43, p. 1-15, 2022.

SIBÍLIA, Paula. O show do eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIBÍLIA, Paula. Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIBÍLIA, Paula. O homem pós-orgânico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SIBÍLIA, Paula. A escola no mundo hiperconectado. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SOUSA, Maria Clara; LIRA, Paulo Henrique. Discursos políticos nas redes sociais e seus impactos sobre crianças e adolescentes. Revista Brasileira de Educação, v. 30, p. 1-17, 2025.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

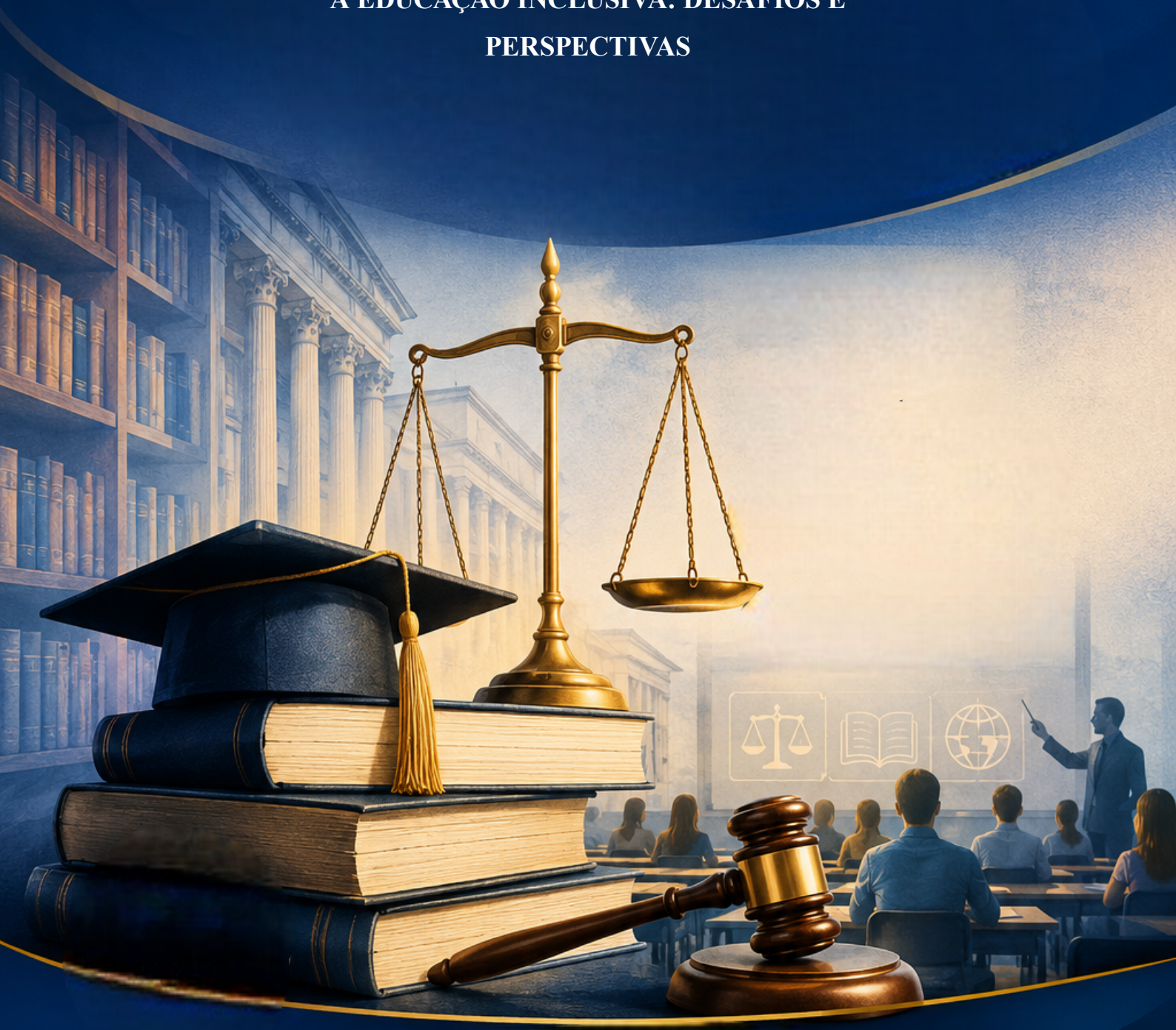
SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e educação: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2006.

TIBURI, Marcia. Como conversar com um fascista. Rio de Janeiro: Record, 2015.

WITSCHORECK, Lucas. Polarização política e discursos de ódio nas redes sociais. Revista Direito e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 65-82, 2023.

Capítulo 8

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS



A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

TEACHER TRAINING FOR INCLUSIVE EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

Geruza Louize Jahn Dias

Gilmara Damian Preve Ferrandin

Resumo: A educação inclusiva tem ocupado um espaço cada vez mais relevante nas discussões educacionais brasileiras, especialmente diante da necessidade de garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características, limitações ou necessidades específicas. Nesse contexto, a formação docente constitui um dos principais elementos para a efetivação de práticas pedagógicas capazes de promover uma escola democrática, acessível e comprometida com a valorização da diversidade. Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os desafios e as perspectivas da formação de professores para a educação inclusiva, evidenciando sua importância para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em artigos científicos publicados entre os anos de 2013 e 2026 que abordam a temática da formação docente e da educação inclusiva. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços promovidos pelas legislações educacionais e pelas políticas públicas, ainda persistem desafios relacionados à formação inicial e continuada dos professores, à insuficiência de recursos pedagógicos, à carência de tecnologias assistivas e às dificuldades enfrentadas pelos docentes na construção de práticas efetivamente inclusivas. Conclui-se que a consolidação de uma educação inclusiva depende da implementação de políticas permanentes de formação docente, da articulação entre escola, família e sociedade e do compromisso coletivo com a construção de ambientes escolares que respeitem a

diversidade e assegurem oportunidades equitativas de aprendizagem para todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação docente. Inclusão escolar. Práticas pedagógicas. Diversidade.

Abstract: Inclusive education has occupied an increasingly relevant space in Brazilian educational discussions, especially given the need to guarantee the right to learning for all students, regardless of their characteristics, limitations, or specific needs. In this context, teacher training constitutes one of the main elements for the implementation of pedagogical practices capable of promoting a democratic, accessible school committed to valuing diversity. Thus, the present study aims to analyze the challenges and perspectives of teacher training for inclusive education, highlighting its importance for strengthening inclusive pedagogical practices in the school context. Methodologically, this is a qualitative research, developed through a bibliographic review, based on scientific articles published between 2013 and 2026 that address the theme of teacher training and inclusive education. The results show that, despite the advances promoted by educational legislation and public policies, challenges persist related to initial and continuing teacher training, insufficient pedagogical resources, a lack of assistive technologies, and the difficulties faced by teachers in building effectively inclusive practices. It is concluded that the consolidation of inclusive education depends on the implementation of permanent teacher training policies, the articulation between school, family and society, and a collective commitment to building school environments that respect diversity and ensure equitable learning opportunities for all students.

Keywords: Inclusive education. Teacher training. School inclusion. Pedagogical practices. Diversity.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das principais diretrizes das políticas educacionais brasileiras, refletindo um movimento social e político voltado para a garantia do direito universal à educação. A compreensão de que todas as pessoas possuem potencial para aprender e participar ativamente da vida escolar tem provocado mudanças significativas na organização das instituições de ensino, exigindo transformações que ultrapassam adaptações físicas e envolvem novas concepções de ensino, aprendizagem e formação profissional. Nesse cenário, a atuação docente assume papel fundamental, pois é o professor quem vivencia diariamente os desafios impostos pela diversidade presente nas salas de aula.

Embora importantes avanços legais tenham sido conquistados, como a ampliação das políticas de inclusão e a consolidação de direitos educacionais destinados às pessoas com deficiência, observa-se que muitos professores ainda enfrentam dificuldades para desenvolver práticas pedagógicas compatíveis com os princípios da educação inclusiva. Em grande parte das instituições escolares, persistem limitações relacionadas à formação inicial, à insuficiência de cursos de atualização profissional, à escassez de recursos pedagógicos acessíveis e às condições estruturais inadequadas, fatores que repercutem diretamente na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Essa realidade evidencia que a inclusão escolar não depende exclusivamente da matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular. Torna-se necessário construir ambientes educacionais capazes de reconhecer as diferenças como parte da condição humana, valorizando as singularidades de cada estudante e promovendo estratégias pedagógicas que favoreçam sua participação efetiva. Nesse contexto, a formação docente passa a ser compreendida como um processo contínuo de desenvolvimento profissional, indispensável para responder às demandas educacionais contemporâneas.

Diante dessa problemática, surge o seguinte questionamento: quais são os principais desafios e as perspectivas da formação de professores para a efetivação da educação inclusiva nas escolas

brasileiras?

Parte-se da hipótese de que, apesar dos avanços promovidos pelas legislações e pelas políticas públicas voltadas à inclusão escolar, a formação inicial e continuada dos professores ainda apresenta lacunas que dificultam a consolidação de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas. Pressupõe-se, igualmente, que investimentos permanentes em qualificação profissional, tecnologias assistivas e políticas institucionais podem contribuir significativamente para fortalecer a atuação docente e ampliar a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

A escolha desta temática justifica-se pela relevância social e educacional da inclusão escolar, considerando que a construção de uma sociedade mais democrática depende da garantia de oportunidades iguais de aprendizagem para todos. Além disso, compreender os desafios enfrentados pelos professores permite refletir sobre caminhos capazes de aperfeiçoar os processos formativos, fortalecendo a qualidade da educação pública e promovendo o respeito às diferenças.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar os desafios e as perspectivas da formação de professores para a educação inclusiva, identificando aspectos que favorecem ou dificultam a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica. O levantamento do referencial teórico foi realizado a partir da análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2013 e 2026, selecionados por abordarem diretamente a formação docente, a educação inclusiva, as políticas públicas e as práticas pedagógicas relacionadas ao processo de inclusão escolar.

Quanto à organização do artigo, inicialmente apresenta-se a fundamentação teórica, estruturada em três momentos distintos, discutindo os conceitos de educação inclusiva, os desafios da formação docente e as perspectivas contemporâneas para o fortalecimento da inclusão escolar. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados, bem como a análise e discussão dos estudos revisados. Por fim, apresentam-se as considerações finais, retomando os objetivos da pesquisa e destacando as principais conclusões obtidas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

A educação inclusiva consolidou-se como um dos princípios mais importantes das políticas educacionais contemporâneas, uma vez que defende o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência e à aprendizagem em ambientes escolares comuns. Essa perspectiva rompe com antigas concepções que restringiam a escolarização das pessoas com deficiência a espaços segregados, reconhecendo que a diversidade constitui uma característica inerente ao ambiente escolar. Dessa forma, incluir significa criar condições para que todos os estudantes participem efetivamente das atividades pedagógicas, respeitando suas singularidades e potencializando suas capacidades (REIS; COUTINHO, 2025; COSTA; GOMES; BEZERRA, 2022).

Nesse contexto, a formação dos professores assume papel estratégico para que a inclusão escolar deixe de ser apenas uma determinação legal e se transforme em uma prática cotidiana. A atuação docente exige conhecimentos que ultrapassam o domínio dos conteúdos curriculares, envolvendo também competências relacionadas à adaptação de estratégias metodológicas, ao desenvolvimento de recursos acessíveis e à construção de ambientes acolhedores. Assim, a preparação profissional precisa acompanhar as mudanças sociais e educacionais, possibilitando que o professor atue com segurança diante da diversidade presente nas salas de aula (SANTOS; MELO; FERREIRA, 2023).

Reis e Coutinho (2025) destacam que os avanços promovidos pelas legislações brasileiras não foram suficientes para resolver as dificuldades enfrentadas pelos docentes durante o processo de inclusão. Segundo os autores,

Embora existam avanços legislativos em termos de políticas inclusivas, a formação inicial dos professores ainda é insuficiente para lidar com a diversidade presente em sala de aula, refletindo na escassez de recursos pedagógicos adequados e na resistência cultural à inclusão. Além disso, a implementação das políticas públicas necessita de maior consistência e continuidade, espe-

cialmente no que diz respeito à formação continuada dos educadores e ao uso de tecnologias assistivas (REIS; COUTINHO, 2025, p. 2387).

A reflexão apresentada evidencia que o desafio da inclusão não está relacionado apenas à existência de legislações específicas, mas principalmente às condições oferecidas para que os professores desenvolvam seu trabalho. Quando a formação profissional não contempla experiências práticas e conhecimentos voltados para a diversidade, o docente tende a enfrentar inseguranças diante das diferentes demandas encontradas no cotidiano escolar. Isso demonstra que a efetivação da inclusão depende da articulação entre políticas públicas, formação continuada e valorização profissional.

Além da preparação técnica, a literatura evidencia que a educação inclusiva exige uma mudança de postura dos próprios profissionais da educação. A construção de práticas pedagógicas inclusivas pressupõe reconhecer que cada estudante aprende de maneira diferente, exigindo planejamento flexível, sensibilidade e disposição para adaptar estratégias de ensino. Nesse sentido, a inclusão deixa de ser responsabilidade exclusiva do professor do Atendimento Educacional Especializado e passa a constituir compromisso de toda a comunidade escolar, fortalecendo uma cultura baseada na cooperação, no respeito e na valorização das diferenças (AZEVEDO et al., 2025).

Essa compreensão também foi observada por Nascimento (2013), ao analisar a percepção de professores da Educação Infantil sobre sua formação profissional. A autora identificou que a maioria dos docentes reconhece a importância da inclusão, mas considera insuficientes os conhecimentos adquiridos durante a graduação para lidar com estudantes com necessidades educacionais específicas. Muitos profissionais afirmaram que aprenderam a desenvolver práticas inclusivas apenas durante o exercício da profissão, evidenciando que a formação inicial ainda apresenta lacunas importantes que precisam ser superadas.

Ao refletirem sobre esse cenário, Costa, Gomes e Bezerra (2022) afirmam:

O maior desafio é a formação continuada possibilitar a produção de conhecimentos que possam originar novas atitudes docentes e que resultem na compreensão de situações complexas de ensino voltadas à inclusão. Conclui-se

que a formação precisa favorecer processos reflexivos capazes de transformar a prática pedagógica e fortalecer uma escola comprometida com a diversidade (COSTA; GOMES; BEZERRA, 2022, p. 159).

A contribuição das autoras reforça que a formação continuada não pode ser compreendida apenas como oferta de cursos esporádicos. Trata-se de um processo permanente de aperfeiçoamento profissional, no qual o professor revisita suas práticas, compartilha experiências e desenvolve novas formas de compreender o processo educativo. Essa perspectiva fortalece a autonomia docente e amplia as possibilidades de construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Outro aspecto recorrente nos estudos analisados refere-se à necessidade de aproximar teoria e prática durante os cursos de formação inicial. Embora os currículos das licenciaturas tenham incorporado discussões sobre educação inclusiva, ainda existe uma distância significativa entre os conteúdos estudados e as situações concretas vivenciadas nas escolas. Essa realidade faz com que muitos professores ingressem na carreira sentindo-se inseguros diante da diversidade encontrada em sala de aula, recorrendo frequentemente ao aprendizado construído pela própria experiência profissional (CARVALHO, 2025; KORT-KAMP; AZEVEDO, 2023).

Diante dessas evidências, torna-se possível compreender que a formação docente constitui um dos principais elementos para a consolidação da educação inclusiva. Os estudos analisados convergem ao demonstrar que professores mais preparados desenvolvem práticas pedagógicas mais flexíveis, promovem maior participação dos estudantes e contribuem para a construção de ambientes escolares verdadeiramente democráticos. Assim, investir na formação inicial e continuada representa um investimento direto na qualidade da educação e na garantia do direito de aprendizagem para todos os estudantes.

A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA COMO FUNDAMENTO DA PRÁTICA INCLUSIVA

A formação de professores ocupa uma posição central na consolidação da educação inclusiva, pois é durante esse processo que os futuros docentes desenvolvem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar diante da diversidade presente nas escolas. Entretanto, embora a inclusão esteja prevista nas principais políticas educacionais brasileiras, diversos estudos apontam que a formação inicial ainda apresenta limitações significativas, especialmente no que diz respeito à articulação entre teoria e prática. Em muitos cursos de licenciatura, a educação inclusiva é abordada de maneira superficial, dificultando que os futuros professores se sintam preparados para enfrentar os desafios encontrados no cotidiano escolar (REIS; COUTINHO, 2025; SANTOS; MELO; FERREIRA, 2023).

Essa realidade demonstra que a formação docente precisa acompanhar as transformações sociais e educacionais ocorridas nas últimas décadas. Não basta conhecer os fundamentos legais da inclusão; é necessário compreender como adaptar metodologias, elaborar recursos pedagógicos acessíveis e construir estratégias capazes de favorecer a participação de todos os estudantes. A prática inclusiva exige sensibilidade, planejamento e constante reflexão sobre o processo de ensino, competências que precisam ser desenvolvidas desde a graduação e fortalecidas ao longo da carreira profissional (CARVALHO, 2025).

Ao discutirem essa temática, Santos, Melo e Ferreira (2023) ressaltam que:

Os resultados apontam para a importância de uma formação de professores comprometida com a educação inclusiva, que valorize a diversidade e respeite os direitos de todos os estudantes. A formação deve ir além do ensino técnico, promovendo uma compreensão crítica sobre a educação inclusiva e desenvolvendo empatia e competências socioemocionais nos educadores. A superação dos desafios na implementação da educação inclusiva requer a colaboração de todos os envolvidos na educação (SANTOS; MELO; FERREIRA, 2023, p. 9).

A citação evidencia que formar professores para a inclusão significa muito mais do que oferecer conteúdos específicos sobre deficiência ou legislação. Trata-se de desenvolver profissionais capazes de compreender as diferentes formas de aprender, reconhecendo que cada estudante possui potencialidades próprias. Essa mudança de perspectiva favorece práticas pedagógicas mais acolhedoras e fortalece o compromisso da escola com a equidade educacional.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à importância da formação continuada. Considerando que a educação está em constante transformação, o professor necessita atualizar seus conhecimentos continuamente, acompanhando novas metodologias, recursos tecnológicos e estratégias de ensino que possam favorecer a aprendizagem dos estudantes. A formação continuada permite que os profissionais reflitam sobre sua prática, compartilhem experiências e construam soluções coletivas para os desafios encontrados no ambiente escolar (KORT-KAMP; AZEVEDO, 2023).

Nesse sentido, Kort-Kamp e Azevedo (2023), ao analisarem um curso de formação continuada voltado para docentes da Educação Profissional e Tecnológica, verificaram que iniciativas permanentes de qualificação contribuem significativamente para ampliar a compreensão dos professores sobre inclusão e acessibilidade pedagógica. Os autores observaram que os participantes passaram a reconhecer a necessidade de adaptar práticas pedagógicas, desenvolver materiais acessíveis e promover maior participação dos estudantes com deficiência nas atividades escolares. Esses resultados demonstram que investir na formação continuada produz impactos concretos na qualidade do ensino.

A importância desse processo também é destacada por Melonio et al. (2024), que afirmam:

A capacitação docente é crucial para implementar práticas inclusivas eficazes, destacando a necessidade de tecnologias assistivas e colaboração entre educadores e profissionais da área da educação. Além disso, destaca-se a relevância de uma cultura escolar que valorize a inclusão, exigindo o compromisso de toda a comunidade escolar (MELONIO et al., 2024, p. 1).

A reflexão apresentada pelos autores reforça que o professor não pode atuar isoladamente. A inclusão escolar depende da colaboração entre diferentes profissionais, da participação das famílias e da construção de uma cultura institucional comprometida com o respeito às diferenças. Quando existe esse trabalho coletivo, torna-se mais fácil identificar dificuldades, compartilhar responsabilidades e construir soluções que beneficiem todos os estudantes.

Embora a formação continuada seja reconhecida como uma necessidade permanente, muitos professores ainda encontram dificuldades para participar de cursos e programas de atualização. Em diversas redes de ensino, a oferta de formação é insuficiente, ocorre de forma descontínua ou não dialoga com os problemas enfrentados no cotidiano escolar. Como consequência, muitos docentes buscam aperfeiçoamento por iniciativa própria, conciliando estudos com as exigências da rotina profissional, o que evidencia o comprometimento desses profissionais, mas também revela fragilidades nas políticas públicas de formação (FARIAS, 2024).

Além disso, diversos estudos apontam que a formação docente precisa superar uma visão excessivamente teórica e aproximar-se das experiências vividas nas escolas. Situações relacionadas à adaptação curricular, avaliação inclusiva, uso de tecnologias assistivas e mediação da aprendizagem somente podem ser compreendidas de maneira mais ampla quando discutidas à luz da prática cotidiana. Por essa razão, programas de formação que articulam estudos teóricos, oficinas, estudos de caso e momentos de reflexão coletiva tendem a produzir resultados mais consistentes no desenvolvimento profissional dos professores (BEZERRA et al., 2026; CARVALHO et al., 2026).

Dessa forma, a literatura analisada demonstra consenso ao reconhecer que a formação inicial e continuada constitui um dos principais fatores para o fortalecimento da educação inclusiva. Professores que possuem oportunidades permanentes de qualificação sentem-se mais preparados para enfrentar os desafios da diversidade, desenvolvem maior autonomia pedagógica e contribuem para a construção de ambientes escolares mais democráticos, acolhedores e comprometidos com o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, a consolidação da educação inclusiva ainda enfrenta inúmeros desafios que ultrapassam a formação docente. As dificuldades estão relacionadas às condições estruturais das escolas, à insuficiência de recursos didáticos, ao número elevado de estudantes por turma, à escassez de tecnologias assistivas e, principalmente, à permanência de concepções que ainda associam a deficiência às limitações individuais, desconsiderando as barreiras existentes no ambiente escolar. Essas questões demonstram que a inclusão exige mudanças estruturais e culturais, envolvendo todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar (AZEVEDO et al., 2025; MELONIO et al., 2024).

Nesse cenário, observa-se que muitos professores assumem a responsabilidade pela inclusão sem receber o suporte necessário para desenvolver seu trabalho. A ausência de equipes multiprofissionais, de materiais pedagógicos adaptados e de momentos destinados ao planejamento coletivo acaba comprometendo a implementação de práticas inclusivas. Como consequência, o docente passa a enfrentar sentimentos de insegurança, sobrecarga e frustração, fatores que interferem diretamente na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Essa realidade demonstra que a inclusão escolar não pode depender exclusivamente do esforço individual dos professores, mas deve ser resultado de políticas públicas permanentes e de uma gestão escolar comprometida com a valorização da diversidade (FARIAS, 2024).

Ao analisarem esse contexto, Bezerra et al. (2026) afirmam:

Os resultados demonstraram que, apesar dos avanços legais e teóricos, ainda existem dificuldades relacionadas à formação inicial e continuada dos professores, às limitações estruturais das instituições de ensino e às condições de trabalho docente. Em contrapartida, observou-se que práticas pedagógicas flexíveis, valorização da diversidade e investimentos em formação profissional favorecem o fortalecimento da inclusão escolar. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende da atuação conjunta entre escola, família,

sociedade e poder público (BEZERRA et al., 2026, p. 10).

A análise dos autores permite compreender que os desafios da inclusão não decorrem da presença dos estudantes com deficiência, mas das condições oferecidas pelas instituições para acolher essa diversidade. Quando a escola investe em formação, acessibilidade, planejamento colaborativo e participação da comunidade, torna-se possível desenvolver práticas mais eficientes e garantir melhores oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de fortalecer a atuação coletiva dentro das instituições escolares. A inclusão não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor da sala de aula ou do Atendimento Educacional Especializado. Gestores, coordenadores pedagógicos, profissionais de apoio, famílias e estudantes também desempenham papel fundamental na construção de um ambiente acolhedor e comprometido com a equidade. Quanto maior for o diálogo entre esses diferentes sujeitos, maiores serão as possibilidades de identificar dificuldades, compartilhar experiências e construir soluções para os desafios cotidianos (CARVALHO, 2025).

Além da participação coletiva, o avanço das tecnologias assistivas representa uma importante perspectiva para a educação inclusiva. Recursos digitais, softwares de acessibilidade, materiais adaptados e diferentes ferramentas tecnológicas ampliam as possibilidades de participação dos estudantes, favorecendo a autonomia e reduzindo barreiras no processo de ensino. Entretanto, a simples disponibilidade desses recursos não garante sua utilização adequada. É indispensável que os professores recebam formação específica para incorporá-los ao planejamento pedagógico de maneira crítica e intencional, potencializando suas contribuições para a aprendizagem (MELONIO et al., 2024; REIS; COUTINHO, 2025).

Nesse sentido, Carvalho (2025) destaca que a formação docente precisa acompanhar as transformações tecnológicas e sociais, preparando os professores para atuar em contextos cada vez mais diversificados. O autor defende que a formação continuada deve contemplar não apenas conteúdos relacionados à educação especial, mas também estratégias de ensino colaborativo, metodologias

ativas, acessibilidade digital e práticas pedagógicas capazes de responder às diferentes necessidades presentes no ambiente escolar. Essa perspectiva amplia o papel do professor como mediador da aprendizagem e fortalece sua autonomia profissional.

A literatura também evidencia que políticas públicas descontínuas representam um dos principais obstáculos à consolidação da inclusão escolar. Frequentemente, programas de formação são implementados por períodos curtos, sem continuidade ou avaliação de seus resultados, dificultando a construção de mudanças permanentes nas práticas pedagógicas. Além disso, muitas iniciativas permanecem concentradas em grandes centros urbanos, limitando o acesso de professores que atuam em municípios menores e regiões mais afastadas. Esse cenário reforça a necessidade de políticas educacionais estáveis, capazes de garantir formação permanente e condições adequadas de trabalho para todos os profissionais da educação (REIS; COUTINHO, 2025; FARIAS, 2024).

Essa preocupação também aparece no estudo de Guimarães Junior et al. (2025), ao afirmarem:

A formação de professores pode ser aprimorada para promover práticas pedagógicas efetivas em contextos de inclusão escolar. A implementação de metodologias inclusivas, associada ao fortalecimento da formação inicial e continuada, constitui um caminho indispensável para assegurar uma educação comprometida com a equidade, a participação e o respeito às diferenças (GUIMARÃES JUNIOR et al., 2025, p. 12).

A contribuição dos autores reforça que investir na formação docente significa investir diretamente na qualidade da educação. Quando o professor possui oportunidades permanentes de aprendizagem, amplia sua capacidade de compreender as necessidades dos estudantes, desenvolve práticas mais flexíveis e fortalece relações pedagógicas baseadas no respeito e na valorização da diversidade.

Diante das evidências apresentadas pelos estudos analisados, torna-se possível concluir que os desafios da educação inclusiva permanecem significativos, mas também existem perspectivas promissoras para seu fortalecimento. O conjunto das pesquisas demonstra que a combinação entre formação docente permanente, valorização profissional, investimentos em acessibilidade, utilização

de tecnologias assistivas e participação coletiva da comunidade escolar constitui o caminho mais consistente para consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva. Mais do que cumprir determinações legais, trata-se de construir escolas capazes de reconhecer que cada estudante possui potencialidades próprias e que a diversidade representa uma oportunidade permanente de aprendizagem para todos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e bibliográfica. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão dos desafios relacionados à formação de professores para a educação inclusiva, a partir da interpretação crítica da produção científica. Quanto aos objetivos, o estudo é descritivo, pois busca apresentar e discutir os principais aspectos que envolvem a formação docente voltada à inclusão escolar (REIS; COUTINHO, 2025; COSTA; GOMES; BEZERRA, 2022).

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base na análise de quatorze artigos científicos publicados entre 2013 e 2026, selecionados por abordarem temas relacionados à formação inicial e continuada de professores, educação inclusiva, políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas. Para a análise dos dados, realizou-se leitura e interpretação dos estudos, organizando as informações em categorias temáticas e discutindo os resultados de forma articulada entre os diferentes autores.

Essa metodologia permitiu compreender os principais desafios da formação docente e identificar perspectivas apontadas pela literatura para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas no contexto educacional brasileiro.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos estudos evidencia que existe consenso entre os pesquisadores quanto ao

reconhecimento da formação docente como um dos principais fatores para a efetivação da educação inclusiva. Embora a legislação brasileira tenha ampliado significativamente os direitos das pessoas com deficiência nas últimas décadas, a maioria dos trabalhos demonstra que a consolidação dessas políticas ainda encontra obstáculos relacionados à preparação dos professores para atuar diante da diversidade presente nas salas de aula. Essa constatação aparece de maneira recorrente nas pesquisas desenvolvidas por Reis e Coutinho (2025), Costa, Gomes e Bezerra (2022), Santos, Melo e Ferreira (2023) e Carvalho (2025).

Os estudos também revelam que a formação inicial continua apresentando limitações importantes. Em diferentes pesquisas, os professores afirmam que os conteúdos relacionados à educação inclusiva ocupam espaço reduzido durante a graduação, dificultando a construção de conhecimentos necessários para enfrentar situações concretas vivenciadas no cotidiano escolar. Essa realidade faz com que muitos docentes iniciem sua atuação profissional sentindo-se inseguros diante das necessidades específicas apresentadas pelos estudantes, recorrendo frequentemente ao aprendizado adquirido pela experiência prática e pela troca de conhecimentos com outros profissionais.

Esses resultados aproximam-se das conclusões apresentadas por Nascimento (2013), que identificou a percepção de professores da Educação Infantil sobre a insuficiência da formação inicial para o desenvolvimento de práticas inclusivas. A autora observou que muitos docentes reconhecem a importância da inclusão, porém relatam dificuldades relacionadas ao planejamento pedagógico, à adaptação curricular e ao atendimento das diferentes necessidades educacionais presentes na escola. Esse cenário demonstra que a formação inicial ainda precisa estabelecer maior aproximação entre os conhecimentos teóricos e a realidade vivenciada pelos professores.

Outro resultado recorrente refere-se à importância da formação continuada como instrumento de aperfeiçoamento profissional. Os estudos analisados indicam que programas permanentes de qualificação favorecem o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, ampliam a segurança dos professores e fortalecem a capacidade de adaptação das metodologias de ensino. Entretanto, também foi identificado que muitas redes de ensino ainda oferecem poucas oportunidades

de formação continuada, ou desenvolvem ações pontuais que não conseguem atender às necessidades reais dos profissionais da educação.

Além da formação, diversos autores destacam que a inclusão escolar depende da existência de condições adequadas de trabalho. A ausência de materiais acessíveis, tecnologias assistivas, equipes multiprofissionais e infraestrutura adaptada limita significativamente as possibilidades de atuação docente. Assim, mesmo professores comprometidos com a inclusão encontram dificuldades para desenvolver práticas efetivamente inclusivas quando não recebem o suporte institucional necessário. Esse aspecto demonstra que a responsabilidade pela inclusão não pode ser atribuída exclusivamente ao professor, mas deve envolver políticas públicas permanentes e investimentos contínuos na estrutura das instituições escolares.

As pesquisas também evidenciam que a utilização de tecnologias assistivas vem se consolidando como uma importante ferramenta para ampliar a participação dos estudantes no processo educativo. Recursos digitais, softwares específicos e diferentes estratégias de acessibilidade favorecem o desenvolvimento da autonomia dos alunos e ampliam as possibilidades de aprendizagem. Contudo, os estudos alertam que esses recursos somente produzem resultados positivos quando acompanhados de formação adequada para os professores, permitindo que sejam utilizados de maneira planejada e integrada às práticas pedagógicas.

Outro aspecto observado diz respeito à necessidade de fortalecer o trabalho colaborativo nas instituições escolares. Os artigos analisados demonstram que escolas que promovem diálogo entre professores, gestores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e famílias apresentam melhores condições para enfrentar os desafios da inclusão. Essa cooperação favorece a construção de estratégias coletivas, reduz o isolamento profissional e contribui para a elaboração de práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades dos estudantes.

De maneira geral, os resultados permitem afirmar que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre diferentes fatores. A formação inicial e continuada constitui elemento indispensável, mas precisa estar associada à valorização docente, ao fortalecimento das políticas

públicas, à melhoria das condições de trabalho e ao compromisso coletivo da comunidade escolar. Dessa forma, os estudos analisados demonstram que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige mudanças que envolvem tanto a qualificação dos profissionais quanto a reorganização das próprias instituições de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e as perspectivas da formação de professores para a educação inclusiva, buscando compreender como a produção científica recente tem discutido essa temática e quais caminhos vêm sendo apontados para fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível verificar que a formação docente permanece como um dos principais elementos para a consolidação de uma educação comprometida com a diversidade e com o direito de aprendizagem de todos os estudantes.

A problemática proposta foi respondida ao longo da pesquisa ao evidenciar que, apesar dos importantes avanços conquistados pelas políticas públicas brasileiras, ainda persistem desafios relacionados à formação inicial, à continuidade da qualificação profissional, às condições de trabalho docente e à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos que favoreçam a inclusão escolar. Esses fatores demonstram que a efetivação da inclusão depende de ações articuladas entre governo, instituições de ensino, gestores, professores, famílias e sociedade.

Os resultados analisados revelam que professores que participam de processos permanentes de formação desenvolvem maior segurança para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, ampliam suas possibilidades de adaptação metodológica e fortalecem práticas pedagógicas mais participativas e acessíveis. Entretanto, também ficou evidente que a formação isoladamente não resolve todas as dificuldades encontradas pelas escolas, tornando indispensáveis investimentos estruturais e políticas públicas contínuas.

Conclui-se, portanto, que promover uma educação inclusiva significa reconhecer a

diversidade como característica natural do ambiente escolar e compreender que todos os estudantes possuem potencial para aprender quando lhes são oferecidas condições adequadas de participação. Nesse sentido, fortalecer a formação docente representa um investimento não apenas na qualificação profissional dos professores, mas principalmente na construção de uma educação mais democrática, equitativa e comprometida com a garantia dos direitos educacionais de todos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Celine Maria de Sousa; GAMES, Erica Costa Viqueti; PEREIRA, Marlene Cristina da Silva; ANDRADE, Kássia Reijane dos Santos; SILVA, Maria Alexsandra Sanches da. A formação de professores para a educação inclusiva: avanços e desafios. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 3, p. 12750-12764, 2025. DOI: 10.56238/arev7n3-151.

CARVALHO, Francisco Roberto da Silva de. Formação docente na educação profissional e tecnológica: perspectivas e desafios para inclusão escolar no ensino médio integrado. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 12, n. 31, p. 223-243, abr./jun. 2025.

CARVALHO, Maiko Paixão et al. Formação continuada de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas contemporâneas. *Revista Tópicos, Ciências Humanas*, 20 maio 2026. ISSN 2965-6672. DOI: 10.70773/revistatopicos/779208334.

COSTA, Ademárcia Lopes de Oliveira; GOMES, Robéria Vieira Barreto; BEZERRA, Maria Irinilda da Silva. Formação docente e educação inclusiva: elementos para uma interseção. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 2, p. 148-161, maio/ago. 2022. DOI: 10.17058/rea.v30i2.16441.

FARIAS, Cleonice Martins de. Desafios na formação docente para educação especial e inclusiva. 2024. Artigo (Especialização em Práticas de Ensino em Humanidades) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Campos Belos, Campos Belos, 2024.

GUIMARÃES JUNIOR, José Carlos et al. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 18, n. 5, p. 1-15, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.5-207.

KORT-KAMP, Thauana Gomes; AZEVEDO, Breno Fabrício Terra. Formação continuada docente na perspectiva da educação inclusiva. *Vértices*, Campos dos Goytacazes, v. 25, n. 3, e25321085, set./dez. 2023. DOI: 10.19180/1809-2667.v25n32023.21085.

LIMA, Bárbara Heloísy Costa; MEDEIROS, Emily Leticia de Souza; OLIVEIRA, Thaimilly Gabrielly Araújo de. Educação especial e inclusiva: desafios na perspectiva docente. *Póesis Pedagógica*, Catalão, v. 21, e-74622, 2023. DOI: 10.5216/rppoi.v21.74622.

MELONIO, Silvia Helena Gomes et al. Formação de uma educação inclusiva: desafios e perspectivas. *ICMR*, v. 5, n. 3, p. 1-16, 2024. DOI: 10.54033/icmrv5n3-011.

NASCIMENTO, Lizanka Maria Nóbrega do. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2013.

REIS, Marcos Ribeiro; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 11, n. 1, jan. 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.17980.

SANTOS, Jucirene Abreu dos; MELO, Janielle da Silva; FERREIRA, Elane de Nazaré Magno. Formação de professores e a educação inclusiva. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2023. ISSN 2675-9144.

BEZERRA, Lilian Alves; AUGUSTO, Emerson Aparecido; SILVA, Fabrício Augusto Correia da; ARONE, Marcos Cesar; NARDOCCI, Igor Terezane. Práticas inclusivas e formação de educadores: desafios contemporâneos e perspectivas educacionais. *Revista Colombiana de Ciências e Humanidades (REHCOL)*, v. 3, n. 3, maio 2026. DOI: 10.5281/zenodo.20350347.

MACHADO, Italo Santos. Educação inclusiva: desafios, estratégias e a falta de profissionais capacitados. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A, Lapa, 2026.

Capítulo 9

**O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NO ATEN-
DIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O
PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR NA INCLUSÃO
ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM SANTA
CATARINA**



O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR NA INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM SANTA CATARINA

THE USE OF ASSISTIVE TECHNOLOGY IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES AND THE ROLE OF THE SECOND TEACHER IN SCHOOL INCLUSION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN SANTA CATARINA

Mariloiva Reginato da Silva

Resumo: A inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual severa, deficiências múltiplas e Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um desafio que ultrapassa o simples acesso à escola regular. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Segundo Professor e a Tecnologia Assistiva (TA) assumem papel importante na criação de condições pedagógicas que favoreçam a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento dos estudantes. Este artigo tem como objetivo analisar o uso da Tecnologia Assistiva no Atendimento Educacional Especializado e o papel do Segundo Professor na inclusão escolar, considerando os desafios e as perspectivas desse processo no contexto do estado de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações, documentos da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e materiais da Fundação Catarinense de Educação Especial. Os resultados evidenciam que a efetividade da Tecnologia Assistiva depende da intencionalidade pedagógica, da formação continuada, da existência de recursos adequados, do tempo destinado ao planejamento e da articulação entre AEE, Segundo Professor, professor regente, gestão escolar e família. Também se identificou que recursos de baixa e alta tecnologia, sistemas de Comunicação Alternativa e Aumentativa, materiais adaptados, recursos digitais, agendas visuais e dispositivos de comunicação podem ampliar a autonomia, a comunicação

e a participação dos estudantes. Conclui-se que a Tecnologia Assistiva não produz inclusão de forma isolada, sendo necessária uma mediação humana qualificada e um trabalho colaborativo que reconheça a singularidade de cada estudante.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Atendimento Educacional Especializado. Segundo Professor. Tecnologia Assistiva. Comunicação Alternativa e Aumentativa.

Abstract: School inclusion of students with severe intellectual disabilities, multiple disabilities, and Autism Spectrum Disorder (ASD) is a challenge that goes beyond simply providing access to mainstream schools. In this context, Specialized Educational Services (SES), the Co-teacher, and Assistive Technology (AT) play an important role in creating pedagogical conditions that promote students' learning, participation, and development. This article aims to analyze the use of Assistive Technology in Specialized Educational Services and the role of the Co-teacher in school inclusion, considering the challenges and perspectives of this process in the state of Santa Catarina, Brazil. This is a qualitative study of a bibliographic and documentary nature, based on the analysis of books, scientific articles, dissertations, theses, legislation, documents from the Santa Catarina State Department of Education, and materials produced by the Santa Catarina Foundation for Special Education. The results show that the effectiveness of Assistive Technology depends on pedagogical intentionality, continuing teacher education, adequate resources, time for planning, and collaboration among Specialized Educational Services, Co-teachers, classroom teachers, school management, and families. The analysis also identified that low- and high-technology resources, Augmentative and Alternative Communication systems, adapted materials, digital resources, visual schedules, and communication devices can expand students' autonomy, communication, and participation. It is concluded that Assistive Technology does not produce inclusion by itself, requiring qualified human mediation and collaborative work that recognizes the uniqueness of each student.

Keywords: School Inclusion. Specialized Educational Services. Co-teacher. Assistive Technology. Augmentative and Alternative Communication.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com deficiência constitui um dos desafios mais complexos enfrentados pela educação brasileira. Historicamente, esses estudantes foram submetidos a processos de exclusão e segregação, permanecendo muitas vezes afastados do ensino regular e das experiências comuns de aprendizagem. A mudança desse cenário exige mais do que matrícula, pois envolve reorganização das práticas pedagógicas, das estruturas escolares e da formação dos profissionais. Nesse sentido, a inclusão precisa garantir não apenas a presença física, mas também participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Mantoan (2015) compreende a inclusão como uma transformação da própria escola, que precisa deixar de trabalhar a partir de uma lógica de homogeneidade e reconhecer a diversidade como parte constitutiva do espaço educativo. No contexto de Santa Catarina, essa discussão ganha características próprias diante da presença do Segundo Professor de Turma e da organização do Atendimento Educacional Especializado. Para estudantes com deficiência intelectual severa, deficiências múltiplas e TEA, essas estruturas de apoio tornam-se ainda mais relevantes, pois suas necessidades podem exigir mediações específicas e recursos diferenciados.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão estabeleceram importantes mudanças na organização da Educação Especial brasileira. O AEE passou a ser compreendido como serviço complementar e suplementar à escolarização, e não como substituto da escola comum. No contexto catarinense, a Resolução CEE/SC nº 100/2016 e a Lei Estadual nº 17.143/2017 também estruturam a oferta do AEE e a atuação do Segundo Professor.

Entretanto, a existência de políticas inclusivas não significa que todos os obstáculos tenham

sido eliminados. A dissertação mostra que ainda existem dificuldades relacionadas à formação profissional, à disponibilidade de recursos, à organização do tempo pedagógico, à articulação entre os profissionais e à própria compreensão sobre o papel do Segundo Professor. Quando esse profissional é colocado exclusivamente como responsável pelo estudante com deficiência, existe o risco de produzir uma espécie de exclusão dentro da própria inclusão.

Nesse cenário, a Tecnologia Assistiva aparece como um importante recurso de mediação. Para estudantes com TEA e deficiências múltiplas, determinados recursos podem representar possibilidades concretas de comunicação, expressão e participação. Entretanto, como ressalta Bersch (2017), a tecnologia não resolve sozinha as dificuldades encontradas no processo educativo. É necessário que o recurso esteja associado a uma intenção pedagógica e seja adaptado às necessidades específicas do estudante.

Diante dessa realidade, este estudo apresenta como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais os principais desafios e as perspectivas para aprimorar a utilização da Tecnologia Assistiva e o papel do Segundo Professor, visando uma inclusão escolar mais efetiva e de qualidade para o Atendimento Educacional Especializado de educandos com deficiência intelectual severa/múltipla e Transtorno do Espectro Autista?

A pesquisa parte das hipóteses de que a falta de formação continuada específica para lidar com deficiência intelectual severa/múltipla, TEA e Tecnologia Assistiva constitui um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais; de que a comunicação entre professores da escola regular, AEE e Segundos Professores ainda é insuficiente; de que a carência de recursos adaptados e de conhecimento sobre sua utilização limita as práticas inclusivas; e de que a percepção das famílias sobre a inclusão está relacionada à qualidade do suporte oferecido pelo AEE, à atuação do Segundo Professor e à efetividade da Tecnologia Assistiva.

A justificativa do estudo está relacionada à necessidade de superar a fragmentação do trabalho pedagógico. A dissertação destaca que, em um cenário de crescimento das matrículas de estudantes com TEA, torna-se necessário investir no desenvolvimento profissional, no upskilling e no reskilling

dos profissionais, além de fortalecer o debate sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). O estudo também considera importante compreender como a TA vem sendo utilizada no AEE e como sua integração interfere na atuação do Segundo Professor em Santa Catarina.

O objetivo geral é analisar o uso de Tecnologia Assistiva no Atendimento Educacional Especializado e o papel do Segundo Professor na inclusão escolar, considerando os desafios e perspectivas desse processo no contexto do estado de Santa Catarina. Os objetivos específicos são identificar os desafios enfrentados pelos professores do AEE e Segundos Professores para o uso da TA; investigar estratégias pedagógicas, recursos e tecnologias utilizadas para atender às necessidades específicas dos alunos; e compreender as perspectivas dos professores do AEE, Segundos Professores e famílias sobre a efetividade desses recursos em sala de aula e no contexto social.

A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e documental. Foram analisados livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e documentos institucionais relacionados à Educação Especial, Tecnologia Assistiva, AEE, inclusão escolar e atuação do Segundo Professor. Foram consideradas produções acadêmicas recentes, com destaque para trabalhos vinculados a instituições de Santa Catarina, como UFSC, UDESC e UNIVALI, além de materiais da Fundação Catarinense de Educação Especial.

A pesquisa foi organizada em etapas que envolveram levantamento bibliográfico, análise documental, seleção de produções acadêmicas catarinenses, organização das fontes em categorias temáticas e análise crítica dos dados. Os critérios de inclusão consideraram publicações dos últimos dez anos, com ênfase em estudos de 2020 a 2025, artigos, livros, dissertações, documentos oficiais e produções da FCEE e universidades catarinenses. A análise utilizou os princípios da Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

O artigo está dividido em três capítulos. O primeiro apresenta os fundamentos da inclusão escolar, o AEE, o Segundo Professor e as bases teóricas que sustentam a compreensão da deficiência, da alteridade e da mediação pedagógica. O segundo aborda a Tecnologia Assistiva, a Comunicação Alternativa e Aumentativa, as estratégias pedagógicas, o coensino e a rede de apoio. O terceiro reúne

os principais resultados e discussões da dissertação, destacando os desafios, as estratégias utilizadas e as perspectivas relacionadas à efetividade da Tecnologia Assistiva no contexto escolar e social.

INCLUSÃO ESCOLAR, AEE E O PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR

A Educação Especial, na perspectiva inclusiva, exige que a escola seja reorganizada para atender à diversidade dos estudantes. O AEE constitui um dos principais elementos dessa organização, pois tem a função de complementar e suplementar a escolarização, oferecendo recursos e estratégias que favoreçam o acesso ao currículo. A legislação brasileira estabelece que esse atendimento não deve substituir a sala comum, mas atuar de maneira articulada com ela.

No estado de Santa Catarina, o AEE é organizado a partir de normativas específicas que também regulamentam a presença do Segundo Professor, do Professor Bilíngue e de outros profissionais especializados. A Resolução CEE/SC nº 100/2016 e a Lei nº 17.143/2017 compõem esse conjunto normativo. O Segundo Professor deve atuar de maneira colaborativa com o professor regente, contribuindo para eliminar barreiras e garantir o acesso do estudante ao currículo.

A compreensão da deficiência também passou por mudanças importantes. O modelo clínico, centrado principalmente na condição individual, vem sendo questionado por perspectivas sociais e pedagógicas que consideram as barreiras produzidas pelo ambiente. Glat (2023), Pletsch (2022), Mantoan (2015), Sassaki (2005), Santos e Mantoan (2021) e Prieto (2016) contribuem para essa mudança de perspectiva, mostrando que a inclusão depende da reorganização das condições sociais, institucionais e pedagógicas.

A ética da alteridade reforça essa compreensão ao defender que o estudante não deve ser reduzido ao diagnóstico ou às suas limitações. Skliar (2021) é utilizado na dissertação para sustentar a ideia de que o outro precisa ser reconhecido em sua singularidade. Nessa perspectiva, o Segundo Professor e o profissional do AEE possuem a responsabilidade de preservar a subjetividade do estudante e utilizar a tecnologia para ampliar suas formas de expressão, e não para obrigá-lo a se

adequar a um padrão considerado normal.

Pletsch e Rocha (2024) são apresentados nesse debate ao enfatizarem o compromisso com a educabilidade de sujeitos com limitações severas. Nuernberg (2025) reforça a necessidade de a escola deixar de perguntar apenas o que o aluno possui e passar a questionar o que precisa ser transformado para que ele participe da cultura. Drago (2024), por sua vez, destaca a importância da escuta e da observação dos pequenos avanços comunicativos possibilitados pela Tecnologia Assistiva.

A dissertação também recorre à teoria histórico-cultural de Vygotsky para compreender a mediação pedagógica. Nessa perspectiva, o desenvolvimento não pode ser separado das interações sociais e dos instrumentos culturais. O AEE e o Segundo Professor podem atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal, oferecendo os suportes necessários para que o estudante realize atividades que, sem mediação, poderiam permanecer inacessíveis. Nuernberg (2023), Dainez (2022), Drago e Di Bello (2022) e Pletsch e Rocha (2023) são utilizados para aprofundar essa compreensão.

O AEE, portanto, não deve funcionar como reforço escolar ou espaço separado da escola comum. Pletsch (2022), Mantoan (2015), Glat (2023) e Mendes (2010) são mobilizados para compreendê-lo como eixo estruturante da inclusão. Sua função envolve identificar barreiras, organizar recursos pedagógicos e promover condições de acesso ao currículo. As Salas de Recursos Multifuncionais devem funcionar como espaços de mediação e articulação, evitando a chamada “inclusão excludente”.

O Plano de Desenvolvimento Individual também aparece como elemento importante. Quando construído de maneira adequada, o PDI deixa de ser um documento meramente burocrático e passa a orientar o acompanhamento do estudante, permitindo que as estratégias sejam reorganizadas conforme seus avanços e necessidades. Luckesi, Hoffmann, Pletsch e Mendes são referências utilizadas para sustentar essa dimensão processual do planejamento e da avaliação.

Nesse contexto, o Segundo Professor assume uma função pedagógica que ultrapassa o cuidado individual. Mantoan, Mendes, Bueno e Baptista são utilizados para sustentar a compreensão de que esse profissional precisa atuar em articulação com o professor regente. Seu trabalho envolve mediação, adaptação de atividades, utilização de recursos acessíveis e acompanhamento do estudante.

A presença desse profissional deve contribuir para a participação, e não para o isolamento do aluno.

A perspectiva da neurodiversidade também contribui para essa mudança. Armstrong (2012), Singer (2017) e Ortega (2009) são mencionados na dissertação para questionar a ideia de que as diferenças neurológicas devem ser necessariamente entendidas como desvios. Essa concepção amplia o papel do Segundo Professor, que passa a trabalhar com diferentes formas de aprendizagem e participação, considerando os aspectos cognitivos, sensoriais e comunicativos dos estudantes.

Friend e Cook (2010) fundamentam a discussão sobre coensino, compreendido como uma forma de corresponsabilização entre os profissionais. Nesse modelo, planejamento, execução e avaliação não são tarefas de um único professor. O Segundo Professor participa efetivamente do trabalho pedagógico, evitando a situação em que o aluno com deficiência fica sob responsabilidade exclusiva do profissional de apoio.

Por fim, a dissertação apresenta o AEE e o Segundo Professor como elementos que precisam estar inseridos em uma rede maior de colaboração. Família, gestão escolar, professores, profissionais da saúde e demais serviços de apoio precisam dialogar. Essa organização permite que as estratégias construídas no AEE cheguem à sala comum e também a outros espaços da vida do estudante, fortalecendo a inclusão como um processo contínuo.

TECNOLOGIA ASSISTIVA, ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E REDE DE APOIO

A Tecnologia Assistiva ocupa lugar central na dissertação porque pode funcionar como mediadora entre o estudante e o conhecimento. Sua função não se limita a fornecer equipamentos. A TA envolve produtos, recursos, metodologias e serviços que ampliam a funcionalidade, a autonomia e a participação. No contexto da Educação Especial, pode envolver desde materiais simples até softwares, dispositivos eletrônicos e sistemas de comunicação.

Bersch (2017) é uma das principais referências utilizadas para compreender essa dimensão. A autora permite destacar que o recurso precisa ser selecionado a partir da funcionalidade que oferece

ao estudante. Isso significa que não basta possuir equipamentos modernos; é necessário verificar se eles respondem às necessidades concretas do aluno e se conseguem ser utilizados de maneira significativa no cotidiano escolar.

O Desenho Universal para a Aprendizagem aparece como fundamento para ampliar o acesso ao conhecimento. A proposta de oferecer diferentes formas de representação, expressão e engajamento permite que as adaptações não sejam vistas apenas como medidas individuais. A TA pode contribuir para a construção de ambientes mais flexíveis, nos quais diferentes estudantes tenham possibilidades de participar.

A dissertação também apresenta tecnologias emergentes, incluindo a Inteligência Artificial, como uma nova fronteira da Tecnologia Assistiva. O documento menciona o potencial dessas ferramentas para personalização do ensino e acessibilidade digital, mas ressalta que sua utilização depende de infraestrutura e formação docente. A mediação humana permanece como elemento central, mesmo diante dos avanços tecnológicos.

Ao lado das tecnologias de maior complexidade, os recursos de baixa tecnologia possuem grande importância. Bersch e Schirmer (2022) são mencionados para mostrar que adaptações simples e artesanais podem apresentar bons resultados quando respondem diretamente às necessidades dos estudantes. Pranchas de comunicação, materiais concretos, jogos adaptados, imagens e outros recursos podem ser construídos a partir da realidade da escola e utilizados em diferentes ambientes.

No caso de estudantes com deficiências severas ou múltiplas, os recursos sensoriais também assumem importância. Amplificação sonora, contraste visual, estímulos táteis e adaptações posturais podem contribuir para a organização perceptiva e para a regulação sensorial. Sem essas condições iniciais, o acesso ao currículo pode ficar comprometido. A utilização desses recursos exige articulação entre professores do AEE e profissionais como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos.

A Comunicação Alternativa e Aumentativa é outra estratégia importante. Cunha (2012) é utilizado para destacar que a comunicação possui papel central no desenvolvimento humano e na

participação social. Sistemas compostos por símbolos, imagens ou dispositivos eletrônicos podem permitir que estudantes com dificuldades na linguagem oral expressem desejos, ideias e sentimentos, ampliando sua interação e reduzindo situações decorrentes da frustração comunicativa.

A teoria histórico-cultural também ajuda a compreender a importância da CAA. Vygotsky (1998) destaca o papel dos instrumentos e signos no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Light e McNaughton (2014), por sua vez, são utilizados na dissertação para mostrar que a competência comunicativa não se limita à transmissão de mensagens, envolvendo também aspectos sociais, estratégicos e operacionais. Dessa forma, a CAA pode contribuir para a autonomia comunicativa e para o desenvolvimento da linguagem e da cognição.

As estratégias pedagógicas identificadas incluem adaptação de materiais, uso de recursos digitais acessíveis, flexibilização das práticas, sistemas de comunicação alternativa e atividades mediadas por tecnologia. Pimenta e Anastasiou (2014) são utilizadas para compreender que adaptar não significa simplesmente diminuir a complexidade do conteúdo, mas reorganizá-lo de forma acessível. Imagens, símbolos, vídeos e áudios podem ampliar as formas de representação das informações.

Moran (2018) é mobilizado na discussão sobre recursos digitais. Aplicativos educativos, softwares específicos e dispositivos móveis podem tornar as atividades mais dinâmicas e interativas, mas sua eficácia depende da intencionalidade pedagógica. O uso indiscriminado da tecnologia não garante aprendizagem. A seleção do recurso precisa considerar os objetivos de aprendizagem e as características do estudante.

A rede de apoio também possui papel fundamental. Christov (2021) destaca o valor do conhecimento construído pelas famílias sobre o estudante. Dessen e Polonia (2007) reforçam a importância da parceria entre família e escola. A dissertação mostra que a participação familiar pode favorecer a continuidade das estratégias fora da escola, principalmente quando os recursos utilizados no ambiente escolar também podem ser compreendidos e utilizados no contexto doméstico.

A gestão escolar aparece como responsável pela articulação dos diferentes apoios. Drago e Di Bello (2022) são utilizados para defender uma gestão democrática que garanta tempo para

planejamento e formação em serviço. Pletsch e Mendes (2023) também são mobilizados para destacar a importância de um PDI construído coletivamente, com metas de curto, médio e longo prazo. Dessa forma, a inclusão deixa de depender do esforço isolado de alguns profissionais e passa a ser assumida como compromisso institucional.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Os resultados da dissertação mostram que a inserção da Tecnologia Assistiva no AEE, articulada à atuação do Segundo Professor, representa um avanço importante para a educação inclusiva em Santa Catarina. Entretanto, a análise também revela que a presença da tecnologia não garante, sozinha, a inclusão. Existem tensões estruturais e pedagógicas que interferem diretamente na utilização desses recursos.

O primeiro grande desafio identificado é a formação docente. Muitos profissionais ainda não encontram, nos cursos oferecidos, respostas suficientes para as situações concretas enfrentadas no cotidiano escolar. Nóvoa (2022) é utilizado para defender uma formação centrada na prática e na reflexão sobre os problemas reais da escola. No caso da TA, essa formação precisa envolver conhecimentos técnicos e pedagógicos.

Outro problema está relacionado à insuficiência de suporte técnico-pedagógico. Em algumas situações, os professores precisam selecionar, adaptar e manter os recursos praticamente sozinhos. Ferreira e Glat (2003) são utilizados para destacar a importância da articulação entre diferentes áreas. A ausência de equipes multidisciplinares pode comprometer tanto a escolha dos recursos quanto sua manutenção e utilização adequada.

A limitação de recursos tecnológicos adequados também aparece como dificuldade. A existência de equipamentos não significa que eles atendam às necessidades específicas dos estudantes. Bersch (2017) contribui para essa análise ao defender que a escolha da TA deve considerar a funcionalidade oferecida ao sujeito. A dissertação destaca, ainda, problemas relacionados à atualização

dos equipamentos e à necessidade de investimentos mais direcionados.

O tempo pedagógico é outro obstáculo. Os profissionais precisam planejar, adaptar, configurar e avaliar os recursos, mas nem sempre possuem tempo institucional para realizar essas tarefas. Glat (2011) é utilizado para mostrar que a inclusão exige reorganização dos tempos escolares. Quando esse tempo não existe, o trabalho com TA pode ocorrer de forma improvisada e sem acompanhamento suficiente.

Também foi identificada a indefinição do papel do Segundo Professor. Em algumas situações, sua atuação pode ser reduzida a funções assistencialistas. Mantoan (2015) é utilizada para questionar essa lógica, pois a inclusão não pode criar uma dinâmica paralela dentro da sala comum. O coensino aparece como alternativa para fortalecer a corresponsabilidade entre os profissionais.

A resistência ao uso da Tecnologia Assistiva também aparece entre os resultados. Essa resistência pode estar relacionada à insegurança dos professores ou à permanência de concepções tradicionais. Galvão Filho (2009) é utilizado para destacar que a tecnologia precisa estar integrada a uma proposta pedagógica clara. A formação baseada em experimentação e reflexão pode ajudar a superar essa dificuldade.

Outro resultado importante diz respeito à articulação entre AEE e sala comum. Embora a legislação estabeleça essa integração, a dissertação identifica situações em que os recursos utilizados no AEE não chegam à sala regular. Pletsch (2014) sustenta que as estratégias precisam circular entre os diferentes espaços educativos. Sem essa continuidade, a TA perde parte de seu potencial inclusivo.

A relação com as famílias também interfere nos resultados. A falta de diálogo pode gerar resistência, expectativas inadequadas e dificuldade de continuidade das estratégias fora da escola. Além disso, fatores socioeconômicos podem limitar o acesso aos recursos tecnológicos. Por isso, a orientação das famílias e sua participação no processo são fundamentais.

A avaliação das práticas mediadas pela Tecnologia Assistiva constitui outro desafio. A dissertação aponta que, em muitos casos, não existem critérios suficientemente claros para acompanhar os avanços dos estudantes. Luckesi (2020) é utilizado para defender uma avaliação formativa, que

acompanhe o processo e permita reorganizar as intervenções. Registros sistemáticos, portfólios digitais e outros instrumentos podem contribuir para tornar os avanços mais visíveis.

Os resultados também apontam efeitos positivos na autonomia e na participação dos estudantes. Na EEB Hercílio Deeke, a dissertação registra situações em que estudantes usuários de TA conseguiram realizar tarefas de forma independente, demonstrando maior orgulho e redução da apatia escolar. Também são relatados registros de estudantes que conseguiram acionar brinquedos ou escrever palavras por meio de acionadores de pressão. Esses resultados são relacionados à construção da autoestima e ao sentimento de competência.

Outro dado apresentado refere-se à interação entre estudantes com e sem deficiência. A utilização da TA pode despertar curiosidade e aproximação dos colegas. Na EEB Hercílio Deeke, o tablet utilizado por um estudante autista pode funcionar como ponto de aproximação, permitindo que os colegas descubram interesses em comum. A dissertação também aponta que a inclusão adequada pode contribuir para o desenvolvimento da empatia e para a compreensão da diversidade.

Os resultados ainda apontam dificuldades relacionadas ao estresse e à saúde dos Segundos Professores. A dissertação relata situações de esgotamento associadas à sensação de isolamento pedagógico, especialmente em turmas numerosas e com pouco suporte. Esse aspecto reforça a necessidade de políticas de valorização profissional, supervisão, apoio emocional e reconhecimento institucional da complexidade do trabalho.

A análise também identificou que os Planos de Desenvolvimento Individual ainda são pouco utilizados para orientar efetivamente o uso da TA na sala comum, permanecendo, em algumas situações, restritos à Sala de Recursos. A dissertação propõe que o PDI seja compreendido como documento compartilhado e dinâmico, capaz de registrar avanços e orientar mudanças nas estratégias.

Outro resultado está relacionado aos softwares de código aberto e gratuitos. A dissertação destaca o uso de programas como Scala e Boardmaker, apontando que esses recursos podem representar alternativas diante da falta de recursos para aquisição de licenças proprietárias. Entretanto, também é apontada a necessidade de treinamento específico para instalação, configuração e manutenção dessas

ferramentas.

A pesquisa também identificou um “gap” geracional entre profissionais no manejo das tecnologias assistivas digitais. Professores mais jovens aparecem com maior facilidade para utilizar tablets e aplicativos, enquanto profissionais mais experientes apresentam domínio maior das estratégias de mediação humana e manejo comportamental. A dissertação sugere que esse conhecimento pode ser compartilhado por meio de mentoria cruzada, aproximando fluência tecnológica e experiência pedagógica.

Outro problema apontado é a ausência de equipe multidisciplinar, envolvendo profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. A dissertação defende maior aproximação entre saúde e educação, inclusive por meio de fóruns clínico-pedagógicos que permitam alinhar estratégias utilizadas na escola e nos atendimentos externos.

A acessibilidade dos materiais didáticos também constitui uma preocupação. A dissertação aponta que materiais impressos e digitais enviados pelo MEC e pela Secretaria de Estado nem sempre chegam adaptados para estudantes com deficiência intelectual severa, exigindo grande esforço do Segundo Professor. O trabalho sugere a criação de uma estrutura interna de adaptação de materiais, com recursos como impressoras braile e softwares de tradução pictográfica.

No campo das políticas públicas, os resultados indicam que a sustentabilidade financeira é fundamental. Bueno e Meletti (2024), Galvão Filho (2025), Kassar (2025) e Pletsch e Mendes (2026) são mobilizados para discutir a necessidade de financiamento permanente, produção nacional de tecnologias, manutenção dos recursos e reconhecimento do Segundo Professor como componente necessário da infraestrutura pedagógica.

Pletsch e Rocha (2025) são utilizados para defender que o estudante precisa aprender a reconhecer suas necessidades e solicitar os suportes de que necessita. Nesse sentido, o AEE não deve apenas oferecer a TA, mas também ensinar o estudante a utilizar e reivindicar seus recursos de acessibilidade, fortalecendo sua autonomia.

Por fim, os resultados apontam que a Tecnologia Assistiva pode ultrapassar os limites

da sala de aula. Portfólios digitais, aplicativos de comunicação e plataformas podem aproximar escola e família, permitindo o compartilhamento de evidências do desenvolvimento do estudante. A dissertação compreende essa comunicação como uma forma de fortalecer a confiança, valorizar pequenas conquistas e ampliar a continuidade das estratégias entre escola e ambiente familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o uso da Tecnologia Assistiva no Atendimento Educacional Especializado e o papel do Segundo Professor na inclusão escolar, considerando os desafios e perspectivas desse processo no estado de Santa Catarina. A partir da análise realizada na dissertação, foi possível compreender que a inclusão de estudantes com deficiência intelectual severa, deficiências múltiplas e TEA exige uma organização pedagógica que ultrapasse a simples garantia de matrícula e permanência na escola.

A problemática apresentada foi respondida ao se identificar que os principais obstáculos estão relacionados à formação continuada, à insuficiência de recursos adequados, à falta de suporte técnico, ao tempo reduzido para planejamento e adaptação, à indefinição das atribuições do Segundo Professor e à fragilidade da articulação entre AEE, sala comum, gestão escolar e família. Esses fatores aparecem de maneira articulada e interferem diretamente na efetividade das práticas inclusivas.

As hipóteses levantadas no início do estudo encontram correspondência nos resultados apresentados. A formação insuficiente, a comunicação limitada entre profissionais, a carência de recursos e a importância da participação familiar aparecem de maneira recorrente na análise. A pesquisa também confirma que a efetividade da Tecnologia Assistiva não depende somente da existência de equipamentos, mas das condições pedagógicas e institucionais para sua utilização.

Os resultados demonstram que a Tecnologia Assistiva pode favorecer a autonomia, a comunicação, a participação e o acesso ao currículo. Recursos de baixa tecnologia, sistemas de Comunicação Alternativa e Aumentativa, aplicativos, softwares, dispositivos móveis, agendas visuais,

materiais adaptados e acionadores aparecem como possibilidades importantes para estudantes com diferentes necessidades.

Outro resultado relevante é a compreensão do Segundo Professor como profissional de caráter pedagógico e não apenas assistencial. Sua atuação precisa estar articulada ao professor regente e ao AEE. O modelo de coensino e a construção compartilhada do planejamento aparecem como caminhos para evitar o isolamento do estudante e a fragmentação do trabalho docente.

O AEE, por sua vez, precisa ser compreendido como eixo articulador de recursos e estratégias, mantendo relação permanente com a sala comum. O PDI deve assumir caráter dinâmico, orientando as metas, o uso dos recursos e o acompanhamento do estudante. Quando fica restrito ao arquivo ou à Sala de Recursos, perde parte de sua função pedagógica.

A família também se apresenta como parte fundamental da rede de apoio. O uso da TA pode produzir resultados mais consistentes quando as estratégias são compreendidas e, quando possível, utilizadas em diferentes contextos. A comunicação entre escola e família permite acompanhar avanços, dificuldades e mudanças nas necessidades do estudante.

A pesquisa também evidencia que a formação dos profissionais precisa ser permanente. Nóvoa (2022), Glat e Pletsch (2024) e outros autores utilizados no trabalho reforçam que o desenvolvimento profissional deve estar ligado à prática, à reflexão e às situações concretas encontradas no cotidiano escolar. No caso da TA, isso significa aprender a selecionar, utilizar, adaptar e avaliar recursos.

A análise da EEB Hercílio Deeke mostra ainda que a inclusão produz efeitos que ultrapassam a aprendizagem acadêmica. Os relatos apresentados na dissertação indicam ganhos relacionados à autonomia, autoestima, comunicação, participação e interação social. A possibilidade de realizar uma tarefa sem ajuda constante pode alterar a forma como o estudante se percebe e como é percebido pelos demais.

Conclui-se que a Tecnologia Assistiva deve ser compreendida como uma ferramenta a serviço da aprendizagem e da participação. Ela não substitui o professor, o planejamento ou a relação humana. Seu potencial aparece justamente quando existe uma mediação pedagógica qualificada,

capaz de transformar um recurso tecnológico em uma possibilidade real de expressão, aprendizagem e autonomia.

Dessa maneira, o principal desafio não está somente em adquirir equipamentos. É necessário criar condições para que esses recursos sejam utilizados de maneira contínua, adequada e intencional. Isso envolve investimento público, formação, suporte técnico, reorganização do tempo pedagógico, articulação profissional e valorização do trabalho desenvolvido pelos Segundos Professores e profissionais do AEE.

Em síntese, a dissertação demonstra que o tripé formado pelo Atendimento Educacional Especializado, Segundo Professor e Tecnologia Assistiva constitui uma base importante para a inclusão escolar em Santa Catarina. Quando esses elementos atuam de forma articulada, ampliam-se as possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes. Quando funcionam de maneira isolada, seus resultados ficam limitados.

Portanto, a inclusão escolar precisa ser compreendida como um processo permanente de construção. A escola inclusiva não é aquela que apenas recebe o estudante, mas aquela que modifica suas práticas para garantir que ele possa aprender, comunicar-se, participar e desenvolver sua autonomia. Nesse sentido, a Tecnologia Assistiva, quando orientada por uma prática pedagógica humanizada, pode contribuir para transformar barreiras em possibilidades e fortalecer o direito de todos à educação. A própria dissertação conclui que a articulação entre AEE, Segundo Professor e TA é fundamental para uma escola que reconheça e valorize a diversidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERSCH, Rita. Tecnologia assistiva: recursos e serviços. Porto Alegre: Assistiva, 2017.

BOOTH, Tony; AINSWORTH, Mel. Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. 3. ed. Bristol: CSIE, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF, 2016.

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC, 2011.

COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2019.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DESSSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. DOI: 10.1590/S0103-863X2007000100003.

DRAGO, Rogério. Trabalho docente e inclusão escolar: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 2012.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Tecnologia assistiva: favorecendo o desenvolvimento e a

aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. Salvador: EDUFBA, 2009.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Educação inclusiva: políticas, práticas e formação docente. Rio de Janeiro: Eduerj, 2024.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves; MALHEIRO, Cláudia. Educação inclusiva e práticas pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 1995.

NÓVOA, António. Formação de professores e desenvolvimento profissional docente. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2014.

PLETSCH, Márcia Denise. Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. Políticas e práticas de inclusão escolar no Brasil. Rio de Janeiro: Eduerj, 2024.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Capítulo 10

**JOGOS PSICOMOTORES NA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR: ESTRATÉGIA COADJUVANTE NO
DESENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES DO
ENSINO FUNDAMENTAL COM TDAH DA ESCOLA
PAULO ZIMMERMANN - RIO DO SUL - SANTA
CATARINA**



**JOGOS PSICOMOTORES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ESTRATÉGIA
COADJUVANTE NO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL COM TDAH DA ESCOLA PAULO ZIMMERMANN - RIO
DO SUL - SANTA CATARINA**

**PSYCHOMOTOR GAMES IN PHYSICAL EDUCATION AT SCHOOL: A
SUPPORTIVE STRATEGY IN THE DEVELOPMENT OF ELEMENTARY
SCHOOL STUDENTS WITH ADHD AT PAULO ZIMMERMANN SCHOOL -
RIO DO SUL - SANTA CATARINA**

Rafael de Andrade

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar o uso dos jogos psicomotores nas aulas de Educação Física como estratégia coadjuvante no desenvolvimento de estudantes do ensino fundamental diagnosticados com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A pesquisa foi desenvolvida na Escola de Educação Básica Paulo Zimmermann, localizada no município de Rio do Sul, Santa Catarina, envolvendo três estudantes com diagnóstico confirmado de TDAH, matriculados no 3º e 4º anos do ensino fundamental. Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza quali-quantitativa, descritiva, utilizando como instrumento de avaliação a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), proposta por Rosa Neto, aplicada antes e após um programa composto por vinte e quatro sessões de jogos psicomotores. Também foram aplicados questionários abertos aos professores e familiares dos participantes, buscando identificar possíveis mudanças no comportamento, na aprendizagem e nas relações sociais. Os resultados evidenciaram evolução significativa no desenvolvimento motor dos estudantes, especialmente nos aspectos relacionados ao equilíbrio, coordenação motora global e fina, esquema corporal, orientação espacial e temporal. Observou-se ainda melhora na atenção, concentração, interação social, controle emocional e participação nas atividades escolares. Os

relatos de professores e familiares corroboraram os dados obtidos pela avaliação motora, indicando aumento da autoconfiança, maior envolvimento nas atividades pedagógicas e melhoria das relações interpessoais. Conclui-se que os jogos psicomotores constituem uma estratégia pedagógica eficiente, acessível e capaz de contribuir significativamente para o desenvolvimento integral de estudantes com TDAH, fortalecendo o papel da Educação Física Escolar como espaço de inclusão, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Psicomotricidade; TDAH; Educação Física Escolar; Desenvolvimento Motor; Inclusão.

Abstract: This study aimed to analyze the use of psychomotor games in Physical Education classes as a supporting strategy for the development of elementary school students diagnosed with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). The research was conducted at Paulo Zimmermann Basic Education School, located in Rio do Sul, Santa Catarina, Brazil, involving three students diagnosed with ADHD. The study was characterized as descriptive field research with a qualitative and quantitative approach. The Motor Development Scale (EDM), developed by Rosa Neto, was applied before and after an intervention consisting of twenty-four psychomotor game sessions. Open-ended questionnaires were also administered to teachers and parents to identify changes in behavior, learning, and social interaction. The results demonstrated significant improvements in motor development, especially regarding balance, gross and fine motor coordination, body schema, spatial and temporal orientation. Behavioral improvements were also observed in attention, concentration, emotional control, social interaction, and participation in school activities. Reports from teachers and parents confirmed the effectiveness of the intervention, highlighting increased self-confidence, greater engagement in school tasks, and improved interpersonal relationships. It is concluded that psychomotor games represent an effective pedagogical strategy capable of promoting the integral development of students with ADHD while reinforcing the inclusive role of School Physical Education.

Keywords: Psychomotricity; ADHD; School Physical Education; Motor Development; Inclusion.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é reconhecido como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por sintomas persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, capazes de comprometer o desempenho acadêmico, o desenvolvimento motor, a socialização e as relações interpessoais. Esses prejuízos tornam-se mais evidentes durante a infância, especialmente após o ingresso da criança no ambiente escolar, momento em que as demandas relacionadas à concentração, organização, autocontrole e convivência social passam a ser mais intensas.

No contexto da Educação Física Escolar, esses desafios tornam-se ainda mais perceptíveis, pois a participação nas atividades depende diretamente da coordenação motora, do equilíbrio, da atenção às instruções e da interação com os colegas. Diante dessa realidade, torna-se indispensável que o professor utilize estratégias pedagógicas capazes de favorecer a participação efetiva desses estudantes, promovendo sua inclusão e contribuindo para seu desenvolvimento integral.

Entre as diferentes possibilidades pedagógicas, os jogos psicomotores destacam-se por estimular simultaneamente aspectos motores, cognitivos, emocionais e sociais. Essas atividades favorecem o desenvolvimento da coordenação motora, do esquema corporal, da lateralidade, da orientação espacial e temporal, além de contribuírem para o fortalecimento da atenção, da concentração e da autorregulação emocional, competências frequentemente comprometidas em estudantes com TDAH.

A literatura apresentada na dissertação demonstra que a psicomotricidade compreende o indivíduo de forma integral, considerando o movimento corporal como elemento fundamental para o desenvolvimento humano e para a aprendizagem. Nesse sentido, a utilização de jogos psicomotores

nas aulas de Educação Física representa uma estratégia pedagógica capaz de favorecer não apenas o desempenho motor, mas também o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos estudantes.

Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo analisar o uso dos jogos psicomotores nas aulas de Educação Física como alternativa coadjuvante para o desenvolvimento de estudantes do ensino fundamental com TDAH da Escola de Educação Básica Paulo Zimmermann, localizada no município de Rio do Sul, Santa Catarina, buscando verificar seus efeitos sobre o desenvolvimento motor, comportamento, aprendizagem e convivência social.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza quali-quantitativa e descritiva, desenvolvida com o propósito de analisar os efeitos da utilização de jogos psicomotores nas aulas de Educação Física Escolar como estratégia coadjuvante para o desenvolvimento de estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A opção por esse delineamento metodológico permitiu compreender tanto os aspectos mensuráveis relacionados ao desenvolvimento motor quanto as percepções de professores e familiares acerca das mudanças observadas durante o processo de intervenção.

A pesquisa foi realizada na Escola de Educação Básica Paulo Zimmermann, localizada no município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina. Participaram do estudo três estudantes regularmente matriculados no ensino fundamental, sendo um estudante do 3º ano e dois estudantes do 4º ano, todos com diagnóstico clínico confirmado de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. A seleção dos participantes ocorreu mediante critérios previamente estabelecidos, considerando a confirmação diagnóstica, a matrícula regular na instituição e a autorização dos responsáveis legais para participação na pesquisa.

Como instrumento de avaliação foi utilizada a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), proposta por Rosa Neto, considerada uma ferramenta amplamente utilizada para mensuração das

capacidades psicomotoras infantis. A avaliação foi aplicada em dois momentos distintos: inicialmente, antes do início das intervenções, para identificação do perfil motor dos participantes, e posteriormente ao término das atividades propostas, permitindo comparar os resultados obtidos antes e após a intervenção.

O programa de intervenção foi composto por vinte e quatro sessões de jogos psicomotores desenvolvidas durante as aulas de Educação Física Escolar. As atividades foram planejadas para estimular diferentes componentes do desenvolvimento psicomotor, contemplando coordenação motora global, coordenação motora fina, equilíbrio, lateralidade, esquema corporal, orientação espacial e orientação temporal. Além do desenvolvimento motor, buscou-se favorecer aspectos relacionados à atenção, concentração, interação social, organização comportamental e participação nas atividades escolares.

Para complementar a avaliação quantitativa, foram aplicados questionários abertos aos professores e aos familiares dos estudantes participantes. Os instrumentos tiveram como finalidade identificar possíveis alterações no comportamento, na aprendizagem, no relacionamento interpessoal e na convivência familiar após a realização das intervenções psicomotoras. Essa estratégia possibilitou integrar informações obtidas por diferentes perspectivas, ampliando a compreensão dos efeitos produzidos pelas atividades desenvolvidas.

Os dados quantitativos provenientes da Escala de Desenvolvimento Motor foram analisados por meio da comparação entre os resultados obtidos nas avaliações inicial e final, permitindo verificar a evolução do desempenho motor dos participantes. Já os dados qualitativos, oriundos dos questionários respondidos por professores e familiares, foram interpretados a partir da análise das percepções relacionadas às mudanças observadas durante o período de intervenção, considerando aspectos motores, comportamentais, sociais e educacionais.

Todos os procedimentos foram conduzidos em conformidade com os princípios éticos que regem pesquisas envolvendo seres humanos. A participação ocorreu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos responsáveis legais e do Termo de Assentimento

Livre e Esclarecido (TALE) pelos estudantes, assegurando a confidencialidade das informações, o respeito à identidade dos participantes e a utilização dos dados exclusivamente para fins científicos. Também foram adotadas medidas protetivas relacionadas à prevenção da COVID-19 durante a execução das atividades presenciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos após a aplicação das 24 sessões de jogos psicomotores evidenciaram avanços importantes no desenvolvimento dos três estudantes participantes da pesquisa. A reaplicação da Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) demonstrou evolução do Quociente Motor Geral e melhorias em diferentes componentes psicomotores, especialmente no equilíbrio, esquema corporal, coordenação motora global, coordenação motora fina e orientação espacial, além de ganhos parciais na orientação temporal.

Esses achados indicam que as intervenções contribuíram para reduzir o atraso motor inicialmente identificado, confirmando o potencial dos jogos psicomotores como estratégia complementar no atendimento de estudantes com TDAH.

Os resultados encontrados convergem com a perspectiva de Rosa Neto, ao defender que o desenvolvimento motor pode ser potencializado por intervenções sistematizadas que estimulem diferentes habilidades psicomotoras de forma integrada. Na mesma direção, Gonçalves e Gonçalves (2020) afirmam que a psicomotricidade favorece a organização das ações corporais e promove o desenvolvimento global da criança.

Assim, a melhora observada na pesquisa demonstra que o trabalho desenvolvido nas aulas de Educação Física ultrapassou a execução de movimentos isolados, contribuindo para a organização corporal e funcional dos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se às melhorias observadas na coordenação motora global e fina. Durante as intervenções, os estudantes passaram a executar os jogos com maior segurança,

controle dos movimentos e compreensão das atividades propostas, indicando evolução progressiva ao longo das sessões.

Esses resultados confirmam o que Laureano e Fiorini (2021) descrevem sobre a importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento da coordenação motora, destacando que movimentos amplos e precisos favorecem a autonomia da criança e ampliam sua participação nas atividades escolares.

A evolução do esquema corporal e da orientação espacial também merece destaque, pois essas habilidades influenciam diretamente o desempenho escolar. Andrade (2025) ressalta que um esquema corporal bem estruturado favorece a orientação espacial, a lateralidade e diversas habilidades relacionadas à aprendizagem.

Os resultados obtidos na presente pesquisa reforçam essa compreensão, uma vez que a evolução desses componentes ocorreu paralelamente ao aumento da participação dos estudantes nas atividades propostas durante as intervenções.

Os avanços observados na atenção, concentração e controle emocional representam outro resultado importante da pesquisa. Conforme descrito na análise qualitativa, professores e familiares perceberam mudanças positivas no comportamento dos estudantes após a intervenção, especialmente quanto ao aumento da atenção, do envolvimento nas atividades e da socialização.

Os resultados corroboram Barkley (2020), que destaca que intervenções pedagógicas adequadas podem minimizar parte das dificuldades relacionadas às funções executivas comprometidas pelo TDAH, favorecendo maior participação do estudante no ambiente escolar.

Os relatos dos professores indicaram ainda que os estudantes passaram a participar com maior interesse das atividades propostas, apresentando melhor interação com os colegas e maior envolvimento nas tarefas escolares. Esses resultados dialogam com Junior e Rica (2020), que defendem que a Educação Física, quando organizada por meio de estratégias inclusivas, favorece não apenas o desenvolvimento motor, mas também aspectos comportamentais e sociais frequentemente comprometidos em estudantes com TDAH.

A percepção dos familiares reforçou os resultados encontrados na escola. Segundo a análise apresentada na dissertação, houve melhora na autoconfiança, no convívio social e no engajamento dos estudantes nas atividades escolares, demonstrando que os benefícios das intervenções não ficaram restritos ao ambiente das aulas de Educação Física.

Esse resultado confirma a afirmação de Lima e Cunha (2022), segundo a qual o desenvolvimento psicomotor influencia diretamente aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança.

Os resultados relacionados ao equilíbrio merecem atenção especial, pois esse componente apresentou evolução nos participantes após as intervenções. Ziebert (2024) destaca que o equilíbrio corporal está associado à confiança, ao controle postural e à segurança para realização das atividades cotidianas.

Dessa forma, a melhora observada nos estudantes pode ter contribuído para uma participação mais ativa durante as aulas e para o fortalecimento da autonomia motora.

Outro aspecto observado foi a importância das atividades lúdicas durante todo o processo de intervenção. As sessões de jogos psicomotores favoreceram maior motivação dos estudantes, facilitando sua permanência nas atividades e reduzindo comportamentos de dispersão. Esse resultado está de acordo com Benker e Vieceli (2020), que afirmam que jogos e brincadeiras enriquecem as experiências corporais e favorecem simultaneamente o desenvolvimento motor e cognitivo.

Os resultados obtidos também evidenciam que a intervenção contribuiu para tornar as aulas de Educação Física um ambiente mais inclusivo. Gonçalves e Gonçalves (2020) afirmam que a psicomotricidade deve ser compreendida como uma prática capaz de integrar movimento, emoção, cognição e relações sociais. Essa compreensão pode ser observada nos achados da pesquisa, uma vez que as melhorias não ocorreram apenas no desempenho motor, mas também nas relações interpessoais e na participação escolar.

Embora o estudo tenha sido desenvolvido com apenas três estudantes, os resultados obtidos demonstram que a utilização planejada de jogos psicomotores constitui uma estratégia pedagógica

viável para estudantes com TDAH. Evidentemente, o número reduzido de participantes não permite generalizações, porém os resultados apresentados oferecem evidências importantes sobre o potencial dessa intervenção no contexto escolar.

De modo geral, os resultados alcançados atenderam ao objetivo proposto pela pesquisa, demonstrando que os jogos psicomotores favoreceram o desenvolvimento motor, comportamental e social dos participantes. Ao serem analisados em conjunto com a literatura utilizada na dissertação, os achados reforçam que a Educação Física Escolar pode assumir papel decisivo na inclusão e no desenvolvimento integral de estudantes com TDAH, especialmente quando fundamentada em práticas psicomotoras planejadas e sistemáticas.

Os resultados relacionados ao desenvolvimento motor demonstraram que a intervenção não produziu benefícios apenas em uma habilidade específica, mas promoveu avanços em diferentes domínios avaliados pela Escala de Desenvolvimento Motor (EDM). A evolução observada no equilíbrio, na coordenação motora global e fina, no esquema corporal e na orientação espacial evidencia que as atividades propostas atenderam aos objetivos da intervenção, favorecendo um desenvolvimento mais integrado dos participantes. Esses achados reforçam que o trabalho psicomotor, quando planejado de forma contínua, pode produzir mudanças significativas mesmo em um período relativamente curto de intervenção.

Esses resultados confirmam o entendimento de Benker e Viecei (2020), ao afirmarem que os jogos psicomotores estimulam simultaneamente o desenvolvimento corporal, cognitivo e emocional da criança. Para os autores, o brincar organizado favorece a consciência corporal e amplia as possibilidades de aprendizagem por meio do movimento. Essa perspectiva também é compartilhada por Andrade (2025), que destaca que a Educação Psicomotora constitui uma metodologia capaz de potencializar o movimento humano e fortalecer as habilidades necessárias para o desenvolvimento integral. Assim, os avanços encontrados na presente pesquisa demonstram que os jogos psicomotores representaram mais do que atividades recreativas, tornando-se instrumentos pedagógicos capazes de favorecer o desenvolvimento global dos estudantes.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se às mudanças comportamentais observadas ao longo das intervenções. Conforme os relatos apresentados pelos professores e familiares, os estudantes passaram a demonstrar maior capacidade de concentração, melhor controle emocional, aumento da participação nas atividades escolares e melhor relacionamento com colegas e familiares após a realização das 24 sessões de jogos psicomotores. Esses resultados revelam que os benefícios da intervenção extrapolaram o desenvolvimento motor, alcançando aspectos importantes do comportamento e da convivência social.

Sob essa perspectiva, Barkley (2020) explica que estudantes com TDAH apresentam dificuldades relacionadas às funções executivas, especialmente no controle da atenção, da impulsividade e da autorregulação. Dessa forma, estratégias pedagógicas que favoreçam a organização das atividades e o envolvimento ativo dos estudantes tendem a produzir respostas positivas no comportamento. Os resultados da presente pesquisa corroboram essa compreensão, pois indicam que a utilização dos jogos psicomotores favoreceu maior permanência nas atividades, redução da impulsividade e aumento do interesse pelas tarefas propostas durante as aulas de Educação Física.

A percepção dos professores também evidencia que as intervenções contribuíram para melhorar o processo de aprendizagem dos estudantes. De acordo com os questionários aplicados, foram observadas mudanças relacionadas ao maior envolvimento nas atividades pedagógicas, melhora na atenção durante as aulas e participação mais ativa nas tarefas desenvolvidas. Ainda que a pesquisa não tenha como objetivo mensurar diretamente o rendimento escolar, esses relatos sugerem que o fortalecimento das habilidades psicomotoras pode repercutir positivamente no contexto educacional, favorecendo o desempenho acadêmico dos estudantes.

Esses achados aproximam-se das reflexões de Lima e Cunha (2022), que defendem que o desenvolvimento psicomotor está diretamente relacionado às aquisições cognitivas, uma vez que o corpo constitui a primeira forma de interação da criança com o mundo. Para os autores, dificuldades psicomotoras tendem a repercutir sobre processos como leitura, escrita, atenção e organização do pensamento. Assim, ao favorecer a evolução das habilidades motoras, os jogos psicomotores também

criam condições para que os estudantes participem das atividades escolares com maior autonomia, segurança e confiança.

Além dos avanços relacionados ao desempenho motor e ao comportamento, a pesquisa evidencia a importância da Educação Física como espaço privilegiado para práticas inclusivas. A utilização de atividades lúdicas possibilitou que os estudantes participassem das aulas de forma mais ativa, respeitando suas características individuais e promovendo experiências de cooperação, interação e superação. Essa abordagem demonstra que a inclusão não depende apenas da presença do estudante na escola, mas da adoção de estratégias pedagógicas que considerem suas necessidades específicas e potencializem suas capacidades.

Nesse sentido, Gonçalves e Gonçalves (2020) afirmam que a psicomotricidade compreende o ser humano em sua totalidade, articulando movimento, emoção, cognição e relações sociais. Essa compreensão amplia o papel da Educação Física Escolar, que deixa de ser compreendida apenas como um espaço destinado ao desenvolvimento físico e passa a assumir importante função na construção da autonomia, da autoestima e das relações interpessoais. Os resultados da pesquisa reforçam essa perspectiva, uma vez que os ganhos observados envolveram diferentes dimensões do desenvolvimento infantil e não apenas aspectos motores.

Por fim, os resultados encontrados permitem afirmar que os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados. A comparação entre as avaliações realizadas antes e após as intervenções, associada às percepções dos professores e familiares, demonstra que os jogos psicomotores constituíram uma estratégia pedagógica eficaz para favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes com TDAH. Embora o estudo tenha sido realizado com um número reduzido de participantes, os achados apresentam contribuições relevantes para a Educação Física Escolar e reforçam a necessidade de ampliação de pesquisas que investiguem o potencial da psicomotricidade como instrumento de inclusão, aprendizagem e desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo alcançou o objetivo proposto ao analisar o uso dos jogos psicomotores nas aulas de Educação Física como estratégia coadjuvante para o desenvolvimento de estudantes do ensino fundamental com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A partir da aplicação da Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), das vinte e quatro sessões de intervenção e da análise dos questionários respondidos por professores e familiares, foi possível identificar avanços no desenvolvimento motor, além de mudanças positivas relacionadas à atenção, concentração, comportamento, interação social e participação nas atividades escolares. Os resultados evidenciam que a utilização planejada de jogos psicomotores favoreceu o desenvolvimento integral dos participantes, demonstrando o potencial dessa estratégia no contexto da Educação Física Escolar.

Os achados da pesquisa corroboram a literatura apresentada ao longo do estudo, especialmente ao evidenciar que a psicomotricidade constitui um importante recurso para promover o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social de estudantes com TDAH. Dessa forma, os jogos psicomotores mostraram-se capazes de ampliar as possibilidades de inclusão, favorecer o engajamento dos estudantes nas atividades escolares e contribuir para a construção de um ambiente de aprendizagem mais participativo, acolhedor e significativo. Além disso, os relatos dos professores e familiares reforçam que os benefícios observados durante as intervenções ultrapassaram o espaço das aulas de Educação Física, refletindo positivamente na convivência social, na autonomia e no cotidiano dos estudantes.

Embora o estudo tenha sido desenvolvido com um número reduzido de participantes, seus resultados oferecem contribuições relevantes para a prática pedagógica e para futuras pesquisas sobre a utilização da psicomotricidade no contexto escolar. Recomenda-se que novas investigações sejam realizadas com amostras maiores e diferentes contextos educacionais, permitindo ampliar o conhecimento sobre os efeitos das intervenções psicomotoras em estudantes com TDAH. Por fim, conclui-se que a Educação Física Escolar, quando fundamentada em práticas psicomotoras planejadas

e intencionais, pode desempenhar um papel significativo na promoção da inclusão, da aprendizagem e do desenvolvimento humano, fortalecendo o compromisso da escola com uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. Porto Alegre: Artmed, 2022.

ANDRADE, Rafael de. Educação Psicomotora e desenvolvimento infantil. Rio do Sul: Edição do Autor, 2025.

BARKLEY, Russell A. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH): guia completo para pais, professores e profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2020.

BENKER, Franciele; VIECELI, Marilene. Psicomotricidade e desenvolvimento infantil: contribuições para a aprendizagem escolar. Revista Científica Multidisciplinar, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

GONÇALVES, Maria Aparecida; GONÇALVES, José Carlos. Psicomotricidade e aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2020.

JUNIOR, José Ricardo; RICA, Rafael. Educação Física escolar e estudantes com TDAH: desafios e possibilidades inclusivas. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 34, n. 2, p. 211-224, 2020.

LAUREANO, Juliana; FIORINI, Maria Lúcia. Jogos psicomotores e desenvolvimento das habilidades motoras na infância. *Revista Educação Especial*, v. 34, p. 1-18, 2021.

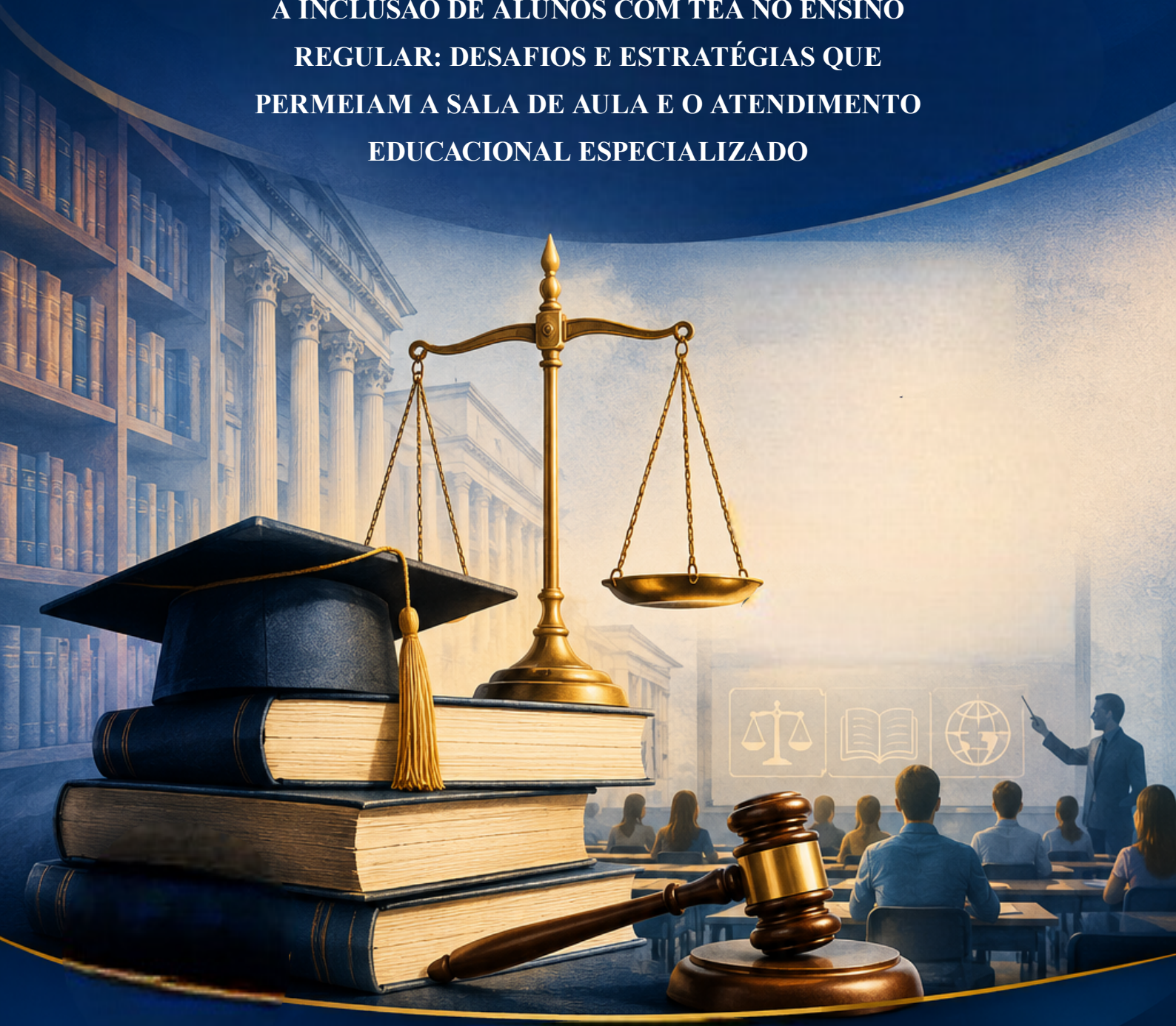
LIMA, Ana Paula; CUNHA, Marcela Tarciana. Psicomotricidade e desenvolvimento cognitivo no contexto escolar. *Revista Educação em Foco*, v. 27, n. 3, p. 155-169, 2022.

ROSA NETO, Francisco. *Manual de avaliação motora*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZIEBERT, Carla. *Psicomotricidade e desenvolvimento infantil: fundamentos e práticas pedagógicas*. Curitiba: Appris, 2024.

Capítulo 11

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO ENSINO
REGULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS QUE
PERMEIAM A SALA DE AULA E O ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**



A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO ENSINO REGULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS QUE PERMEIAM A SALA DE AULA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD IN REGULAR EDUCATION: CHALLENGES AND STRATEGIES THAT PERMEATE THE CLASSROOM AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES

Verônica Ana da Silva Estevam dos Santos¹

Luciane Weber Baia Hees

Resumo: A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular representa um dos principais desafios da educação contemporânea. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, ainda persistem dificuldades relacionadas à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos, à atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às condições estruturais das instituições escolares. Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios e estratégias relacionados à inclusão escolar de alunos com TEA, tomando como base uma pesquisa qualitativa desenvolvida em uma escola pública. Os dados foram obtidos por meio de questionários aplicados a professores e gestores escolares e analisados utilizando a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Os resultados evidenciaram que práticas como adaptação curricular, utilização de recursos visuais, organização de rotinas e trabalho colaborativo favorecem o processo de inclusão. Entretanto, foram identificadas limitações relacionadas à insuficiência de formação continuada, carência de profissionais especializados e necessidade de maior investimento institucional. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação docente, participação da família e compromisso da gestão escolar, garantindo

¹ Aluna de Mestrado em Educação pela ABSOULUTE CHRISTIAN UNIVERSITY.

condições adequadas para o desenvolvimento integral dos estudantes com TEA.

Palavras chaves: Educação Inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Formação Docente; Atendimento Educacional Especializado; Inclusão Escolar.

Abstract: The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in mainstream education represents one of the greatest challenges in contemporary education. Although Brazilian legislation guarantees the right to inclusive education, significant obstacles remain regarding teacher training, pedagogical resources, the performance of Specialized Educational Assistance (SEA), and school infrastructure. This article aims to analyze the main challenges and strategies related to the inclusion of students with ASD in regular education based on a qualitative study conducted in a public school. Data were collected through questionnaires administered to teachers and school administrators and analyzed using Bardin's Content Analysis. The findings indicate that curriculum adaptation, visual resources, structured routines, and collaborative work contribute positively to inclusive education. However, shortcomings remain concerning continuing teacher education, shortage of specialized professionals, and institutional investment. It is concluded that inclusive education depends on coordinated public policies, teacher qualification, family participation, and effective school management to ensure quality education for students with ASD.

Keywords: Inclusive Education; Autism Spectrum Disorder; Teacher Training; Specialized Educational Assistance; School Inclusion.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado como uma condição do neurodesenvolvimento que interfere principalmente na comunicação, na interação social e nos

padrões comportamentais dos indivíduos. Nas últimas décadas, o aumento do número de diagnósticos tem ampliado o debate acerca da necessidade de construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos, capazes de atender às necessidades específicas desses estudantes. A educação inclusiva deixou de ser apenas uma proposta pedagógica para tornar-se um direito assegurado pela legislação brasileira, exigindo das instituições de ensino mudanças estruturais, pedagógicas e organizacionais.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelecem que estudantes com deficiência, incluindo aqueles diagnosticados com TEA, devem ter acesso ao ensino regular com apoio especializado sempre que necessário. Apesar desses avanços legais, ainda existem desafios importantes para que a inclusão ocorra de maneira efetiva.

Entre os principais obstáculos encontrados nas escolas destacam-se a insuficiente formação inicial e continuada dos professores, a escassez de profissionais especializados, limitações na infraestrutura escolar e dificuldades na articulação entre professores, equipe gestora, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e famílias. Esses fatores podem comprometer não apenas o desenvolvimento acadêmico do estudante, mas também sua participação social e sua permanência na escola.

Por outro lado, diversas estratégias pedagógicas têm demonstrado resultados positivos na promoção da aprendizagem dos alunos com TEA. A utilização de recursos visuais, a adaptação curricular, a previsibilidade das rotinas, o planejamento individualizado e o trabalho colaborativo entre os profissionais da educação constituem práticas que favorecem a inclusão e contribuem para a construção de ambientes educacionais mais acessíveis.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas escolas na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, bem como discutir estratégias pedagógicas capazes de fortalecer esse processo. Além disso, busca evidenciar a importância da formação docente, do Atendimento Educacional Especializado e do compromisso institucional para

garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, respeitando as singularidades de cada estudante e promovendo igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva e seus fundamentos legais

A educação inclusiva consolidou-se como um princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras ao reconhecer que todos os estudantes possuem o direito de acessar, permanecer e aprender na escola regular, independentemente de suas características individuais. Essa perspectiva rompe com modelos educacionais segregacionistas e propõe que as instituições de ensino adaptem suas práticas pedagógicas, recursos e organização para atender à diversidade presente nas salas de aula.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um importante marco ao estabelecer a educação como direito de todos e garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) fortaleceu esse princípio ao reconhecer a Educação Especial como modalidade transversal de ensino, assegurando serviços especializados para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades.

Outros dispositivos legais reforçaram esse compromisso, entre eles a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estabeleceram diretrizes para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência em ambientes escolares inclusivos. Esses instrumentos legais evidenciam que a inclusão deve ser compreendida como responsabilidade compartilhada entre Estado, escola, família e sociedade.

Nesse contexto, a inclusão escolar não consiste apenas na matrícula do estudante na escola regular, mas exige a construção de ambientes acessíveis, práticas pedagógicas flexíveis, recursos de acessibilidade e profissionais qualificados para atender às necessidades específicas de cada aluno.

Transtorno do Espectro Autista e o contexto educacional

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento marcado por dificuldades persistentes na comunicação social, na interação interpessoal e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento. Entretanto, essas manifestações apresentam grande variabilidade entre os indivíduos, justificando a utilização do termo “espectro”.

Historicamente, o conhecimento sobre o autismo evoluiu significativamente. As primeiras descrições clínicas realizadas por Leo Kanner, em 1943, e Hans Asperger, em 1944, contribuíram para diferenciar o transtorno de outras condições psiquiátricas e possibilitaram avanços nas pesquisas relacionadas ao diagnóstico, intervenção e inclusão social. Ao longo das últimas décadas, o aumento das investigações científicas permitiu compreender o TEA como uma condição de origem neurobiológica, afastando antigas interpretações que atribuíam sua causa exclusivamente a fatores familiares ou emocionais.

No ambiente escolar, estudantes com TEA podem apresentar diferentes necessidades educacionais, relacionadas principalmente à comunicação, organização das atividades, interação social e processamento sensorial. Por esse motivo, estratégias pedagógicas individualizadas tornam-se fundamentais para favorecer sua aprendizagem e participação nas atividades escolares.

É importante destacar que o diagnóstico de TEA não determina a capacidade de aprendizagem do estudante. Ao contrário, quando recebem apoio adequado, acompanhamento especializado e oportunidades educacionais acessíveis, muitos alunos desenvolvem habilidades acadêmicas, sociais e de autonomia compatíveis com seu potencial.

Formação docente e Atendimento Educacional Especializado

A literatura evidencia que um dos maiores desafios para a efetivação da educação inclusiva está relacionado à formação dos professores. Embora a legislação brasileira estabeleça a necessidade de capacitação para atuação com estudantes público-alvo da Educação Especial, muitos docentes ainda relatam insegurança diante das demandas apresentadas por alunos com TEA.

A formação inicial frequentemente oferece conhecimentos limitados sobre educação inclusiva, tornando indispensável a oferta de programas permanentes de formação continuada. Esses processos formativos possibilitam o desenvolvimento de competências relacionadas à adaptação curricular, utilização de tecnologias assistivas, planejamento individualizado e estratégias de mediação da aprendizagem.

Outro elemento essencial para a inclusão é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que possui função complementar ao ensino regular. Diferentemente do reforço escolar, o AEE busca identificar barreiras à aprendizagem e desenvolver recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a autonomia e o desenvolvimento do estudante. Seu funcionamento depende da articulação entre professores do ensino regular, profissionais especializados, gestores escolares e famílias, garantindo que as intervenções realizadas estejam integradas ao planejamento pedagógico da escola.

Quando essa articulação ocorre de forma eficiente, observa-se maior participação do estudante nas atividades escolares, melhoria na aprendizagem e fortalecimento das relações entre escola e família. Em contrapartida, a ausência dessa integração pode comprometer a efetividade das ações inclusivas, dificultando o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza

descritiva e exploratória, desenvolvida com o objetivo de compreender os desafios enfrentados no processo de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, bem como identificar estratégias pedagógicas utilizadas para favorecer sua aprendizagem e participação escolar.

A pesquisa teve como campo de investigação uma escola pública da rede municipal de ensino, na qual foram coletadas informações junto aos profissionais envolvidos diretamente no processo de inclusão escolar. Participaram do estudo professores do ensino regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e membros da equipe gestora, selecionados por sua experiência na atuação com estudantes diagnosticados com TEA.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionários contendo perguntas abertas e fechadas, possibilitando aos participantes descrever suas experiências, dificuldades e estratégias utilizadas na prática pedagógica. Esse instrumento permitiu reunir informações relacionadas à formação profissional, adaptação curricular, apoio institucional, recursos pedagógicos e percepção sobre a efetividade da inclusão escolar.

Após a coleta, os dados foram organizados e submetidos à Análise de Conteúdo proposta por Bardin, metodologia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por possibilitar a identificação de categorias temáticas presentes nos discursos dos participantes. A análise permitiu compreender os principais desafios enfrentados pelos profissionais da educação e identificar elementos que favorecem ou dificultam a inclusão dos estudantes com TEA.

Foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, assegurando o anonimato dos participantes, a confidencialidade das informações e a utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revelou que, embora a educação inclusiva esteja consolidada no âmbito

legal, sua efetivação ainda enfrenta inúmeros desafios na realidade escolar. Entre os aspectos mais frequentemente apontados pelos participantes destacam-se a insuficiência de formação específica para atuação com estudantes com TEA, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a necessidade de maior apoio institucional para os profissionais da educação.

Os professores relataram que muitos cursos de formação inicial abordam superficialmente a educação inclusiva, fazendo com que grande parte do conhecimento necessário seja adquirido apenas durante a prática profissional. Essa realidade evidencia a importância da formação continuada como estratégia para ampliar competências relacionadas ao planejamento pedagógico, adaptação curricular e manejo dos diferentes perfis apresentados pelos estudantes com TEA.

Outro aspecto recorrente refere-se às dificuldades encontradas na adaptação das atividades escolares. Muitos docentes afirmaram que o planejamento das aulas exige flexibilidade para contemplar as necessidades individuais dos estudantes, respeitando seus diferentes ritmos de aprendizagem. Nesse contexto, a utilização de recursos visuais, rotinas estruturadas, linguagem objetiva e materiais concretos foi apontada como uma das estratégias mais eficazes para favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados também demonstraram que o Atendimento Educacional Especializado exerce papel fundamental na promoção da inclusão escolar. Quando realizado de forma articulada com o ensino regular, o AEE contribui para identificar barreiras à aprendizagem, desenvolver recursos de acessibilidade e orientar os professores quanto às intervenções pedagógicas mais adequadas para cada estudante. Entretanto, alguns participantes relataram limitações relacionadas à disponibilidade de profissionais especializados e ao tempo destinado ao atendimento, fatores que podem comprometer sua efetividade.

Outro elemento amplamente destacado foi a importância da participação da família. Os relatos indicam que a comunicação contínua entre escola e responsáveis favorece o acompanhamento do desenvolvimento do estudante, possibilitando maior coerência entre as estratégias utilizadas no ambiente escolar e no contexto familiar. Essa parceria fortalece o planejamento das intervenções e

contribui para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional do aluno.

Além disso, observou-se que a atuação da equipe gestora exerce influência direta sobre a qualidade das práticas inclusivas. Escolas que promovem espaços de diálogo, incentivo à formação continuada e planejamento coletivo apresentam maior capacidade de responder às necessidades dos estudantes com deficiência. Em contrapartida, instituições que enfrentam limitações estruturais ou ausência de planejamento integrado tendem a apresentar maiores dificuldades na consolidação de uma cultura inclusiva.

Os resultados obtidos corroboram a literatura científica ao demonstrar que a inclusão escolar ultrapassa a simples matrícula do estudante na rede regular de ensino. A efetivação desse direito depende da existência de políticas públicas consistentes, investimentos em infraestrutura acessível, formação permanente dos profissionais e disponibilidade de recursos pedagógicos adequados. Dessa forma, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige compromisso coletivo e ações articuladas entre gestores, professores, profissionais especializados, famílias e órgãos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista representa um importante avanço na garantia do direito à educação, fundamentado nos princípios da equidade, da diversidade e da valorização das diferenças individuais. Apesar dos significativos avanços promovidos pela legislação brasileira nas últimas décadas, os resultados desta pesquisa evidenciam que a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura escolar, à disponibilidade de recursos pedagógicos e ao fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação Especial.

Os achados demonstram que a inclusão não pode ser compreendida apenas como o acesso do estudante à escola regular, mas como um processo contínuo de adaptação das práticas pedagógicas, da organização institucional e das relações estabelecidas no ambiente escolar. A aprendizagem dos

estudantes com TEA depende de intervenções planejadas, da flexibilização curricular e da adoção de metodologias capazes de respeitar as características individuais de cada aluno.

Outro aspecto evidenciado foi a relevância do Atendimento Educacional Especializado como suporte complementar ao ensino regular. Quando articulado com os professores, a equipe gestora e as famílias, o AEE amplia as possibilidades de desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes, favorecendo sua participação efetiva nas atividades escolares.

Da mesma forma, a formação continuada dos profissionais da educação mostrou-se indispensável para o fortalecimento das práticas inclusivas. Professores preparados sentem-se mais seguros para elaborar estratégias pedagógicas diversificadas, realizar adaptações curriculares e promover ambientes de aprendizagem acolhedores e acessíveis.

A pesquisa também reforça que a participação da família constitui elemento essencial para o sucesso do processo inclusivo. A comunicação permanente entre escola e responsáveis favorece a continuidade das intervenções e possibilita um acompanhamento mais efetivo do desenvolvimento dos estudantes.

Por fim, conclui-se que a construção de uma escola inclusiva exige o compromisso coletivo de gestores, professores, famílias e poder público. Somente por meio da articulação entre políticas educacionais, investimentos em acessibilidade, valorização da formação docente e fortalecimento das práticas colaborativas será possível assegurar uma educação de qualidade para todos, respeitando as singularidades dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista e promovendo sua plena participação na vida escolar e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

GAIATO, Mayra. S.O.S. Autismo. São Paulo: nVersos, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

Esse novo volume coloca em evidência, temas essenciais que tratam sobre a educação e o estudo do direito, a partir desses temas sensíveis o leitor tem a chance de navegar pelo conjunto de conhecimento que pode ser aplicado ao seu dia a dia.

